PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

ALBERTO ANTONIO ZVIRBLIS

JOHN RAWLS: UMA TEORIA DA JUSTIÇA E O LIBERALISMO

DOUTORADO EM FILOSOFIA

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Filosofia sob a orientação da Professora Doutora Dulce Critelli.

SÃO PAULO

2009

Parecer da Banca Examinadora:

Banca Examinadora:

RESUMO

A presente tese é alicerçada na justiça equitativa de JOHN RAWLS. Tem a finalidade a destacar, na atualidade, que a teoria da justiça como equidade procura maximizar a distribuição dos bens primários, essenciais à dignidade humana, em favor dos menos afortunados, que estão na pior posição da escala social, sem prejudicar a inviolabilidade da individualidade, que para RAWLS é de suma importância: “*cada pessoa possui uma individualidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar*”. A justiça equitativa tem sua origem na posição original, posição esta contratualista, em que as partes são colocadas sob o véu de ignorância, com desconhecimento total do mundo externo e da posição social de cada participante, a fim de que sejam estabelecidos os princípios de justiça de forma imparcial. Portanto, a presente tese tem o escopo contributivo de que a teoria da justiça estabelece, na posição original, os princípios de justiça com os quais todos concordam e passam a conviver em um sistema cooperativo liberal democrático, convictos de que os bens primários, cada vez mais escassos em frente de uma demanda cada vez maior, por ninguém se contentar com uma fatia menor, serão distribuídos equitativamente, maximizando a distribuição aos menos favorecidos.

Palavras-chave: JOHN RAWLS — UMA TEORIA DA JUSTIÇA — JUSTIÇA COMO EQUIDADE

ABSTRACT

This dissertation is based on the distributive justice theory of John Rawls. It has the purpose of stressing that the theory of justice as fairness supports, in contemporary world, the maximization in the distribution of primary goods—which are essential to human dignity—in favor of the least fortunate, who are in the worst position in the social ladder, without jeopardizing the inviolability of individuality, which for Rawls is essential: *“Each person possesses an inviolability founded on justice that even the welfare of society as a whole cannot override.”* Rawls’ equitable justice stems from original position, which is contractualist, in that the parties are placed behind the veil of ignorance, with no knowledge of the external world and the social position of each participant, in order to permit the founding of principles of justice that are impartial. , the present dissertation seeks to contribute to the understanding that the theory of justice establishes, in the original position, the principles of justice which all agree with and accept to live under a cooperative liberal democratic system, convinced that the primary goods, increasingly scarce in the face of a growing demand and nobody willing to accept a smaller share, will be distributed in an equitable manner, maximizing the distribution to the least endowed in society.

Keywords: JOHN RAWLS — A THEORY OF JUSTICE — JUSTICE AS FAIRNESS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 JOHN RAWLS: UMA TEORIA DA JUSTIÇA E O LIBERALISMO .	18
2.1 DO LIBERALISMO POLÍTICO – OUTRA REFORMULAÇÃO	18
2.2 ENFOQUE GERAL DA TEORIA RAWLSIANA	24
2.2.1 <i>Justiça como Equidade.....</i>	32
2.2.2 <i>Indagações Filosóficas.....</i>	34
2.3 DO INTUICIONISMO.....	36
2.3.1 <i>Do Equilíbrio Reflexivo Restrito e Amplo.....</i>	44
2.3.2 <i>Da Noção de Consenso Sobreposto.....</i>	47
2.3.3 <i>Do Razoável e Racional</i>	50
2.3.4 <i>Ideias Complementares: Razoável e Racional.....</i>	52
2.4 DO UTILITARISMO	54
2.4.1 <i>Oposição ao Utilitarismo</i>	57
2.4.2 <i>Da Posição Original e do Véu de Ignorância.....</i>	61
2.4.2.1 <i>Ainda Sobre a Posição Original</i>	67
2.4.2.2 <i>Brian Barry e sua Opinião Sobre o Véu de Ignorância.....</i>	69
2.4.3 <i>Da Racionalidade Deliberativa.....</i>	75
2.4.4 <i>Do Princípio de Diferença</i>	78
2.4.5 <i>Como se Processa a Atuação do Princípio de Diferença?.....</i>	84
2.4.6 <i>A Questão da Estabilidade</i>	85
2.4.7 <i>Da Cooperação Social</i>	89
2.5 RAWLS À LUZ DE LOCKE, ROUSSEAU E KANT.....	92
2.5.1 <i>Em relação a Jean-Jaques Rousseau (1712-1778)</i>	94
2.5.2 <i>Em Relação a IMMANUEL KANT</i>	97
2.5.3 <i>Do Imperativo Categórico.....</i>	99
2.5.4 <i>Da Teoria Contratualista.....</i>	102

2.5.5 Do Princípio da Eficiência e do Ótimo de Pareto.....	103
2.5.6 ARROW – Teorema da Impossibilidade — Escala Diferencial	105
2.5.7 Dos Bens Meritórios.....	106
2.5.8 Do Princípio da Eficiência	107
2.5.9 Da Sociedade Bem-Ordenada (Well-Ordered Society)	108
2.5.10 Do Liberalismo Político	109
2.5.11 Da Utilidade Média	112
2.5.12 Da Concepção Mista	114
2.5.13 Da Estrutura Básica da Sociedade	115
2.5.14 Da Filosofia Política	117
2.5.15 Do Dever Obedecer a Uma Lei Injusta.....	119
2.5.16 Da Desobediência Civil, Objeção de Consciência e da Resistência	123
2.5.17 O Sistema Justo de Instituições.....	125
2.5.18 Retornando à Questão da Justiça Procedimental Pura.....	127
2.5.19 Como Reparar Tal Situação?	129
2.6 REALIZANDO RAWLS — O ESTADO COOPERATIVO.....	130
2.6.1 Realizando RAWLS.....	134
2.6.2 Do Estado Constitucional Cooperativo	136
3 CONCLUSÃO	145
BIBLIOGRAFIA.....	155

1 INTRODUÇÃO

Uma teoria da justiça de JOHN RAWLS (1971) se constitui em uma das obras mais importantes no aspecto filosófico da moral e política do século passado.

A questão que se apresenta, em sede de introdução do estudo da aludida obra, é examinar o que levou ao Professor de Harvard a intitular a obra como sendo *Uma teoria da Justiça*, ou seja, a razão do emprego do artigo indefinido.

A resposta decorre de sua vida de modéstia, enfatizada por sua bondade e versão em participar de eventos públicos e classificar-se como um simples estudante.

A modéstia de RAWLS, sua bondade, despida de qualquer arrogância está patente no primeiro capítulo da obra intitulada **RAWLS** do Professor PAUL GRAHAM, da Universidade Glasgow, na Escócia, estudioso da teoria rawlsiana, dedicando o capítulo à vida e à obra de RAWLS, destacando-se que o óbito de RAWLS foi noticiado de modo surpreendentemente amplo em novembro de 2002, embora ele não se sobressaísse publicamente, com raras aparições em eventos públicos, como se pode ler no início do capítulo da obra citada, dedicada a *RAWLS*:

When John Rawls died aged 81 in November 2002, the obituaries in the major newspaper were surprisingly extensive. Surprising because Rawls was not a 'public intellectual'. All who knew him stressed his shyness, modesty and determined avoidance of publicity. Rare were his interventions in current events. He gave only one 'personal' interview in the course of his career, and that was to

*small student magazine. He was reluctant to accept award. (...).*¹

Sua modéstia e timidez excessiva o faziam relutar em aceitar prêmios, decorrendo daí a razão em denominar sua obra como sendo apenas **Uma** teoria entre outras, isto é, ele a considerava que sua teoria não era única enfocando o tema da justiça política. Pelo que consta do capítulo da obra de PAUL GRAHAM, indiscutível que RAWLS era um intelectual modesto, apesar de ser brilhante e ter sido sua morte lamentada pelo noticioso de seus obituários nos jornais da época. No prefácio da citada obra de PAUL GRAHAM pode-se notar a importância de RAWLS, pois *Uma teoria da Justiça* não só é lida por filósofos, mas também por todos aqueles que militam no campo da ciência política, do direito e da sociologia.

*John Rawls's A Theory of Justice (1971) is one the most influential books in moral and political philosophy published within in the last one hundred years. It is read not just by philosophers, but also by those working in the fields of political science, law and social policy. (...)*²

Sua modéstia intelectual pode ser constatada por suas sucessivas obras, como Justiça como Democracia (1992), oportunidade em que reconhece, no prefácio, a reformulação da interpretação do conceito de justiça em consequência da série de conferências que fez na Universidade de Columbia em 1980, admitindo, ainda em decorrência de sua modéstia, que desajeitadamente intitulei 'O construtivismo kantiano na teoria moral. Na obra Justiça Como Equidade – Uma reformulação, edição de 1989, RAWLS procedeu ao acréscimo do § 50 sobre família em 1990. Nesta obra admite, expressamente no prefácio, retificar as falhas mais graves de Uma teoria da

¹ GRAHAM, Paul. *Rawls: 'The principles of Justice are chosen behind a veil of ignorance'*. OneWorld Thinkers, Oxford, Inglaterra, p. 1, 2007.

² *Ibidem, Preface.*

Justiça, mas sem alterar a confiança nas ideias expostas naquela obra, sanando apenas as dificuldades, aprimorando a exposição, corrigindo alguns erros ao incluir algumas revisões e indicar respostas às objeções mais comuns, com remodelação da argumentação em vários pontos.

Somente alguém do porte intelectual de JOHN RAWLS, cuja vida foi pautada pela excessiva timidez e modéstia, recusando, inclusive, em receber prêmios, teve coragem de admitir equívocos, evidenciando sua virtude intelectual, sanando objeções, sem alterar suas convicções expostas na obra *Uma teoria da Justiça*.

Ainda em sede de introdução, não se pode deixar de focar a parte em que RAWLS apresenta a teoria da justiça como alternativa ao utilitarismo clássico, cuja máxima pode ser enunciada: “*A máxima da felicidade para o maior número de homens*”,³.

Em novembro de 1990, há edição revisada da obra *Uma teoria da Justiça*, cuja tradução de ALMINO PISETTA e LENITA MARIA RÍMOLI ESTEVES, com base na edição americana revisada pelo autor, RAWLS, mantendo sua modéstia, admite que na revisão que fez de 1975, eliminou certos pontos fracos da edição inglesa original.

Não obstante crítica à edição original, RAWLS prefacia a edição revisada prazerosamente, sem, contudo, abandonar o esquema anterior, visto que a edição revisada não constitui em novo livro, embora a revisão tenha aprimorado a edição. Destaca, em sede de prefácio, a importância dada à concepção de *justiça como equidade* em face de ser útil ao núcleo universal da democracia.

³ São representantes do utilitarismo: DAVID HUME, filósofo e historiador escocês (1711-1776) e os ingleses ADAM SMITH (1723-1790) e JOHN STUART MILL (1800-1873). Pode-se acrescentar a esses o britânico HENRY SIDGWICK (1838-1900), que, no utilitarismo clássico, RAWLS se concentra na teoria utilitarista de SIDGWICK, por ser a mais clara e acessível, conseguindo maior nível das satisfações individuais, em face de ordenamento social mais justo.

Prefaciando a edição brasileira, enfatiza a concepção apresentada de Justiça em sua obra *Uma teoria da justiça* e considera as ideias expostas como de uma concepção filosófica para uma democracia constitucional. Na oportunidade, demonstra esperança de que a justiça como equidade seja razoável e útil, mesmo que não seja totalmente convincente para uma grande gama de orientações ponderadas, expressando, portanto, uma parte essencial do núcleo comum da tradição democrática.

Ao formular a concepção da justiça, RAWLS afiança sua intenção de formular uma alternativa razoavelmente sistemática do utilitarismo, que dominou por longo período a tradução anglo-saxã de pensamento político. A razão da apresentação da alternativa é a fragilidade da teoria utilitarista como fundamento das instituições da democracia constitucional. É descrente que o utilitarismo possa explicar as liberdades de direitos básicos dos cidadãos como pessoas livres e iguais, uma exigência de importância absolutamente primordial para uma consideração das instituições democráticas. Expõe que sua concepção da justiça utiliza uma versão mais geral e abstrata da ideia do contrato social usando, para isso, a ideia da posição original. Na teoria rawlsiana, a posição original de igualdade vem a ser o estado da natureza na teoria do contrato original. Sobre esse tópico, RAWLS enfatiza que a posição original não é concebida como uma situação real e, muito menos, como uma condição primitiva da cultura. Cuida-se de uma simples situação hipotética, almejando a certa concepção de justiça. Essa posição original se caracteriza pela circunstância dos que nela se situam desconhecerem por completo os respectivos lugares na sociedade, pois estão cobertos pelo véu da ignorância, à procura e à busca de um consenso de ajuste equitativo, ou seja, de uma justiça equitativa. A questão sobre a posição original será ainda abordada mais adiante e de forma reiterada, dada sua importância para a teoria rawlsiana.

Para RAWLS, uma explicação das liberdades e direitos básicos, e também de sua propriedade, foi o primeiro objetivo da justiça como equidade. O segundo objetivo foi a intenção de RAWLS integrar essa explicação a um entendimento da igualdade democrática, o que acabou sendo conduzido ao princípio da igualdade equitativa de oportunidades e ao princípio de diferença. O que vem a ser o princípio de diferença? E porque ele está vinculado ao princípio da igualdade? Esta questão também será referida mais adiante, de forma mais completa. Mas oportuno aqui abordá-la, embora de forma rápida. Está realmente vinculado ao segundo princípio de justiça, que é escolhido na teoria da justiça, por meio da invocação do princípio do “*maximin*”. Ao princípio de diferença cabe prover a distribuição dos recursos da sociedade, visando não prejudicar nunca os menos favorecidos, daí resulta o “*maximin minorum*”. Se o primeiro princípio objetivo da justiça como equidade é o das liberdades e direitos básicos de uma sociedade livre, o princípio de diferença está associado à ideia da igualdade.

Segundo RAWLS, quais são os menos favorecidos ou menos afortunados? Para ele, decorrente de uma sociedade bem-ordenada, em que todos os direitos e liberdades básicas são acessíveis a todos os cidadãos, as oportunidades devem ser garantidas equitativamente a todos e os menos favorecidos são os que pertencem à classe de renda “*com expectativas mais baixas*”⁴. Para teoria rawlsiana, as desigualdades de renda e riqueza têm de ser dispostas, visando elevar ao máximo os benefícios aos menos favorecidos, isto é, com aplicação do princípio do “*maximin minorum*”. Isto significa que se deve comparar esquemas de cooperação e verificar a situação dos menos favorecidos e escolher a situação na qual os menos favorecidos estarão em

⁴ RAWLS, John. *Justiça Como Equidade — Uma reformulação*. Tradução de Cláudia Berliner e revisão e da tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 83.

melhor situação do que em qualquer outra.

Com as revisões feitas em 1975, RAWLS tentou retirar certas deficiências da edição inglesa da teoria da justiça (publicada pela Harvard University Press, MA, 1971).

Entre algumas deficiências apontadas por RAWLS no original da língua inglesa, encontra-se a ambiguidade a respeito dos bens primários, pois dependiam unicamente de fatos naturais da psicologia humana e também de uma concepção que incorpora um certo ideal. RAWLS passa, então, a caracterizar os bens primários:

Como aquilo de que as pessoas necessitam em sua condição de cidadãos livres e de membros normais totalmente cooperativos da sociedade durante toda uma vida. Comparações interpessoais para propósitos de justiça política devem ser feitas em termos de uma lista ordenada de bens primários dos cidadãos e considera-se que esses bens respondam às suas necessidades como cidadãos em oposição às suas preferências e desejos.⁵

Os bens primários devem ser equitativos para cidadãos livres e iguais. São esses bens que eles colocam em prática suas concepções permissíveis do bem.⁶ Os bens primários são apresentados em cinco categorias:

- a) os direitos e liberdades básicos, como a liberdade de consciência, que são direitos fundamentais para o desenvolvimento da cidadania igualitária;
- b) as liberdades de movimentos e de livre escolha de ocupação sobre a diversidade da escolha de oportunidades para a concretização de um projeto de vida social;

⁵ RAWLS, John. *Justiça Como Equidade — Uma reformulação*. Tradução de Cláudia Berliner e revisão e da tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 85.

⁶ *Idem*, *Ibidem*, *loc. cit.* .

- c) sem restrições de cargos e posições acessíveis a todos;
- d) renda e riqueza, entendidas como meios polivalentes (que têm valor de troca) geralmente necessários para atingir uma ampla gama de objetivos, sejam eles quais forem;
- e) as bases sociais do auto-respeito, entendidas como aqueles aspectos das instituições básicas normalmente essenciais para que os cidadãos possam ter um senso vivido de seu valor enquanto pessoas e serem capazes de levar adiante seus objetivos com autoconfiança.⁷ Autoconfiança como ser exposto, na sequência, se constitui em autoestima das pessoas.

Para doutrina rawlsiana, os bens primários estão vinculados aos dois princípios da justiça como equidade, visto que são eles e regulam a distribuição dos bens primários e são utilizados também na identificação dos menos favorecidos. Visam, portanto, avaliar a regularidade da repartição dos bens primários, com a identificação dos menos favorecidos.

Ante a referência aos princípios da justiça, mister se faz apontá-los, ainda nesta fase, embora voltemos a falar deles mais adiante, não querendo ser repetitivo, evidentemente.

Os dois princípios da justiça são:

- a) cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais que seja compatível com o mesmo esquema de liberdades para todos;
- b) as desigualdades sociais econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições

⁷ RAWLS, John. *Justiça Como Equidade – Uma reformulação*. Tradução de Claudia Berliner, revisão técnica da tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 82-83.

acessíveis a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (o princípio de diferença).

RAWLS enfatiza que o primeiro princípio tem preferência sobre o segundo, sendo que, no mesmo sentido, no segundo princípio, a igualdade equitativa de oportunidades tem preferência sobre o princípio de diferença. A preferência de um princípio sobre o outro significa que os anteriores já foram plenamente satisfeitos. É a ordem lexical que exige que o primeiro princípio seja inteiramente efetivado antes de se aplicar o segundo.⁸

Para JOHN RAWLS, a autoestima é inerente aos bens primários e se constitui no senso que a pessoa tem de seu próprio valor e na sólida convicção de que vale a pena realizar seu plano de vida. É tudo que nos concede a autoconfiança em nosso poder de realizar nossas intenções e ver que nossos feitos são apreciados por outras pessoas, cuja companhia nos é agradável.⁹

Deve-se ressaltar que o senso de justiça é um bem, visto que a justiça é a primeira virtude das instituições sociais. A manutenção do senso de justiça é um bem para as pessoas que são membros de uma sociedade bem-ordenada.¹⁰

A sociedade bem-ordenada, segundo RAWLS, se constitui na sociedade em que todos desfrutam de um sistema cooperativo, por ser ela democrática e é unificada pelos princípios de justiça, isto é, pelo senso de justiça, que é a primeira virtude das instituições sociais.

A sociedade bem-ordenada se organiza em promover o bem de seus membros, regulando-se por uma concepção comum da justiça. Seus membros

⁸ RAWLS, John, *op. cit.* p. 59-61.

⁹ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 487-488.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p.441.

têm o desejo forte e efetivo de agir de acordo com os princípios de justiça, acordados na posição original, sob o pálio do véu de ignorância. Esse senso de justiça se apresenta forte e é mais estável que as propensões para a injustiça.¹¹

Aqui, oportuno parentesiá-lo, observando que, após a publicação da obra *Uma Teoria da Justiça*, outras obras surgiram, com conexão com a doutrina da teoria da justiça, como *Justiça como democracia, direito dos povos e o liberalismo político*. Na obra *Justiça como equidade - Uma Reformulação*, RAWLS apresenta a teoria da justiça como uma concepção política de justiça, vinculada a um consenso sobreposto de doutrinas abrangentes ou parcialmente abrangentes, (filosóficas e morais) a fim de formular uma concepção realista de uma sociedade bem-ordenada, dado o pluralismo de tais doutrinas numa democracia liberal. No prefácio da obra aqui aludida, RAWLS expõe a necessidade das ideias de um fundamento público de justificação e da razão pública, bem como de certos fatos gerais oriundos do senso comum da sociologia política, alguns dos quais são explicados pelo que denominou os limites do juízo, em noção não utilizada na teoria da justiça. O consenso sobreposto será enfocado mais adiante, como indispensável para tornar uma sociedade bem-ordenada aceitável de forma razoável.

Encerrando o prefácio, RAWLS dá sua explicação, para afastar qualquer surpresa a respeito da concepção política da justiça e não como parte de uma doutrina abrangente. Apresenta a seguinte explicação:

(...) é que agora temos sempre de distinguir entre a concepção política e várias doutrinas abrangentes, religiosas, filosóficas e morais. Essas doutrinas costumam ter suas próprias concepções de razão e justificação. O mesmo acontece com a teoria da justiça como equidade como concepção política, ou seja, com suas ideias de razão pública e de um fundamento público de justificação. Estas

¹¹ RAWLS, John, *op. cit.*, p. 504-505.

últimas ideias têm de ser especificadas de maneira propriamente política, e portanto distinguidas de noções análogas das doutrinas abrangentes. Dado o fato do pluralismo razoável (como o denomino), temos de ter em mente diferentes pontos de vista para que a justiça como equidade (ou qualquer outra política) tenha chance de obter o apoio de um consenso sobreposto.¹²

Daí a razão da obra ser uma reformulação, pois, na verdade, há a reformulação da concepção da apresentação da justiça, que, agora, é apresentada como concepção política, respeitando as liberdades individuais, mas em função das limitações do justo, considerando que não há possibilidade de se apoiar em uma crença particular, com a invocação de nenhum valor que não seja político. Na obra *Justiça como Democracia*, RAWLS apresenta uma dificuldade sobre a qual tem em mente e assim expõe:

Gostaria de falar (...) de uma dificuldade que tenho em mente e que se refere ao caráter irrealista da ideia de sociedade bem-ordenada, tal como aparece em TJ. Um traço essencial dessa ideia é que todos os cidadãos de uma sociedade bem-ordenada pela teoria da justiça como equidade subscrevem essa concepção com base no que agora eu chamaria de doutrina filosófica abrangente. Eles aceitam seus dois princípios de justiça por pertencerem a essa doutrina. Da mesma forma, na sociedade bem-ordenada pelo utilitarismo, os cidadãos em seu conjunto aderem ao princípio de utilidade. Apesar de a distinção entre a concepção política da justiça e uma doutrina filosófica abrangente não ser mencionada em TJ, quando a questão se apresenta, fica claro, creio eu, que o livro trata a teoria da justiça como equidade e o utilitarismo como doutrinas mais ou menos abrangentes.¹³

Em seguida enfoca o problema, pois uma sociedade democrática

¹² GRAHAM, Paul. *Rawls*. Oneworld Publications. Oxford. England, 2007, PREFACE.

¹³ RAWLS, John. *Justice et démocratie* por Éditions du seuil-Copyright 1978. Reidel Dordrecht, Holanda.

moderna se caracteriza por uma pluralidade de doutrinas abrangentes, religiosas, filosóficas e morais. Nenhuma dessas doutrinas é adotada pelos cidadãos em seu conjunto. E não se deve esperar que isso aconteça num futuro previsível. O liberalismo político pressupõe, por razões políticas, uma pluralidade de doutrinas abrangentes incompatíveis entre si, consequência do resultado normal do exercício, pelos cidadãos, de sua razão no seio das instituições livres e de um regime democrático constitucional. Ela pressupõe igualmente que exista, pelo menos, uma doutrina abrangente razoável que não rejeite os elementos essenciais de um regime democrático. Pode haver no seio de um regime democrático, doutrinas irracionais ou mesmo delirantes. O problema será limitá-las para que não destruam a unidade e a justiça da sociedade. As obras posteriores, aqui citadas, são indubitavelmente uma consequência dessas reformulações em aceitação, pelo menos, parcialmente de algumas críticas pela modéstia de JOHN RAWLS, conforme aqui destacado foi. Assim, dando-se sequência às mudanças apontadas por RAWLS, encontram-se, no capítulo inicial, alterações pertinentes ao *Liberalismo político* e, após, um enfoque panorâmico geral da obra *Uma teoria da justiça*.

2 JOHN RAWLS: UMA TEORIA DA JUSTIÇA E O LIBERALISMO

2.1 DO LIBERALISMO POLÍTICO – OUTRA REFORMULAÇÃO

Como já foi salientado, RAWLS em relação à primitiva obra, recebeu várias críticas. Foi receptivo a elas e procedeu a certas reformulações.

Entre as reformulações, podemos ainda incluir *Political Liberalism* (o liberalismo político). Como bem observou ROBERTO GARGARELLA¹⁴, as reformulações da teoria da justiça reduziram as pretensões universalistas e eventuais traços metafísicos em “*mera*” doutrina política, uma vez que na *Theory*, RAWLS expõe que, na posição original, sob o véu de ignorância, as partes endossam um critério público de justiça igualitária. No liberalismo político, há preocupação que o igualitarismo pudesse ser comprometido.

Na *Theory*, RAWLS admitiu na introdução do liberalismo político, a existência de ausência de uma concepção estritamente política da justiça.¹⁵ Mas o liberalismo político mantém a tese político-filosófica de suas críticas ao utilitarismo, tal como ocorre na teoria da justiça, circunstância que nos permite manter a convicção da conexidade entre a *Theory* e o liberalismo político.

No liberalismo político, RAWLS preocupa-se em evitar o comprometimento excessivo do igualitarismo político, circunstância

¹⁴ GARGARELLA, Roberto. *Las Teorías de La Justicia Después de Rawls*. Copyright, 1999, por Ediciones Paidós Ibérica, Barcelona, Espanha, tradução de Alonso Reis Freire. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 224-248.

¹⁵ RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. (Political Liberalism, Columbia University Press, 1993). Tradução de João Sedas Nunes. Editorial Presença, Lisboa, 1996, p. 15.

inadmissível para RAWLS, visto não admitir sacrificar a liberdade em prol da igualdade política.

RAWLS, portanto, foi receptivo às críticas, mas as aceitou parcialmente, considerando que a concepção de justiça como equidade não deixa de ser praticável, razoável e sistemática na vivência de uma democracia constitucional.

RAWLS, de forma alguma, abandona os princípios da justiça, adaptando ao liberalismo político, de forma adequada, o racional e o razoável, como adiante será exposto. No liberalismo político procura demonstrar que os indivíduos podem perseguir seus projetos de vida, na vigência de um sistema de liberdades em condições asseguradas pelo princípio de diferença.

Inadmissível o fracasso do liberalismo político exatamente em face da existência de sua conexão com a teoria da justiça e exatamente em face da apologia da igualdade de direitos e liberdades políticas e civis, destacando-se, acima de tudo, que liberalismo político não confronta com a justiça como valor universal, pois esta é a virtude primeira das instituições sociais. Daí decorre nossa convicção em defesa da teoria da justiça, seguindo-se ainda alguns comentários sobre o liberalismo político.

RAWLS, ainda em sede de introdução da obra liberalismo político, observa que a Theory não se distingue como sendo uma doutrina moral da justiça de âmbito geral, de uma concepção estritamente política de justiça. Não há diferenciação entre doutrinas filosóficas e morais abrangentes. Todavia, ressalta que a revisão de vários erros não altera a estrutura e o conteúdo da Theory, substancialmente iguais, pois alguns desses erros passam a ser discutidos sem a preocupação de sua retificação. A explicação dessa afirmativa aparentemente incongruente segue *ipsis verbis*:

Explicando-me: o problema importante que me ocupa respeita à irrealística ideia de uma sociedade bem-ordenada tal como aparece

na **Theory**. Uma característica essencial de uma sociedade bem-ordenada associada com a justiça como equidade é a de que todos os seus cidadãos subscrevem essa concepção de acordo com o que designo de doutrina filosófica abrangente. Os cidadãos aceitam, em função do ancoramento nesta doutrina, os seus dois princípios de justiça. Similarmente, na sociedade bem-ordenada associada com o utilitarismo, os cidadãos subscrevem de forma geral aquela perspectiva como uma doutrina filosófica abrangente e aceitam o princípio da utilidade nessa base. Se bem que a distinção entre uma concepção política da justiça e uma doutrina filosófica abrangente não seja debatida na **Theory**, quando é levantada a questão, torna-se manifesto, julgo que a justiça como equidade e o utilitarismo são encarados como doutrinas abrangentes, ou, pelo menos, parcialmente abrangentes.¹⁶

Para RAWLS, uma sociedade democrática moderna não se caracteriza simplesmente pela pluralidade de doutrinas abrangentes religiosas, filosóficas e morais, mas também por essas doutrinas serem simultaneamente incompatíveis e razoáveis, mas nenhuma delas é afirmada pela generalidade dos cidadãos. RAWLS frisa que o liberalismo político supõe que a pluralidade de doutrinas abrangentes razoáveis — embora incompatíveis — se constitui no parâmetro normal de um regime democrático constitucional. Pode um regime democrático conter doutrinas abrangentes não razoáveis, irracionais e até dementes, mas, neste caso, o problema consiste no seu controle para que não ponham em causa, isto é, a perigo, a unidade e a justiça da sociedade.

RAWLS reconhece que a sociedade bem-ordenada ante o fato do pluralismo razoável, mostra que não foi empregada na *Theory*, devendo, portanto, ser reformulada, forçando outras alterações como a que então não era necessária, como a ideia de um consenso de sobreposição. Assim, a teoria da

¹⁶ RAWLS, John. *O Liberalismo Político*: Introdução. (Political Liberalism, Columbia University Press, 1993). Tradução de João Sedas Nunes. 1. ed., Lisboa: Editorial Presença, janeiro, 1996.

justiça não se apresenta como uma teoria capaz de garantir as bases de sua própria estabilidade. Não se fez como pretendia, ou seja, “*neutra*” perante as diferentes concepções do bem, observação oportuna de ROBERTO GARGARELLA.¹⁷

Embora RAWLS rejeite a ideia que cedeu às críticas feitas pelos comunitaristas,¹⁸ pode-se verificar que, na revisão de sua ideia de estabilidade, encontra-se aceitação de tais críticas, reforçando e enfatizando a questão da estabilidade, embasando-a na concepção da justiça como equidade, pois não se pode olvidar que, na posição original, as partes, cobertas sob o véu de ignorância, chegaram ao consenso sobre os princípios de justiça, com os quais vincula-se a regularização da distribuição dos bens primários, pelo princípio de diferença (*maximin*).

Os comunitaristas criticaram a teoria da justiça como excessivamente individualista. A referência aos comunitaristas nos leva a parentesiá-la, trazendo à baila, em resumo, a manifestação de MICHAEL WALZER sobre a comunidade, em sua obra *Esfera da Justiça*¹⁹. WALZER destaca a importância da comunidade, cujos membros participam da divisão, intercâmbio e partilha dos bens sociais, mas é preciso que haja um certo senso compartilhado de obrigações em relação aos deveres e cargos, pois sem certo senso compartilhado de obrigações e sem as obrigações não existiria comunidade política nenhuma, e também não existiria segurança nem bem estar social — e a vida da humanidade seria “*solitária, pobre, sórdida, bruta e*

¹⁷ GARGARELLA, Roberto. *Las Teorías de La Justicia Después de Rawls*. Copyright, 1999, por Ediciones Paidós Ibérica, Barcelona, Espanha, tradução de Alonso Reis Freire. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 224.

¹⁸ *communitarians*: são os críticos das teorias universalistas e não históricas da justiça, como a de Rawls, aludindo o fracasso das sociedades liberais contemporâneas, estando nesse rol Michael Sandel e Michael Walzer.

¹⁹ WALZER, Michael. *Esfera da Justiça — Uma Defesa do Pluralismo e da Igualdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 39.

curta”.²⁰

Walzer, como comunitarista, enfoca a justiça distributiva na esfera do bem-estar social, com reconhecimento das necessidades:

(...) *Nenhuma comunidade pode permitir que seus membros morram de fome quando há alimentos disponíveis para eles; nenhum governo pode permanecer passivo numa ocasião dessas – se alega ser governo da comunidade por ela e para ela. (...).*²¹

Os direitos ao bem-estar social só são fixos quando a comunidade adota algum programa de assistência mútua.

Vê-se que MICHAEL WALZER é comunitarista com prevalência da comunidade para que se efetive a justiça distributiva com segurança em relação à sociedade bem-ordenada.

MICHAEL J. SANDEL, outro comunitarista crítico da obra *a Theory of Justice*, apresenta RAWLS como um liberal deontológico tal como KANT (*Like Kant is a deontological liberal...*)²²

O termo deontologia, segundo a etimologia grega é a ciência da obrigação (deon + logos), foi criado pelo utilitarista BENTHAM em 1834, a fim de designar a moral utilitarista. Ao afirmar que RAWLS, como KANT, é um deontológico liberal, se prende ao fato que a deontologia se baseia na razão prática de caráter universal. Aqui, o caráter universal nos remete a concepção rawlsiana de justiça, que é a primeira virtude das instituições sociais. Indiscutível, portanto, que o caráter mandamental universal da

²⁰ WALZER, Michael, *op. cit.*, *loc. cit.*

²¹ *Idem*, p. 104-105.

²² SANDEL, Michael. *Liberalism and the limits of Justice*. New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1982, p.15.

justiça é originário do que foi acordado na posição original entre as partes cobertas pelo véu de ignorância.

A teoria da justiça se apresenta como uma alternativa ao utilitarismo, não sendo, portanto, feliz a ideia de atribuir a deontologia ser um termo exclusivamente utilitarista, embora não se possa negar que RAWLS vale-se de um conceito de racionalidade deliberativa, alicerçada na concepção utilitarista de HENRY SIDGWICK. Segundo esta concepção o bem de um indivíduo deve ser escolhido, mas levando em conta também os interesses de outras pessoas envolvidas, otimizando as possibilidades de concretização dos fins racionalmente escolhidos por cada um.

RAWLS, portanto, não deixa de se fundamentar em HENRY SIDGWICK, utilitarista de sua preferência, ao valer-se de um conceito de racionalidade deliberativa, eis porque as partes, na posição original, devem resolver o problema da justiça nos termos da teoria da justiça pela escolha racional.

SANDEL critica a teoria de RAWLS, visto que os que estão na posição original agem de forma individualista, perseguindo seu próprio interesse, não tendo, portanto, RAWLS qualquer preocupação comunitarista e sem qualquer preocupação de motivação objetiva. Sandel faz essa observação em sua avaliação da teoria rawlsiana:

*In assessing Rawls' theory of community it may be helpful to recall that the individualism of his conception describes the subject and not the object of motivations. The interests pursued by the parties to the original position are not interests in the self but interests of a self, and more specifically the interests of antecedently individuated self.*²³

²³ SANDEL, Michael J. . *Liberalism and the limits of justice*. New York. USA: Cambridge University Press, 1982, p.147.

Deve-se observar que SANDEL, em sua crítica à teoria rawlsiana faz um destaque ao “eu” (*self*), caracterizando, assim, a teoria como individualista.

2.2 ENFOQUE GERAL DA TEORIA RAWLSIANA

A obra rawlsiana trata de uma concepção de justiça denominada equidade, levando ainda em conta as ideias e os objetivos dessa concepção como sendo o objetivo filosófico para uma democracia constitucional.

A questão da concepção pública de justiça é aceita por todos, uma vez que seus princípios são originários da posição original, onde houve um consenso entre as partes em aceitá-los.

A obra rawlsiana se contrapõe aos utilitaristas: DAVID HUME e ADAM SMITH, BENTHAM e JAMES MILL. Para DAVID HUME os princípios da moral que não tinham fundamento na razão, mas no sentimento. A utilidade, para HUME, define-se como aptidão ou tendência natural para servir a um fim, desde que este seja visto como bom. E a justiça, entendida como respeito pelo direito da propriedade, deveria todo seu mérito à utilidade pública, pois conduz ao bem estar da sociedade.

O termo utilitarista foi empregado pela primeira vez por ADAM SMITH, cuja obra “*Teoria dos Sentimentos Morais*” foi sucedida pela “*A Riqueza das Nações*”, esta circunscrevendo-se a questões fazendárias e do governo.

BENTHAM também empregou o termo utilitarista. Mas todos eles são utilitaristas com traço comum na tentativa de transformar a ética em ciência

positiva da conduta humana (influência ao positivismo). JAMES MILL, continuador de DAVID HUME e BENTHAM, aplicou o princípio de que as ações são boas quando tendem a promover a felicidade e são más quando promovem o contrário. As boas ações constituem o cerne do utilitarismo, cujo objetivo principal é o de promover o maior grau do bem geral. De acordo com o utilitarismo, o valor moral de uma ação é uma função das consequências boas ou más, precisamente da felicidade ou infelicidade que ela produz. Por exemplo, ninguém pensaria em enviar uma missiva contendo talco, pois haveria a suposição de ter sido enviada por algum terrorista a fim de criar pânico e terror e, portanto, seria moralmente reprovável.

Para JOHN RAWLS todos foram teóricos sociais e economistas de primeira linha, e sua doutrina moral foi estruturada para responder às necessidades de seus interesses mais amplos e para se encaixar em um esquema abrangente.

“Uma Teoria da Justiça” é uma tentativa de generalizar e elevar a uma ordem mais alta de abstração a teoria tradicional do contrato social, representada por LOCKE, ROUSSEAU e KANT. Mas, a *Theory*, no capítulo I, destaca seu papel como a tese principal de RAWLS: ***“justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento. Embora elegante e econômica, uma teoria deve ser rejeitada ou revisada se não é verdadeira; da mesma forma leis e instituições, por mais eficientes e bem organizadas que sejam, devem ser reformadas ou abolidas se são injustas”***. Para RAWLS cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar.

Desde, o primeiro parágrafo da obra epigrafada percebe-se que para RAWLS a justiça é a virtude e o ponto fundamental das instituições políticas, da mesma maneira que todo sistema de pensamento visa, em última instância, a

verdade. Para RAWLS a busca da verdade deve ser o elemento central de qualquer teoria. E uma teoria por mais sofisticada, bela e bem apresentada que seja, se falseia a verdade, deve ser rejeitada do mesmo modo que as instituições podem ser muito eficazes, mas podem ser injustas e, por serem injustas, elas devem ser abolidas ou reformadas. Invoca ARISTÓTELES apontando que uma das peculiaridades dos homens é o senso do justo e injusto e, do fato de partilharem um entendimento comum da justiça, surge a *polis*.

As circunstâncias de justiça podem ser definidas sob o prisma da cooperação, que é tanto possível quanto necessária. RAWLS admite que a sociedade seja um empreendimento cooperativo, para vantagem, mas ela é tipicamente marcada pelo conflito de interesses. O conflito surge, segundo a ótica rawlsiana, em face de que a totalidade dos recursos a serem distribuídos é menor que a demanda. Daí, há um conflito permanente entre os bens disponíveis que são escassos e o desejo ilimitado de posse. Para parte dos indivíduos há uma descoberta de que a natureza não está para nos prover recursos infinitamente, embora nós sejamos indivíduos cujos desejos, de certa maneira, sejam infinitos. Há conflito de interesses porque as pessoas não são indiferentes no que se refere a benefícios maiores produzidos pela colaboração mútua, pois para perseguir seus fins, cada um prefere uma participação maior a outra menor dos recursos disponíveis. Daí resulta a exigência de um conjunto de princípios para escolher entre várias formas de ordenação social que determinam essa divisão de vantagens e para selar um acordo sobre as partes distributivas adequadas. Esses princípios são da justiça social. São eles que fornecem um modo de atribuírem direitos e deveres nas instituições básicas da sociedade e definem a distribuição apropriada dos benefícios necessários e encargos da cooperação social.

De ARISTÓTELES, RAWLS invoca novamente o partilhamento do senso comum do justo, do que surge a democracia constitucional.

Partindo da defesa do princípio de que as liberdades básicas de um regime democrático são garantias dessa concepção da justiça, não só porque procura demonstrar que os princípios da justiça combinam com nossos juízos ponderados (isto é, da convivência social dos cidadãos), mas também porque fornecem argumentos mais fortes em defesa das liberdades. Sua teoria da justiça repousa sobre pressupostos pouco exigentes e que são amplamente acatados. A justiça pode conseguir uma aceitação geral e as liberdades estão mais firmemente embasadas quando derivam de princípios com os quais as pessoas, situadas equitativamente umas em relação às outras, e concordam com tais princípios equitativos. Obviamente que a vida em sociedade tem seu ônus, mas se não vivêssemos em sociedade não poderíamos ter uma série de coisas que dessa convivência recebemos, e o ônus se constitui na limitação do nosso agir.

O que RAWLS denomina de estrutura básica é o balizamento que a teoria da justiça deve seguir. Não se pode olvidar que RAWLS explica a justiça como equidade, visto que entre os indivíduos com objetivos e propósitos díspares há uma concepção partilhada de justiça que estabelece os vínculos da convivência cívica; o desejo geral de justiça limita a persecução de outros fins. Aduz: *'pode-se imaginar uma concepção da justiça como constituindo a carta fundamental de uma associação humana bem-ordenada'*.

RAWLS estima que o bem-estar da maioria depende de um esquema de cooperação de todos, tanto dos mais bem dotados (afortunados) quanto dos menos dotados (menos afortunados). Ambos os princípios operam também sob condições de razoabilidade. RAWLS percebe, todavia, que uma concepção de justiça não pode anular nem os dons naturais, nem as contingências sociais que incidem nas estruturas política, econômica e, em geral, em todas as dimensões da vida.

Daí decorre a justiça da imparcialidade, apoiada na teoria

contratualista racionalista. Assim, RAWLS passa a denominar a justiça como imparcialidade. Expressamente faz referência a HUME e ADAM SMITH: *“Algo é justo, por exemplo, um sistema social, se for aprovado por um espectador idealmente racional e imparcial que ocupa um ponto de vista geral e possui todo conhecimento pertinente das circunstâncias. Uma sociedade justamente ordenada é aquela que recebe a aprovação desse observador ideal”*. Para RAWLS, a justiça, como imparcialidade, apoia-se na teoria contratualista e na teoria da eleição racional, como visto. O Observador ideal citado só delibera e avalia se certos atos são justos ou não. Algo é justo *“se, e somente se, satisfaz os princípios que seriam escolhidos na posição original para se aplicarem a coisa desse mesmo tipo”*. Mas, poderia acontecer que esse espectador idealmente racional e imparcial aprovasse um sistema social se e, somente, se satisfizesse os princípios da justiça que seriam adotados no sistema contratualista. Esta possibilidade não é excluída pela definição do observador ideal, visto que não faz nenhuma suposição psicológica específica.

O espectador ideal, aquele que recebe aprovação de uma sociedade justamente ordenada, é alguém que corresponda a essa definição e está livre para aceitar a Justiça como equidade, mas, para esse propósito, é preciso que o observador ideal aprove os sistemas sociais do justo e da justiça. Para que isso seja alcançado é preciso que o espectador ideal tenha a compreensão que fornece o único meio para o qual seus juízos morais possam chegar num acordo. Do ponto de vista da justiça como equidade, não há motivo por que as pessoas na posição original devam concordar com as aprovações de um espectador imparcial compreensivo, tomadas como padrão de justiça. Essa concordância tem todas as deficiências do princípio clássico da utilidade ao qual equivale. Se, entretanto, as partes forem concebidas como perfeitas altruístas, ou seja, como pessoas cujos desejos correspondam às aprovações desse espectador. Assim, o princípio clássico seria adotado sem dúvida. RAWLS adota o utilitarismo, partindo, por analogia, do que vale para um

indivíduo empenhado na satisfação de seus próprios interesses vale para um grupo empenhado na satisfação de seus interesses coletivos. RAWLS analisa os pressupostos morais que se subordinam à teoria da justiça ao utilitarismo clássico e ao intuicionismo. No caso do utilitarismo, pode-se resumir no seguinte enunciado: “*O máximo da felicidade para o maior número de homens*”²⁴. O utilitarismo exerce influência na Inglaterra e nos Estados Unidos. RAWLS tece uma crítica de princípio ao utilitarismo, afirmando seu fracasso como teoria moral. Numa das partes da TJ (§ 5º — utilitarismo clássico), RAWLS se concentra na teoria utilitarista de SIDGWICK, que considera mais clara e acessível. “*A ideia principal é a de que a sociedade está ordenada de forma correta e, portanto, justa, quando suas instituições mais importantes estão planejadas de modo a conseguir o maior saldo líquido de satisfação obtido a partir da soma das participações individuais de todos os seus membros*”. Nessa formulação, RAWLS critica no utilitarismo o fato de que sua teoria de justificação está concentrada na maximização do bem-estar de uma pessoa, ao promover seus objetivos racionais o máximo possível. Assim, o bem-estar da sociedade deve ser construído com a satisfação dos sistemas de desejos de numerosos indivíduos que a ela pertencem. O princípio para a sociedade é promover ao máximo o bem-estar do grupo; é realizar até o mais alto grau o abrangente sistema de desejos ao qual se chega com a soma dos desejos de seus membros. RAWLS critica o utilitarismo por estar voltado para a maximização da felicidade coletiva, sem se preocupar com o modo como ela é distribuída, isto é, se de uma maneira justa ou injusta entre todos os membros da sociedade. A respeito do intuicionismo, admite que o trata de forma mais genérica. RAWLS pergunta se as teorias intuicionistas são teleológicas ou deontológicas. Sua resposta está na característica distintiva das visões

²⁴ Como já foi destacado, seus representantes são David Hume (1711-1776) e os ingleses Adam Smith (1723-1790) e J.S. Mill (1800-1873). Pode-se acrescentar a esses, Henry Sidgwick (1838-1900), especialmente citado na obra epigrafada.

intuicionistas, que não são teleológicas ou deontológicas, prevalecendo a importância de se recorrer a nossas capacidades intuitivas, sem o balizamento de critérios construtivos ou reconhecíveis. Com relação ao intuicionismo, embora tenha sido feita referência no início do projeto, é interessante anotar que se refere às atitudes filosóficas ou científicas que apelam à intuição, isto é, a uma evidência para a inteligência ou os sentidos a um princípio que não se demonstra, permitindo compreender rapidamente um conjunto de fenômenos. Para a intuição não se requer o uso da razão para se entender algo. Os temas como a ética e axiologia se vinculam estreitamente à noção de justiça e por isso RAWLS, de acordo com sua tradição filosófica, considerou importante, em sua obra, referir-se ao significado do utilitarismo e ao intuicionismo em sua reflexão.

RAWLS considera importante a ideia do contrato social. Só que, no contrato social originário do estado de natureza, ele imagina uma situação original. É uma situação na qual os participantes decidem os princípios de organizações básicas da sociedade, situação que RAWLS denomina de “*véu da ignorância*”, pois os participantes são colocados nessa posição sem conhecerem suas posições reais na vida real. Desconhecem qualquer informação particular sobre sua situação na sociedade, como, por exemplo, sua classe social, seu poder econômico e até seu grau de inteligência. Eles ignoram seu projeto de vida. Para RAWLS basta que os participantes possuam bens primários. Mas sabem que viverão em uma sociedade dando ensejo à procriação. O véu da ignorância é a originalidade de sua teoria. Sua segunda originalidade é a teoria da justiça como equidade (fairness), mostrando que é uma alternativa clara ao utilitarismo, na medida em que ela se apresenta como um princípio ético fundamental. Segundo tal princípio, o outro jamais será utilizado como simples meio para se atingir os próprios fins. Essa é a ideia fundamental que deve governar qualquer sociedade e suas instituições. É a ideia de que o outro e a relação com o outro devem ser pautadas na ideia de

que o homem é um fim em si mesmo e nunca um meio para seus próprios fins. Daí o salto que se dá para analisar o dever de obedecer a uma lei injusta, partindo do princípio de que uma Constituição é justa. O dever de obedecer a uma lei injusta é evidente, considerando que os princípios de dever natural e de equidade estabelecem deveres e obrigações, sem prejuízo daquelas leis excessivamente injustas, e que muitas vezes acabam mesmo por serem inconstitucionais. Estas justificam recorrer à desobediência civil e ao direito à resistência, bem como objeções de consciência. Estas últimas surgem em situações em que as leis e a política se desviam das práticas estabelecidas e reconhecidas em que é possível um apelo, segundo RAWLS, ao sentido de justiça da sociedade como um todo. A desobediência civil tem seu papel, segundo RAWLS, no âmbito de um sistema constitucional, mas apenas em um sistema de cooperação entre os iguais e os que são prejudicados por uma grave injustiça e que não precisam obedecer. Obviamente, a desobediência, para RAWLS só pode ocorrer no sistema de cooperação entre os iguais, em uma concepção democrática de sociedade que deve ser vista como um sistema de cooperação entre as pessoas. Não prevalece a desobediência civil se há o pensamento de que a lei básica reflete a ordem da natureza e se acredita que o soberano governa por direito divino como representante escolhido por DEUS, onde seus súditos têm apenas o direito à súplica. Nesse sistema, em que o soberano é escolhido por DEUS, sistema da ordem da natureza, os súditos podem pleitear sua causa, mas não podem desobedecer, caso seu recurso seja indeferido. Essa desobediência seria uma rebelião contra a suprema e legítima autoridade moral (e não apenas legal). Isso significa dizer que o soberano não possa incorrer em erro, mas apenas não cabe aos súditos corrigi-lo. Aí, RAWLS faz a distinção entre o reino por natureza e o sistema legal, obviamente com referência a THOMAS HOBBS e que tem no soberano o representante de Deus, ou seja, tal como DEUS falou a ABRAÃO e não fez contrato com ninguém mais. Portanto, aqueles a quem DEUS não falou imediatamente, devem receber do

seu soberano as ordens positivas de DEUS, como as famílias e os descendentes de ABRAÃO as receberam do pai, senhor soberano civil. Em todas as repúblicas, aqueles que não recebem revelação sobrenatural, devem obedecer às leis do seu próprio soberano²⁵. A desobediência civil em JOHN LOCKE pode-se verificar na seguinte passagem:

*... se os atos ilegais cometidos pelo magistrado forem mantidos (pelo poder que ele detém) e a solução que lhe é devida pela lei for obstruída pelo mesmo poder, o direito de resistir, mesmo em tais manifestos de tirania, não perturbaria o governo subitamente ou em ocasiões de pouca importância*²⁶

As ideias políticas de JOHN LOCKE exerceram grande influência sobre o pensamento ocidental. Foram adotadas como base das democracias liberais. Suas obras Primeiro e Segundo Tratados influenciaram a revolução burguesa da Inglaterra (1688) e os iluministas franceses que tiveram, em suas ideias, as fontes para a Revolução Francesa. MONTESQUIEU inspirou-se em JOHN LOCKE para formular a teoria da separação dos poderes na redação de sua obra *Espírito das Leis* (1748).

2.2.1 Justiça como Equidade

RAWLS explica que a justiça como equidade, que é abrangente, não se restringe às instituições políticas, sociais e econômicas da democracia

²⁵ HOBBS, Thomas. *Leviatã*, Capítulo XL.

²⁶ LOCKE, John. *Da Tirania – Segundo Tratado sobre o Governo*, Cap. XVIII.

constitucional moderna, enquanto a equidade se aplica a todos os sujeitos e a todas as formas devidas. Mas a obra epigrafada não deixa de ser relevante para a análise, visto que RAWLS foi meticuloso na limitação do sujeito da justiça como equidade, explicitamente definido como “*a estrutura básica da sociedade*”, ou mais exatamente, a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social. Para RAWLS muitas espécies diferentes de coisas são consideradas justas e injustas. Não apenas as leis, as instituições e os sistemas sociais, incluindo decisões, julgamentos e imputações. RAWLS não deixa de denominar de justas e injustas as atitudes e disposições das pessoas e as próprias pessoas, tendo como tópico o da justiça social. Por instituições mais importantes, considera a constituição política e os principais acordos econômicos e sociais. Como exemplos importantes, RAWLS cita a proteção legal da liberdade de pensamento e de consciência, os mercados competitivos, a produção particular no âmbito dos meios de produção e a família monogâmica. Na obra, RAWLS enfatiza que uma sociedade é bem-ordenada não apenas quando está planejada para promover o bem de seus membros, mas quando é, também, efetivamente regulada por concepção pública de justiça. Trata-se de uma sociedade na qual todos aceitam seus princípios e sabem que os outros também os aceitam. Tais princípios de justiça e as instituições sociais básicas, geralmente satisfazem a todos. E o esquema de cooperação deve ser estável e observado de modo mais ou menos regular e suas regras básicas devem, espontaneamente, nortear a ação. E quando ocorrem infrações, devem existir forças estabilizadoras que impeçam maiores violações e que tendam a restaurar a organização social. Tudo deve estar vinculado com a justiça. RAWLS não avalia apenas a justiça por seu papel distributivo, por mais útil que ela seja. Procura levar em conta suas conexões mais amplas, pois embora a justiça tenha certa prioridade, sendo a virtude mais importante das instituições, ainda é verdade que em condições iguais, uma

concepção da justiça é preferível a outra, quando suas consequências mais amplas são mais desejáveis. Na ausência de uma certa medida de consenso sobre o que é justo e o que é injusto, fica claramente mais difícil para os indivíduos coordenarem seus planos com eficiência a fim de garantirem que acordos mutuamente benéficos sejam mantidos. A desconfiança e o ressentimento corroem os vínculos da civilidade, e a suspeita e as hostilidades tentam os homens a agir de maneira que eles, em circunstâncias diferentes, evitariam. Como já visto, LOCKE se opunha às teses de HOBBS, tanto sobre o estado de natureza anterior, como em relação ao significado de contrato social gerador do Estado. Para ele o contrato social visava não alienar os direitos nas mãos dos governantes, tornando legítimo o direito de resistência à opressão. O direito de resistência à opressão está expressamente consagrado no artigo 21 da Constituição Portuguesa, *in verbis*: (**Direito de resistência**) – “*Todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdade e garantias e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública*”. E já se encontrava consagrado na Constituição da República Federal da Alemanha, em seu artigo 20, que incluía entre os princípios básicos institucionais o direito de resistência, com consagração anterior na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26/08/1789.

2.2.2 Indagações Filosóficas

A proposta do estudo é buscar respostas às indagações de ordem filosófica, aprofundando-se na reflexão da concepção da justiça em RAWLS e da questão da desobediência civil, em sua análise nos casos de injustiça deliberada que convida à submissão ou à resistência. A submissão gera o

desprezo daqueles que cometem a injustiça e confirma a sua intenção, ao passo que a resistência rompe os vínculos da comunidade. Se depois de um tempo razoável para permitir os apelos políticos cabíveis, nas formas normais, os cidadãos, ao constatar infrações contra as liberdades básicas, podem optar em expressar sua dissensão por meio da desobediência civil. Essas liberdades ficariam, ao que parece, mais e não menos garantidas. Por essas razões, as partes adotariam as condições que definem a desobediência civil justificada como forma de criar, dentro dos limites à fidelidade à lei, um último recurso para manter a estabilidade de uma constituição justa.

Embora a modalidade de desobediência civil, como ação, seja rigorosamente contrária à lei, é o modo moralmente correto de manter um regime constitucional. A resistência aqui mencionada não é a violenta, mas a pacífica, onde se percebe a influência gandhiana da não-violência, acompanhada de um trabalho construtivo, ou seja, um conjunto de comportamentos para demonstrar ao adversário que não tem a intenção de abatê-lo, mas também de construir um modo melhor de convivência com o qual o adversário deverá se beneficiar. É ética gandhiana. RAWLS, cuja obra é objeto de nossa tese, enfatiza que a teoria constitucional da desobediência civil repousa sobre uma concepção da justiça, valendo o mesmo para a explicação da objeção de consciência, embora a desobediência civil seja mais um ato político e não religioso. Apoia-se em princípios da justiça ditados pelo senso comum da justiça da comunidade, uma invocação dos princípios reconhecidos da cooperação entre os iguais.

Para RAWLS, os homens colocados sob as condições do “*véu de ignorância*” dariam origem ao Estado moralmente legitimado e, por isso, justo. Induvidosamente, a teoria utilitarista, que nas condições originais propostas por RAWLS, busca a maximização da felicidade, alcançaria a justiça em sua distribuição. O utilitarismo não é refratário à justiça e seus apologistas

sempre defenderam, na prática, instituições políticas justas e democráticas. Em relação a KANT, o que se destaca é que RAWLS reconhece ser apropriada uma interpretação kantiana da justiça e mantém a correlação moral e política estabelecida por KANT. Segundo RAWLS sua interpretação kantiana

não tem a intenção de ser uma interpretação da doutrina de KANT propriamente dita, mas sim, da justiça como equidade. A visão de KANT é marcada por várias dicotomias, em especial as dicotomias entre o necessário e o contingente, a forma e o conteúdo, a razão e o desejo, os númenos e os fenômenos.²⁷

Não se pode abandonar essa dicotomia, sob pena de descaracterizar a teoria kantiana.

2.3 DO INTUICIONISMO²⁸

Os capítulos subsequentes procuram buscar respostas às indagações de ordem filosófica e aprofundar-se na concepção rawlsiana da justiça como equidade. Importante registrar que o termo é originário do latim *aequitas* significando igualdade e esta decorre de atitude que permite se possa discernir o justo do injusto, circunstância que JOHN RAWLS procura evidenciar em sua

²⁷ *noumenon/ noumena* - oposição a fenômenos; termo usado por Kant na *Crítica da Razão Prática*, usado no singular e no plural: Prefácio. Tradução de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 10-11.

²⁸ Intuicionismo é o termo pelo qual são indicadas atitudes filosóficas ou científicas diversas que têm em comum o recurso à intuição que é a relação direta, sem intermediação com o objeto qualquer; por isso, implica a presença efetiva do objeto, *apud* Nicola Abbagnano: *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

teoria da Justiça, que é uma postura contratualista e que se constitui também em uma alternativa viável ao utilitarismo que há muito tempo domina filosofia a filosofia política anglo-saxônica.

Como JOHN RAWLS procura denominar em sua obra de *Uma teoria da Justiça* não se pode negar a existência da invocação ao intuicionismo,²⁹ exatamente por falta de método objetivo ante a existência de uma pluralidade de princípios da justiça conflitantes, às vezes. Optando-se pelo intuicionismo qual seria o método mais seguro? Obviamente, a intuição não se apresenta segura, poder-se-ia, às vezes se incorrer em um simples palpite. Mas RAWLS procura afastar o recurso da intuição dentro do mínimo possível.

Para não se incorrer em simples palpite a solução é a utilização do princípio do razoável pois, para RAWLS, uma concepção de justiça é razoável em proporção à força dos argumentos que se possam oferecer a todos os participantes na posição original. O critério da razoabilidade é perfeitamente natural se a posição original contiver as diversas condições que se devem impor à escolha dos princípios e que levam a uma combinação com nossos juízos ponderados.³⁰

Como já exposto na parte geral, RAWLS trata do intuicionismo de forma genérica e pergunta se as teorias intuicionistas são teleológicas ou deontológicas. A resposta de que não são teleológicas ou deontológicas e podem ser de ambos os tipos e qualquer teoria ética está a depender de certo grau de intuição.

Na realidade, RAWLS utiliza-se do intuicionismo sob o fundamento

²⁹ Intuicionismo é o termo pelo qual são indicadas atitudes filosóficas ou científicas diversas que têm em comum o recurso à intuição que é a relação direta, sem intermediação com o objeto qualquer; por isso, implica a presença efetiva do objeto, *apud* ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

³⁰ T.J.— ed. nova. Tradução baseada na edição americana revista pela autora Jussara Simões. Revisão Técnica e da tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: M.Fontes, 2008.

da existência de uma pluralidade de princípios da justiça em face da existência da possibilidade de princípios conflitantes da justiça. Opõe-se ao intuicionismo em decorrência da realidade da adoção de método objetivo, capaz de estabelecer a prioridade em decorrência do pluralismo dos princípios da justiça, restando apenas utilização da intuição, até que se possa adotar, valendo-se da razoabilidade, qual será o princípio mais adequado para a teoria da justiça.

Para saber como RAWLS utiliza-se do intuicionismo, podemos afirmar que ele procura minorar a dependência da intuição na posição original, pois se pode olvidar que os que estão na posição original são racionais e concluem que devem considerar prioridades em relação aos princípios da justiça. Assim estabelecem padrões consensuais para julgar suas reivindicações. Evidentemente, não se pode supor que os juízos intuitivos dos participantes serão idênticos. Obviamente, não serão. Não serão em razão de suas diferentes posições na sociedade. Mas é necessário que haja um consenso. E as partes procuram um consenso acerca do modo como os princípios devem ser avaliados entre eles.³¹

Deve-se considerar que, na justiça como equidade, os princípios de justiça não são concebidos como evidentes, mas têm sua justificativa na escolha hipotética.

Na posição original, as partes tentam colher um consenso sobre a escolha dos princípios de justiça. Optam pela ordem serial ou “*lexical*” termo este preferido por RAWLS, por considerar o termo correto “*lexicográfico*” muito “*desajeitado*”.

³¹ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 44-49.

Pelo método de escolha serial, o primeiro princípio da justiça deve ser efetivado antes de se passar para o segundo. Deve-se anotar que, com a aplicação do método serial, antes que o princípio anterior seja satisfeito, não se passa para o subsequente.

A aplicação do método serial, segundo RAWLS, não há necessidade de se ponderar princípios, uma vez que os antecedentes têm um poder absoluto em relação aos posteriores.³² Aplicando tal ordenação, RAWLS classifica o princípio da liberdade igual para todos antes do princípio que regula as desigualdades sociais e econômicas. Ou seja, faz prevalecer a liberdade sobre a igualdade. Donde se infere que, pela doutrina rawlsiana, não é admissível sacrificar a liberdade em prol da igualdade. Daí, pode-se concluir que a estrutura básica da sociedade deve ordenar as desigualdades com a liberdade, esta prevalente sobre àquelas.

Não se pode afastar a intuição da posição original. Assim, as desigualdades econômicas devem ser julgadas em termos das expectativas a longo prazo dos grupos menos favorecidos. A especificação desses grupos não é muito precisa, segundo RAWLS, mas os nossos juízos de sabedoria (expressão rawlsiana) concedem um alcance considerável à intuição, uma vez que não se sabe formular o que os define. RAWLS vale-se, portanto, mais da prudência racional em substituição a juízo ético.

Opõe-se ao intuicionismo em decorrência da realidade da adoção de método objetivo, capaz de estabelecer a prioridade em decorrência do pluralismo dos princípios da justiça, restando apenas utilização da intuição, até que se possa adotar, valendo-se da razoabilidade, qual será o princípio mais adequado para a teoria da justiça.

Na verdade, RAWLS faz a distinção entre o intuicionismo racional e o

³² RAWLS, John, *op. cit.* p. 46.

intuicionismo pluralista, em virtude de que a justiça como equidade consiste na hipótese de que seus princípios são escolhidos na posição original e são idênticos àqueles que são compatíveis com os nossos juízos ponderados e descrevem o senso de justiça. Para RAWLS, qualquer concepção de justiça terá que confiar até certo ponto, *modus in rebus*, na intuição. Mas uma concepção de justiça intuicionista exclusiva é apenas uma meia-concepção.

Na justiça como equidade, o papel da intuição é limitado, principalmente porque os princípios da justiça são aqueles que são escolhidos na posição original e resultam de determinada situação de escolha. Por racionalidade, os participantes da posição original reconhecem a prioridade dos princípios e lhes dão determinado peso, ao passo que o intuicionismo pluralista não favorece uma solução útil e uma prioridade.

Na justiça como equidade, não há uma dependência absoluta do intuicionismo em face de fornecer uma interpretação sistemática dos nossos juízos ponderados do que é justo e do que injusto. Dele decorre a impossibilidade de se atribuir pesos a princípios concorrentes de justiça.

RAWLS vale-se do problema da prioridade, cuja solução para ele constitui em ordenar e priorizar em uma classificação serial, através do qual prioriza a liberdade igual antes do princípio que rege as desigualdades sociais e econômicas, significando que a estrutura básica de uma sociedade bem-ordenada, deve solucionar a questão das desigualdades da riqueza de maneira compatível com as liberdades iguais. É inadmissível para RAWLS sacrificar a liberdade em prol de uma igualdade.

Ao levantar a questão da prioridade, RAWLS não elimina totalmente a dependência dos juízos intuitivos e não há razão para que se possa evitar todos os apelos à intuição de qualquer espécie, visto que a finalidade prática é buscar um ponto comum de justiça como equidade. Um entendimento comum de justiça como equidade se constitui em democracia constitucional, cujo

primeiro princípio da liberdade igual é o mais sólido para a concepção de justiça pública.

Embora RAWLS reconheça a impossibilidade de eliminar todos os apelos aos princípios intuicionistas, não consegue negar que se deve recorrer o mínimo possível à intuição ante a impossibilidade de se propor uma regra de hierarquizá-la na adoção de qual princípio da justiça que se deve adotar em determinada situação. Não há dúvida de que a falha da intuição é evidente, mas pode ser contornada com o emprego da razoabilidade na sua utilização para a distinção de um simples palpite. Portanto, RAWLS não deixa de reconhecer a importância da intuição para a elaboração de uma teoria da justiça e, como consequência, estabelece a noção do equilíbrio de reflexão.

A noção de equilíbrio reflexivo encontra-se bem exposta na obra *Justiça como equidade — uma reformulação*,³³ em que RAWLS parte da ideia de que os cidadãos são capazes do uso da razão, assim como o senso de justiça. Nas condições normais da vida quotidiana, essas capacidades são desenvolvidas gradualmente e, em decorrência da maturidade, são exercidas de vários tipos de juízos de justiça aplicados a todo tipo e mais diversos assuntos. Mas o senso de justiça, na condição de sensibilidade moral, envolve o exercício de juízos, com uso da razão, da imaginação e julgamento. De todos os juízos selecionados, são escolhidos os juízos de convicções refletidas. Estes juízos são realizados sob condições em que nossa capacidade de julgamento pôde ser exercida plenamente, sem qualquer influência, como, por exemplo, a inveja, pois os riscos da inveja não são piores em sociedade de justiça como equidade do que em uma regida por qualquer outra concepção de justiça. Para RAWLS não é provável que os princípios de justiça despertem a inveja geral

³³ *Justiça como equidade- uma reformulação*: (obra original: Justice as fairness por Harvard University press, copyright, 2002), tradução Claudia Berliner, revisão técnica e da tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

desculpável e nem a inveja particular em grau problemático. Isto ocorre porque, na sociedade bem-ordenada, consegue-se enfrentar os riscos da inveja generalizada quanto da inveja particular, esta endêmica da vida humana.

A inveja particular (individual) é decorrente da rivalidade e de uma competição. É a inveja dos sucessos dos rivais. Já a inveja geral, generalizada, conforme sua designação, RAWLS a considera desculpável, considerando que a justiça como equidade diminui o número de ocasiões em que os menos favorecidos possam sentir que sua situação é empobrecida e humilhante. Mesmo que tenham uma certa tendência à inveja, será desculpável, pois, provavelmente, ela nunca será fortemente acirrada.

Enfim, sobre a questão da inveja particular e sobre a geral, esta desculpável, imprescindível o registro da conclusão de RAWLS (TJ., p. 598).

“Concluo, então, que os princípios da justiça não tendem a inveja geral desculpável (e nem tampouco a inveja particular) numa medida problemática.”

Sua inferência, sem dúvida, decorre do consenso obtido na posição original, que é relativamente estável, em razão do consenso sobre os princípios da justiça, na posição original.

Mas ainda neste tópico, considerando sempre a posição original, e antes de darmos sequência aos juízos refletidos, importante que se faça um parêntese, abordando, mais uma vez, a questão da prioridade da liberdade na doutrina rawlsiana, com ligações estreitas à inveja, à autoestima e ao *“status”*.

Na posição original, as pessoas desconhecem a posição social de cada participante, não havendo, portanto, conflitos, que não possam ser sanados pelos juízos refletidos.

Na posição original, o bem primário da autoestima é apoiado na distribuição igual das liberdades fundamentais e define o mesmo *“status”* para

todos, minorando, com isso, a questão da inveja particular e da inveja geral desculpável. A sociedade bem-ordenada permite que a distribuição dos bens materiais siga seu curso próprio, de acordo com a justiça procedimental pura, através da qual chega-se a um resultado correto e justo. Para RAWLS, justiça procedimental impura é a criminal, pois esta, apesar do seguimento correto das formalidades justas, pode ensejar um erro judiciário, inocentando o culpado e condenando o inocente. Feitas estas considerações sobre a inveja particular, a geral desculpável e as causas que as minimizam, oportuno é o retorno ao assunto dos juízos refletidos.

Os juízos refletidos podem variar de uma pessoa para outra, podendo ser incoerentes, ou de conflitos internos. Mas há aqueles que supõem que seus juízos são sempre coerentes, sendo pessoas dogmáticas e, conseqüentemente, agem sem reflexão, pode-se dizer até com fanatismo.

Mas alguns dos nossos juízos podem entrar em conflito com de outras pessoas, e alguns deles devem ser retratados para que se possa obter um acordo razoável no tocante à justiça política. Para RAWLS, o juízo reflexivo deve ser amplo em razão de várias razões que precederam à retratação. Uma sociedade bem-ordenada é uma sociedade efetivamente regida por uma concepção pública de justiça, decorrente de um sistema equitativo de cooperação, visto que da concepção de justiça pública cada pessoa sabe e aceita os mesmos princípios de justiça igualitária, que serão aceitos por todos os outros. As pessoas sabem e acreditam que a estrutura básica da sociedade decorre de um princípio cooperativo. Assim, em uma sociedade básica, bem-ordenada, há um consenso de justiça pública, pois segundo ARISTÓTELES³⁴ (Ética a Nicômaco), uma das atribuições da justiça é promover abstenção da *pleonexia*, evitando-se que alguém possa tirar algum proveito em benefício

³⁴ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, p.144.

próprio.

2.3.1 Do Equilíbrio Reflexivo Restrito e Amplo

Para explicar o equilíbrio reflexivo, RAWLS parte da ideia na noção de pessoas livres e iguais, que faz em uso da razão e têm senso de justiça, que é a sensibilidade moral das pessoas, envolvendo as faculdades da razão, da imaginação e julgamentos. Daí decorre o que RAWLS denomina de juízos refletidos, que sequer são influenciados por influências distorcidas, que se constituem em juízos feitos com hesitação, nos quais tenhamos pouca confiança. De mesma forma, deve-se deixar de lado aqueles juízos emitidos quando estamos aborrecidos, ou quando estamos dispostos a ganhar a qualquer preço. São juízos, segundo RAWLS, errôneos ou influenciados por uma atenção excessiva em relação aos nossos próprios interesses. As influências distorcidas são aquelas que prejudicam os juízos ponderados, necessários para a emissão do senso de justiça, pois todo juízo deve ser emitido tendo por escopo uma decisão correta, ou pelo menos que não se tenha o desejo de evitar uma decisão correta. Portanto, juízos em que se pode fazer um julgamento correto, podendo haver alguns juízos de pontos pacíficos que não carecem reconsideração, ou seja, juízos aceitos sem a possibilidade de voltar atrás, como o exemplo citado por RAWLS de LINCOLN que disse: *“Se a escravidão não é condenável, nada é condenável”*. A teoria da justiça considera todos os juízos possíveis, seja qual for seu nível de generalidade, podendo ser um juízo específico ou uma convicção geral de alto nível. Mas como em nossa mente pode haver juízos conflitantes, é preciso que sejam revistos para que se atinja o objetivo prático de se obter um acordo razoável no tocante à justiça pública.

Para RAWLS ocorre o equilíbrio reflexivo restrito, diverso do reflexivo amplo, quando a pessoa não leva em conta as revisões necessárias para o restante de sua concepção, isto é, não considera outras concepções distintas de justiça e nem a força dos vários argumentos que sustentam essas concepções.

RAWLS aponta a solução do equilíbrio reflexivo amplo e geral, isto é, um juízo reflexivo pleno, ainda no caso de uma pessoa, que é alcançado quando alguém considerou cuidadosamente outras concepções de justiça política encontradas em nossa tradição filosófica, incluindo visões críticas do próprio conceito de justiça, não deixou de sopesar a força das diversas razões filosóficas e não-filosóficas que as sustentam. Assim, o equilíbrio é amplo, por ser originário da reflexão ampla e abrangente, pois considerou as várias opiniões que o precederam. Portanto, em uma sociedade bem-ordenada, todos os cidadãos possuem suas pretensões decorrentes de um juízo reflexivo pleno.

Para a concepção rawlsiana, em uma sociedade bem-ordenada é importante a existência do equilíbrio ponderado, ou seja, do equilíbrio reflexivo amplo (*reflective equilibrium*), que é o equilíbrio atingido pela reflexão entre todos os julgamentos, principalmente sopesando os princípios de justiça inerentes a cada pessoa. É o equilíbrio ponderado que segundo RAWLS, é o equilíbrio ponderado que se trata de um equilíbrio reflexivo amplo, pois, segundo ele, nossos princípios e opiniões coincidem e é reflexivo “*porque sabemos com quais princípios nossos julgamentos se conformam*”. Ou seja, a justiça como equidade se embasa em premissas nesse equilíbrio reflexivo, que não é necessariamente estável. “*Está sujeito a ser perturbado por outro exame das condições particulares que podem revisar nossos julgamentos*”.³⁵ O exame das condições poderá ensejar a revisão de nossos juízos, mas, pelo juízo reflexivo,

³⁵ T.J.— nova tradução baseada na edição americana — Jussara Simões. São Paulo: M.Fontes, 2008, p. 23.

será possível a manutenção da posição contratual original, procurando-se fazer o possível para justificar, de forma coerente, nossas convicções acerca da justiça social. Assim, a concepção da justiça social se mantém estável, decorrente da posição original. É, sem dúvida, a convicção devidamente apurada, “*como sendo o resultado desse tipo de roteiro hipotético de reflexão*”.³⁶

É exatamente o equilíbrio reflexivo que passa a representar, em última análise, o liberalismo rawlsiano, pois “*representa a tentativa de como dar um único sistema, tanto os pressupostos filosóficos razoáveis impostos aos princípios, quanto os nossos juízos ponderados sobre justiça*”, embora, segundo a concepção do equilíbrio refletido, a concepção de justiça possa ser deduzida de premissas axiomáticas ou de pressupostos aos seus princípios, mas, ao contrário, sua justificação é um problema da corroboração mútua de muitas considerações, do ajuste de todas as partes numa única visão coerente. Daí emerge o sistema cooperativo do qual decorre o liberalismo rawlsiano.

O equilíbrio reflexivo é o atingido pela reflexão entre nossos julgamentos bem sopesados em consonância com nossos princípios de justiça. É que se estampa em TJ,

*Por meio desses avanços e recuos, suponho que acabaremos encontrando a configuração da situação inicial que ao mesmo tempo expresse preposições razoáveis e produza princípios que combinem com nossas convicções devidamente apuradas.*³⁷

Na teoria da justiça como equidade, o equilíbrio reflexivo pleno caracteriza-se por seu objetivo prático e por ser uma reflexão racional. Satisfaz a necessidade de uma base para a justificação pública em questões de justiça

³⁶ RAWLS, John. TJ, nova tradução baseada na edição americana revista pelos autos, de Jussara Simões, com revisão da Tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 23-25.

³⁷ *Ibidem, loc. cit.*

política. É acima de tudo coerente, isto é, em todas suas convicções refletidas apresenta coerência. RAWLS admite esta coerência, mas não só se deve levar ainda em conta a existência de outras abrangentes que passam a fazer parte de um consenso sobreposto.

2.3.2 Da Noção de Consenso Sobreposto

A noção de consenso sobreposto é introduzida para tornar a sociedade bem-ordenada em uma realidade e ajustá-la de forma razoável ao pluralismo de outras doutrinas aceitáveis. Esta circunstância, RAWLS a fundamenta que, embora todos os cidadãos possam afirmar a mesma concepção de justiça pública, não se pode imaginar que eles a façam sempre pelas mesmas razões.

Cidadãos têm opiniões religiosas diferentes, filosóficas e morais, diferentes, mas podem afirmar a mesma concepção política, pelo menos parcialmente, ainda que por razões diversas. Tal circunstância em uma sociedade bem-ordenada não impede que a concepção política seja comum, solucionando questões constitucionais essenciais.

Em uma sociedade bem-ordenada não se pode afirmar que exista uma mesma doutrina. O fato da existência do pluralismo razoável demonstra que não há doutrina total ou parcialmente abrangente, com a qual todos os cidadãos concordam ou possam concordar para decidir as questões fundamentais de justiça pública. Mas em uma sociedade bem-ordenada há um consenso sobreposto razoável. RAWLS entende, por isso, que a concepção política está alicerçada em doutrinas religiosas, filosóficas e morais razoáveis,

embora opostas, mas que ganham um corpo de adeptos que perdura de uma geração para outra. Assim se forma a base mais razoável da unidade política e social disponível para os cidadãos de uma sociedade democrática.

Em uma sociedade bem-ordenada se firmam dois pontos distintos, mas intimamente relacionados. Um desses pontos é a concepção política que todos afirmam e com a qual concordam. Mas um outro ponto consiste na existência de várias doutrinas religiosas e morais abrangentes, sem que haja oposição em face da noção sobreposta existente em uma sociedade bem-ordenada em aceitar várias e diferentes doutrinas abrangentes como as religiosas que subsistem em uma sociedade bem-ordenada por força da liberdade de consciência.

Merece ainda ser destacado o seguinte trecho sobre a noção de consenso sobreposto³⁸:

(...) dizemos que numa sociedade bem-ordenada, a concepção política é afirmada por aquilo que denominamos um consenso sobreposto razoável. Entendemos que por isso que a concepção política está alicerçada em doutrinas religiosas, filosóficas e morais razoáveis embora opostas, que ganham um corpo significativo de adeptos e perduram ao longo do tempo de uma geração para outra. Esta é creio eu, a base mais razoável de unidade política e social disponível para os cidadãos de uma sociedade democrática.

RAWLS, portanto, atribui um lugar de destaque para a ideia de consenso sobreposto e assume que o fato da existência do pluralismo razoável e outras doutrinas religiosas se constituem em uma condição permanente de

³⁸ RAWLS, John. *Justiça Como Equidade — Uma Reformulação*. Tradução de Claudia Berliner, com revisão técnica e da tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 44-45, § 11 e 11.2.

uma sociedade democrática.

RAWLS apresenta sua convicção de que um regime democrático constitucional é razoavelmente justo e merece ser defendido em razão do conceito amplo de pessoas razoáveis.

RAWLS não considera em primeiro lugar as doutrinas abrangentes existentes para, em seguida, montar uma concepção política que consiga um ponto de equilíbrio entre elas e obter, depois, a adesão. Fazer assim implicaria para RAWLS ter uma concepção política no sentido errado. Parte da posição original de nada saber de antemão sobre as várias visões abrangentes, mas não coloca qualquer obstrução à aceitação da concepção delas. Assim se procedendo surge a ideia de uma concepção política de justiça que não pressupõe nenhuma visão abrangente específica. Não há, antes, a procura de doutrinas abrangentes para se elaborar uma concepção de política. RAWLS entende que proceder assim é errado. Em vez disso, a justiça como equidade elabora uma concepção política com visão autônoma, que parte da ideia fundamental da sociedade como um sistema equitativo de cooperação. Isso conduz à ideia de uma concepção política de justiça, sem obstáculos doutrinários, visando à obtenção do apoio de um consenso sobreposto razoável e duradouro.

Portanto, consenso sobreposto ou consenso por justa posição (*overlapping consensus*) existe em uma sociedade quando a concepção política da justiça que governa as suas instituições básicas é aceita por cada uma das doutrinas sobrepostas existentes, não importando que sejam morais, filosóficas ou religiosas. Tais doutrinas sobrepostas perduram geração após geração; perduram porque a concepção política da justiça garante sua estabilidade de uma geração por outra. O consenso sobreposto difere de um simples *modus vivendi* entre doutrinas opostas por não se tratar de um simples consenso que reconhecesse certa autoridade ou se conformasse com certos arranjos

institucionais baseados na convergência dos interesses individuais ou nos interesses de grupo. A noção do consenso por justaposição não deve ser confundido de interesses oportunos de grupos, isto é, não se constitui em oportunismo, circunstância que impede que se confunda com simples *modus vivendi*.³⁹

2.3.3 Do Razoável e Racional

A utilização do razoável para a distinção da intuição de um simples palpite, nos leva a observar que RAWLS estabelece uma diferença entre o razoável e o racional, e o faz em sua obra *“O liberalismo político”*. Na sequência, vamos verificar que a utilização do termo *“razoabilidade”*, para que não se confunda a intuição com um simples palpite, está em consonância com a teoria da justiça como equidade, visto que é possível ser racional, embora de modo intuitivo.

RAWLS ao expor a diferença entre o razoável e o racional, inicia sua fala como uma indagação: *“O que é que distingue o razoável do racional?”* Para prosseguir expando: *“Na linguagem quotidiana estamos cientes de que alguma diferença os separa (...)”,* basta invocar alguns exemplos vulgares para a fazer emergir prontamente. Dizemos: *‘A proposta era perfeitamente racional dada a sua forte posição negocial, mas não deixava de ser altamente irrazoável, mesmo revoltante’*. Em vez de definir diretamente o termo *‘razoável’*, especifico dois dos seus aspectos básicos como virtudes das

³⁹ *Justice et démocratie por Édition du Seuil.*— (Justiça e Democracia), Copyright 1978, p. 245-331. Reidel Dordrecht. Holanda.

peessoas”⁴⁰.

O razoável é um elemento de ideia de sociedade como um sistema de cooperação equitativa, segundo RAWLS, aduzindo que a ideia de seus justos termos devem ser razoáveis como condição para que todos seus justos termos sejam razoáveis como condição para que todos os aceitem, constituindo a ideia da reciprocidade que se situa entre a ideia da imparcialidade, que é altruísta, (esta decorre do bem geral), e a ideia da vantagem mútua em que todos são favorecidos.

Para RAWLS, as pessoas razoáveis são impelidas pelo bem em geral, mas, visando o próprio bem, no mundo social, no qual as pessoas livres e iguais cooperam umas com as outras, em termos que são aceitos por todas, visto que da reciprocidade, resulta um benefício em conjunto, e a reciprocidade deve estar presente neste mundo. É o princípio rawlsiano da solidariedade, isto é, da reciprocidade. Por este princípio todos aceitam e sabem e todos sabem que os outros aceitam, e assim por diante.

Na justiça, como equidade, o razoável e o racional são considerados independentes, pois são duas ideias básicas distintas. São distintas por não haver, na justiça como equidade, maneira de fazer uma ideia derivar da outra, ou seja, não como fazer derivar o razoável do racional, embora alguns autores tentassem fazê-lo, havendo até a afirmação de que o racional é mais básico. RAWLS é bastante enfático, afirmando que a justiça como equidade rejeita tal ideia, simplesmente porque o razoável e o racional são ideias complementares; cada uma delas é um elemento dessa ideia fundamental, associando-se ainda a uma faculdade moral distinta, respectivamente, à capacidade para um sentido de justiça à capacidade para uma concepção do bem. Daí as ideias do razoável

⁴⁰ RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. (Political Liberalism, Columbia University Press, 1993). Tradução de João Sedas Nunes. 1. ed., Lisboa: Editorial Presença, janeiro, 1996, p. 71.

e do raciocínio operam conjuntamente para especificar os justos termos da cooperação, considerando que entre as partes deve haver um posicionamento recíproco. Essa maneira de o razoável operar conjuntamente como o racional ocorre com o estabelecimento da posição original, gênese de uma sociedade bem-estruturada.

2.3.4 Ideias Complementares: Razoável e Racional

Como pela justiça como equidade, o razoável e o racional são ideias complementares e não concebíveis autonomamente, os agentes meramente razoáveis não poderiam ter quaisquer fins próprios que pretendessem promover e cumprir através da cooperação equitativa. Por outro lado, os agentes meramente racionais carecem de um sentido de justiça, pois incapazes de reconhecer a validade independente das pretensões dos outros. Com isso, RAWLS não procura sugerir que, no quadro das suas lealdades e ligações específicas, os agentes meramente racionais não reconheçam as pretensões dos outros; simplesmente, não reconhecem a essas pretensões qualquer validade independente desses laços. RAWLS reconhece seu erro com a referência que faz à teoria da justiça como sendo uma parte da teoria da decisão racional, pois o que deveria ser dito

é que a explicação das partes, e do seu raciocínio, utiliza a teoria da decisão racional, embora de um modo estritamente intuitivo. Em si, esta teoria faz parte de uma concepção política da justiça que procura resgatar uma explicação dos princípios razoáveis da

*justiça. Não se pode pensar em fazer derivar esses princípios do conceito de racionalidade como único conceito normativo.*⁴¹

Finaliza: “*creio que a Theory, considerada no seu todo, sustenta esta interpretação.*”⁴². Podíamos verificar, apenas em relação à teoria da justiça como equidade, que o razoável e racional se complementam, pois, através do razoável e racional, os elementos de uma sociedade livre e de iguais, conseguem interagir.

Assim, usar-se-á o critério razoável para que se faça a distinção do palpite, para não confundi-lo com a intuição. O uso do razoável é aplicado no foro interno, mas sem a dispensa do racional.

*A sociedade é cooperativa com aplicação do razoável que é público, segundo RAWLS, mas o racional não o é. Pelo razoável entramos no mundo público dos outros, como nossos iguais e estamos prontos a propor e aceitar, conforme o caso, os justos termos da cooperação, que com os outros haveremos manter. São os termos instaurados especificando o justo, com as razões que estamos dispostos a partilhar e a reconhecer perante os outros como fundamentos das nossas relações sociais.*⁴³

Ninguém deixará de aceitar que cedamos lugar na fila preferencial ao um hemiplégico. Para RAWLS, se formos razoáveis estaremos aptos para o mundo social e essa configuração, desenvolvida para o mundo social público é a depositária da nossa razoável expectativa de que todos a subscrevam e nela referenciem a ação, com a confiança que os outros também o farão.

⁴¹ RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. Tradução de João Sedas Nunes (Political Liberalism, Columbia University Press, 1993). 1. ed., Lisboa: Editorial Presença, janeiro, 1997, nota sete, p. 74.

⁴² *Ibidem, loc. cit.*

⁴³ RAWLS, John, *op. cit.*, p. 75.

2.4 DO UTILITARISMO

Utilitarismo é a teoria que identifica o bom como útil. Remonta ao filósofo grego EPICURO (341 — 270 A.C.), fundador do epicurismo cujo fundamento se consiste que viver bem se constitui em saber seus prazeres. O sucesso do termo se deve ao utilitarista JOHN STUART MILL (1806 -1876), filho de JAMES MILL (1773 — 1836), este continuador do utilitarista DAVID HUME (1711 — 1775). A doutrina utilitarista funda-se na felicidade para os outros e a felicidade do próprio “*eu*”, em consequência do princípio de que as ações são boas quando tendem a promover a felicidade e são más quando promovem o contrário. Daí decorre que as boas ações se constituem o cerne do utilitarismo cujo objetivo é o de promover o maior grau de bem geral. Para o utilitarismo, o valor moral de uma ação é em função de consequências boas, ou, precisamente, da felicidade ou infelicidade que ela produz. As qualidades das boas ações devem, portanto, promover a felicidade e o prazer às pessoas.

RAWLS não deixa de admitir que o utilitarismo não deixou de se aperfeiçoar em suas diversas formas, mas não as levará em conta as discussões contemporâneas, pois seu objetivo maior é elaborar uma teoria da justiça que represente uma alternativa ao pensamento utilitarista em geral e conseqüentemente a todas as suas diversas versões.⁴⁴

Induvidoso que a teoria da justiça se constitui em uma postura contratualista como alternativa ao utilitarismo clássico, cujos alguns tópicos, passamos a expor. Mas oportuno, neste momento, o destaque da defesa de

⁴⁴ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 24.

JOHN STUART MILL em prol do utilitarismo:

O credo que aceita a utilidade ou o princípio da maior felicidade como a fundação da moral sustenta que as ações são corretas na medida em que tendem a produzir a felicidade e errada conforme tendam a produzir o contrário da felicidade. Por felicidade se entende o prazer e a ausência de dor; por infelicidade, dor é a privação do prazer (...), a saber, que o prazer e a imunidade à dor são as únicas coisas desejáveis (as quais são tão numerosas no esquema utilitarista como em qualquer outro) são desejáveis quer pelo prazer inerente a elas mesmas, quer como meios para alcançar o prazer e evitar a dor.

É necessário repetir mais uma vez aquilo que os adversários do utilitarismo raramente fazem a favor de reconhecer: a felicidade que os utilitaristas adotaram como padrão do que é certo na conduta não é a do próprio agente, mas de todos os envolvidos. Assim, entre sua própria felicidade e a de outros, o utilitarismo exige que o indivíduo seja não apenas estritamente imparcial como um espectador desinteressado e benevolente. No preceito de outro de JESUS DE NAZARÉ encontramos todo o espírito da ética da utilidade. Fazer aos outros que gostaria que lhe fizessem e amar ao próximo como a si mesmo constituem a perfeição ideal da moralidade utilitarista. Para nos aproximarmos o mais possível desse ideal, a utilidade recomendaria os meios que se seguem. Em primeiro lugar, que as leis e os dispositivos sociais deveriam pôr o mais possível a felicidade ou (como se poderia na prática chamá-lo) o interesse de cada indivíduo em harmonia com os interesses do todo; (...).⁴⁵

⁴⁵ MILL, John Stuart. *Liberdade/Utilitarismo*. Tradução de Eunice Ostrensky, do título original: *On Liberty and Utilitarianism*. Oxford Iniversity Press 1969. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 187 e 202-203.

Em relação a JOHN STUART MILL é preciso anotar sua posição de se afastar da corrente hedonista, visto que faz distinção dos prazeres inferiores e prazeres superiores, ao estabelecer qualidade entre os prazeres, visto que, em geral, escritores utilitaristas reconheceram a superioridade dos prazeres mentais sobre os corpóreos principalmente pela maior permanência, maior segurança.

É perfeitamente compatível com o princípio de a utilidade reconhecer o fato de algumas espécies de prazer são mais desejáveis e mais valiosas do que outras. Enquanto na avaliação de todas as outras coisas a qualidade é tão levada em conta quanto a utilidade, seria absurdo supor que a avaliação dos prazeres dependesse unicamente da quantidade.⁴⁶

RAWLS observa, como se verifica no escorço preambular deste trabalho, que ADAM SMITH, cuja obra “*Teoria dos Sentimentos Morais*” empregou pela primeira vez o termo utilidade. De fato, ADAM SMITH, na aludida obra, utiliza o termo utilidade de forma sucessiva, assim, por exemplo:

Todos os que já consideraram como alguma atenção o que constitui a natureza da beleza observaram que a utilidade é uma das principais fontes de beleza.⁴⁷

Havendo, em outras passagens da citada obra o emprego do termo “*utilidade*”.

⁴⁶ *Idem, op. cit. p. 188-189.*

⁴⁷ SMITH, Adam. *Teoria dos Sentimentos Morais*. Tradução de Lya Luft e revisão de Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 129.

2.4.1 Oposição ao Utilitarismo

RAWLS se contrapõe ao utilitarismo, por ser um liberal e não aceitar a concepção consequencialista que resulta da situação de coisas previamente avaliadas. Para os utilitaristas, como verifica em STUART MILL, a sociedade se apresenta ordenada de forma correta, e, portanto, justa quando suas principais instituições estão organizadas de modo a alcançar o maior saldo de satisfação calculado com base na satisfação de todos os indivíduos que a ela pertençam.

Ainda, segundo STUART MILL, os utilitaristas adotaram como padrão do que é certo, não a conduta do próprio agente, mas de todos os envolvidos, subsistindo o espírito da ética da utilidade no amor ao próximo como a si mesmo, constituindo-se no ideal da moralidade utilitarista, cujo escopo é atingido por leis e dispositivos sociais por maior felicidade ou interesse de cada indivíduo em harmonia com os interesses de todos.

RAWLS rejeita a definição do bem como soberano do prazer, isto é, o hedonismo ou eudamonismo, cujo bem soberano é a felicidade, segundo a moral aristotélica. Todavia, não deixa de admitir que a sociedade não deixe de facilitar a hipótese de que a concepção mais racional de justiça é a utilitarista. Assim, todo homem, ao realizar seus próprios interesses acaba contrabalançando suas próprias perdas com seus próprios ganhos. Todo homem procura alcançar o máximo de seu interesse sem prejudicar a ninguém.

Destarte, RAWLS propõe que o bem-estar de uma pessoa, que se constrói com uma série de satisfações obtidas em momentos diversos da vida, deve ser aplicado da mesma maneira para se construir o bem-estar da sociedade com base na satisfação dos sistemas de desejos dos muitos indivíduos que a integram. Não se pode deixar de considerar o fato de que cada indivíduo avalia ganhos presentes e futuros contra perdas presentes e futuras.

Nada impede, portanto, que a sociedade possa fazer o balanço de satisfações e insatisfações entre os diversos indivíduos. Através dessas ponderações, RAWLS chega ao princípio de utilidade de maneira natural, levando em conta que uma sociedade resulta bem-ordenada quando suas instituições elevam o máximo líquido de satisfações. Para RAWLS, o princípio da escolha na associação humana é interpretado como uma extensão do princípio da escolha para uma pessoa, visto que a justiça social é o princípio da prudência racional aplicado a uma concepção agregativa do bem-estar do grupo. Não aceita as teorias teleológicas que definem o bem independentemente do justo e que eleva o bem ao máximo.

As teorias teleológicas são inaceitáveis por definirem o bem independentemente do justo, significando dizer se o prazer é o único bem não se toma por base nenhum critério do que é justo. RAWLS invectiva o utilitarismo pelo conceito de se entender o justo por uma perspectiva teleológica clássica e o problema da distribuição do bem cai no conceito intuitivo, carecendo à teoria utilitarista uma definição independente do bem, embora as teorias teleológicas (que constituem a essência do utilitarismo) apresentem um profundo apelo intuitivo, mas com aparência de expressar a ideia de racionalidade, pensando, naturalmente, que, em questões morais, o bem deva ser elevado ao máximo. A crítica de RAWLS ao utilitarismo se deve de que seu fim de alcançar o saldo máximo de satisfação, caracterizando-se sua ligação à tradição hedonista, cuja essência se constitui no prazer como o único atrativo do ser humano. A crítica mais acerbadada do utilitarismo é não levar em conta a separação individual da sociedade, a qual deve ser considerada como um corpo ante a possibilidade de se sacrificar algumas partes em benefício das restantes.

RAWLS apresenta sua teoria da justiça como alternativa ao utilitarismo exatamente pelo fato de que o utilitarismo não leva em

consideração a distinção entre pessoas, ou seja, não faz a distinção entre pessoas e a sociedade.⁴⁸

RAWLS, como contratualista liberal, adota a concepção de que a moral de um ato depende das qualidades intrínsecas desse ato, e não como ocorre com a simplicidade das teorias teleológicas clássicas para a produção de um certo estado avaliado previamente.

Para ele as teorias teleológicas definem o bem independentemente do justo, definindo o justo como aquilo que eleva o bem ao máximo. É essencial para uma teoria a definição do bem independentemente do justo. As doutrinas teleológicas diferem, bem claramente, no modo de especificar a concepção do bem. Daí a conclusão rawlsiana de que se o bem for definido como prazer resulta no hedonismo ou como felicidade que resulta no eudamonismo.

Sua oposição ao utilitarismo, sem levar em conta os inúmeros aperfeiçoamentos encontrados em discussões contemporâneas,⁴⁹ decorre pelo fato de que essa corrente apresenta a justiça como indiferente à soma de satisfações que se distribui entre os indivíduos, assim como não se importa, exceto indiretamente, como cada pessoa distribui suas satisfações ao longo do tempo. Portanto, os preceitos de justiça para os utilitaristas são derivados do fim de alcançar o saldo máximo de satisfação. Todavia, RAWLS não deixa de observar de que o rigor ditado pelos preceitos ditados pela justiça como bom senso tem certa utilidade na limitação da inclusão humana para injustiça e para os atos socialmente ofensivos, mas o utilitarista acredita que é errado afirmar esse rigor como um princípio primário da moralidade. Não deixa de ser racional que um homem eleve ao máximo a realização de seu sistema de

⁴⁸ T.J.— ed. nova. Tradução baseada na edição americana revista pela autora Jussara Simões. Revisão Técnica e da tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 33.

⁴⁹ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rimoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 24.

desejos, mas para RAWLS também é justo que a sociedade eleve ao máximo o saldo líquido de satisfação levando em conta todos os seus membros.

A maneira mais natural para se chegar ao utilitarismo, embora RAWLS reconheça que não seja o único modo de fazê-lo, mas sugere a adoção para toda sociedade o princípio da escolha racional para um único ser humano. Reconhecendo-se tal circunstância logo se deve entender o lugar do observador imparcial, sendo a ênfase na solidariedade da história do pensamento utilitarista. Realmente, para RAWLS a concepção do observador imparcial e do uso da identificação empática na orientação da imaginação rawlsiana que o princípio adequado para uma única pessoa se aplica à sociedade. A concepção rawlsiana do observador imparcial pelo uso da identificação empática tem sua razão de ser. A razão é de que pelo da identificação empática se constitui em empatia pelo uso da identificação. E a empatia é a compreensão intelectual de pessoa por outra pessoa, a fim de que se sinta como se fosse outra pessoa, visto que em psicologia o emprego do termo é sinônimo de incorporação. Por isso a concepção rawlsiana aponta o uso do observador imparcial com a identificação empática, visto que esse observador haverá, por suposição rawlsiana de proceder como realizar toda organização necessária dos desejos de todas as pessoas em um único sistema coerente de desejo, sendo, por meio dessa construção que muitas pessoas se fundem em uma só. Na sequência RAWLS aduz, *in verbis*: “Dotado de capacidades ideais de empatia e imaginação, o observador imparcial é o indivíduo perfeitamente racional que se identifica com os desejos dos outros e os vivencia como se fossem seus”.⁵⁰

Essa assertiva rawlsiana utiliza o emprego do termo *empatia* de conformidade com a técnica psicológica, ou seja, da incorporação intelectual do observador ideal de uma pessoa para outra pessoa, havendo, portanto,

⁵⁰ RAWLS, John, *op. cit.*, *loc. cit.*

incorporação e introjeção. Embora a incorporação seja de modo inconsciente, na verdade, ocorre essa transformação de uma pessoa para outra pessoa. Em razão disso, o observador ideal, pode averiguar a intensidade desses desejos e lhes atribui um peso apropriado no sistema único de desejos cuja satisfação o legislador ideal (outra concepção rawlsiana) tenta, então, elevar o máximo por meio de ajustes ao sistema social. Nessa concepção de sociedade, indivíduos separados são vistos como certo número de curvas ao longo das quais se devem atribuir direitos e deveres e alocar meios escassos de satisfação de acordo com normas que possibilitem a máxima satisfação de desejos. Vê-se que na utilização do observador ideal, os desejos de muitas pessoas se fundem em um só.

RAWLS ainda observa que o legislador ideal toma uma decisão, que, substancialmente, não difere daquela que um empresário decide elevar ao máximo sua satisfação por meio de compras de um determinado produto ou, ainda, da natureza de um consumidor que resolve decidir em elevar ao máximo sua satisfação de compras de um determinado conjunto de bens. Para ele, uma decisão é, em essência, uma questão de administração eficiente. Essa interpretação rawlsiana resulta da cooperação social e é consequência de estender para a sociedade o princípio de escolha para um único ser humano e, depois fazer funcionar essa extensão, fundindo-se todas as pessoas em uma por meio dos atos imaginativos do observador empático. RAWLS, após essa concepção imaginativa, conclui que o utilitarismo não leva a sério a distinção entre pessoas.

2.4.2 Da Posição Original e do Véu de Ignorância

Ainda para rebater a teoria utilitarista, RAWLS invoca a posição

original, que é o *status quo* inicial apropriado para garantir os acordos fundamentais obtidos exatamente na posição original e alcançados como equitativos.

Em seguida, apresenta a assertiva de que uma concepção de justiça é mais razoável e mais justificável do que outra quando pessoas racionais na posição original fazem uma escolha racional. Mas, para justificar tal escolha, é preciso que se conheça as convicções e os interesses das partes, suas relações entre si, as opções que têm a escolher e o procedimento por meio do qual tomam suas decisões. Deve-se ainda sopesar as circunstâncias da escolha, que se apresentam de maneira diversa, como também são escolhidos os princípios diferentes a eles correspondentes.

Esclarece que a posição original assim denominada, por ser o *status original*, é a interpretação filosoficamente preferida da situação de escolha inicial para que se cumpram os fins da teoria da justiça, evitando-se que ninguém seja favorecido ou desfavorecido e que as concepções do bem não tenham influência sobre os princípios adotados. O objetivo é excluir princípios, embora racionais, em favor do êxito de alguém, por menor que fosse. Inaceitável, por exemplo, o rico defender a injustiça dos tributos em favor do bem-estar social, assim como o pobre apresentar proposta em sentido oposto.

Na posição original, segundo reflexão intuitiva de RAWLS, a escolha dos princípios morais não pode subordinar-se a situações particulares dos participantes, que, acima de tudo, são indivíduos racionais e se propõem à escolha dos princípios que deverão nortear a organização da sociedade.

A posição original é *status quo* inicial para assegurar que os conceitos básicos, nele sejam equitativos, circunstância que para RAWLS vai delimitar o conceito de justiça como equidade. Pessoas racionais, em situação inicial, escolhem seus princípios para o papel de justiça cuja aceitação ocorre pelos participantes nessa situação. Dada essa situação inicial contratual, a fase

seguinte é a escolha racional dos princípios a serem adotados. Vê-se que, sem dúvida, a base da teoria rawlsiana é contratualista em razão de seu hipotético contrato, que, aliás, não segue a primitiva concepção do estado de natureza. Na posição original, serão estabelecidos princípios básicos, através do ajuste de seus participantes, em situação de igualdade, a fim de constituir uma sociedade a ser estruturada como entidade cooperativa.

Na posição original é razoável que ninguém seja favorecido ou desfavorecido pela sorte, não se admitindo que possa reconhecer um caso especial, pois as partes que estão em situação de igualdade têm o mesmo direito na formulação de suas propostas. Observando-se, ainda, que todos aqueles cobertos pelo véu de ignorância aceitam estabelecer princípios de justiça, como bem já observou PAUL GRAHAM, em sua obra:

Lhe Afirma Rawls de que, a posição original não está somente caracterizada pela liberdade na escolha moral dos princípios, mas também pela igualdade entre os agentes (The original position is characterized not only by the freedom to choose moral principles, but also by equality between agents).⁵¹

Na posição original, RAWLS tem a convicção que uma concepção da justiça não pode ser deduzida de premissas axiomáticas ou pressupostos impostos aos princípios, mas, ao contrário, sua justificativa é um problema da colaboração mútua de muitas considerações do ajuste de todos os participantes em uma única visão coerente.

Não se pode deixar de destacar o comentário final de RAWLS sobre a posição, dada sua relevância:

Queremos dizer que certos princípios de justiça se justificam porque foram aceitos consensualmente numa situação inicial de igualdade.

⁵¹ GRAHAM, Paul. Rawls. Oneworld Publications. Oxford. England, 2007, p. 26.

Tenho enfatizado que essa posição original é puramente hipotética. Se esse consenso jamais acontece de fato, é natural perguntar por que deveríamos nos interessar por esses princípios, morais ou de outra natureza. A resposta é que as premissas incorporadas na descrição da posição original são premissas que de fato aceitamos. Ou, se não as aceitamos, talvez possamos convencer-nos a fazê-lo mediante o raciocínio filosófico. Pode ser demonstrado o fundamento de cada aspecto da situação contratual. Assim, o que faremos é juntar num único conceito um número de postulados para os princípios que, após as devidas reflexões, estaremos dispostos a aceitar como razoáveis. Essas restrições expressam aquilo que estamos prontos a considerar como limites em termos equitativos de cooperação social. Uma forma de considerar a ideia da posição original é, portanto, vê-la como um recurso de exposição que resume o significado desses postulados e nos ajuda a extrair suas consequências. Por outro lado, essa concepção é também uma noção intuitiva que sugere sua própria elaboração, de modo que, conduzidos por ela, somos levados a definir mais claramente o ponto de vista a partir do qual podemos melhor interpretar as condutas morais da forma mais adequada. Precisamos de uma concepção que nos capacite a visualizar nosso objetivo à distância: a noção intuitiva da situação inicial deverá fazê-lo.⁵²

O comentário final, que se constitui em observação derradeira possui relevância em razão de RAWLS apresentar sua justificação para embasar certos princípios da justiça, que foram aceitos consensualmente em situação de igualdade entre as partes na posição inicial.

De fato, em situação de igualdade as partes livremente podem propor princípios de justiça, conforme PAUL GRAHAM cita em sua obra: “*An agent in*

⁵² *Ibidem, loc. cit.*

the original position is free to propose any principle(s) of justice".⁵³

RAWLS enfatiza que a posição original é meramente hipotética, isto é, *"puramente hipotética"*. O consenso entre as partes decorre após reflexão filosófica e os princípios geram frutos em decorrência de elaboração intuitiva e, através dela, as partes interpretam as condutas morais de forma mais adequada, e a concepção do objetivo, isto é, da justiça como equidade, é obtida à distância com o auxílio da intuição e da situação original. Aliás, como PAUL GRAHAM aponta em sua análise a respeito: *"Given they are identically situated, the unanimity requirement is not onerous"*.

Colocadas na posição original as partes, de forma unânime, sem qualquer onerosidade externa há condições para que se alcance a concepção da justiça como equidade. Note-se que a condição é sem qualquer onerosidade, ou seja, sem qualquer coação e interferência externa para que se obtenha a concepção intuitiva da justiça como equidade.

A questão da posição original foge da concepção do originário estado de natureza, empregado por HOBBS, LOCKE e ROUSSEAU. Mas RAWLS entende que sua criação representa a mesma em sua apresentação da justiça, tal como o estado de natureza fez o seu papel. A mudança do nome poderia ser inferida como sendo o neocontratualismo rawlsiano, pois é significativa e diferente em sua substância. Realmente a intenção de RAWLS é apresentar uma concepção da justiça que generaliza e leva a um plano superior de abstração a conhecida teoria do contrato social, como se verifica em LOCKE, ROUSSEAU e KANT. RAWLS não admite que se pense no contrato original como um contrato que introduz uma sociedade particular ou que estabelece uma forma particular de governo. Mas, ao contrário, para ele a ideia é norteadora de que os princípios da justiça para a estrutura básica da sociedade se constituem objeto

⁵³ GRAHAM, Paul. *Rawls*. Oneworld Publications. Oxford. England, 2007, p. 42.

do consenso original. São os princípios que pessoas livres e racionais aceitam, de forma consensual, em posição original de igualdade de condições como definidoras dos termos fundamentais de sua associação. Evidentemente, são os princípios que devem regular os acordos subsequentes, com especificação da cooperação social que podem assumir as formas e as regras do governo. Deve-se considerar os princípios da justiça que ele passa a chamar de justiça como equidade. Do consenso, oriundo da posição original, resulta tudo que se deve considerar como justo e injusto, atribuindo-se deveres e direitos, regulando-se as reivindicações mútuas, que se constituem na carta constitucional de fundação da sociedade. Cada pessoa deve decidir, com o uso da razão, o que vem a se constituir em seu bem. Para RAWLS a justiça como equidade, na posição original corresponde ao estado de natureza na teoria tradicional do contrato social.

Não se pode olvidar que a concepção da situação original foge da concepção do originário estado de natureza, empregado por HOBBS, LOCKE e ROUSSEAU, não obstante seu entendimento, de que sua criação representa a mesma concepção da justiça, considerando que o estado de natureza fez o seu papel. Partindo dessa assertiva rawlsiana, RAWLS afirma que, na justiça como equidade, a posição original de igualdade corresponde ao estado de natureza na teoria tradicional do contrato social. Consequentemente, não podemos afiançar que haja, portanto, o neocontratualismo rawlsiano. Mas a posição original não é concebida como uma situação histórica real, muito menos como uma condição primitiva de cultura. A posição original caracteriza-se como uma situação hipotética, objetivando certa concepção da justiça, onde as partes ignoram seu lugar na sociedade, sua sorte na distribuição de dotes e habilidades naturais, sua inteligência, presumindo-se que desconhecem suas concepções do bem ou suas propensões psicológicas particulares.

Embora a concepção hipotética rawlsiana se afaste do primitivo

estado de natureza, empregado por HOBBS, LOCKE e ROUSSEAU, do entendimento que sua criação original representa a mesma apresentação da justiça, tal como o estado de natureza apresentou seu papel na constituição da sociedade.

A ideia da posição original tem o intuito de determinar qual a concepção de justiça como equidade para assegurar a liberdade e a igualdade encarada como um sistema equitativo de cooperação entre cidadãos livres e iguais, o que justifica a ideia hipotética da situação original. Nessa posição é firmado o acordo válido como condição apropriada em que se situam as pessoas livres e iguais, sem qualquer interferência externa, a fim de que se construa um sistema justo e cooperativo da sociedade entre cidadãos livres e iguais.⁵⁴

2.4.2.1 Ainda Sobre a Posição Original

O acordo original elaborado na posição original é o termo empregado por RAWLS em sua obra "*Justice et democracie*"⁵⁵ por ser um termo diferenciado de qualquer outro acordo utilizado, como em entidades particulares onde são preexistentes as condições. Já o contexto de um contrato social é resultante da construção obtida na posição original em face dos interesses dos parceiros em busca dos bens primários, que são aqueles indispensáveis para a satisfação de qualquer plano de vida. A interpretação dos

⁵⁴ RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. Tradução de João Sedas Nunes (Political Liberalism, Columbia University Press, 1993). 1. ed., Lisboa: Editorial Presença, janeiro, 1997, nota sete, p. 49.

⁵⁵ *Idem*. *Justice et Democracie* por Éditions du Seuil. Copyright, 1978.Reidel, Dondrecht, Holanda. Tradução Irene A. Paternot. S.Paulo: Martins Fontes. 2002, p.25.

bens primários é parte integrante da justiça como equidade. Então, bens primários se constituem em tudo aquilo que as pessoas livres e iguais precisam como cidadãos.⁵⁶

Para RAWLS, os bens primários são de dois tipos: a) os bens primários do tipo social, que são diretamente distribuídos pelas instituições sociais, como a riqueza, os direitos, as oportunidades e b) os bens primários que não são distribuídos pelas instituições sociais, tais como os talentos, a saúde, a inteligência etc.

Sobre a posição original, não podíamos deixar de registrar, por ser aqui pertinente a observação que faz BRIAN BARRY, em sua obra *“Teorias de la Justicia”*, considerando no que diz respeito à imparcialidade dos participantes, para que estes não fiquem sujeitos a qualquer interferência estranha, já que estão motivados pelos seus próprios interesses e que encarna a justiça em termos de acordo que reflita somente o equilíbrio do poder de negociação. Se a posição original representa as circunstâncias da imparcialidade, deveria ser bloqueada a capacidade dos poderosos de impor sua vontade sobre os demais.

Consideramos una posición original en la que los actores están motivados por el autointerés. Si esta posición original representa a las circunstancias de la imparcialidad, debería bloquear la capacidad de los poderosos de imponer su voluntad sobre los demás. La justicia como imparcialidad insiste en que no deberíamos aceptar como algo que encarna a la justicia en términos de un acuerdo que solo refleja el equilibrio del poder de negociación.⁵⁷

⁵⁶ RAWLS, John. *Justice as Fairness a Restatement*, por Harvard University Press. Copyright 2002 by the President and Fellows of Harvard College. Tradução de Claudia Berliner. Revisão técnica e tradução de Álvaro de Vita, p.82.

⁵⁷ BARRY, Brian. *Teorias de la Justicia*, p. 349. Editorial Gedisa, S.A. Título del original en inglés observa: *Theories of Justice. Publicado por University of California Press. 1989 by The Regents of the University of California. Traducción: Cecilia Hidalgo con la colaboración de Clara Lourido.*

2.4.2.2 Brian Barry e sua Opinião Sobre o Véu de Ignorância

Sob o véu de ignorância, as partes não possuem qualquer informação ou conhecimento externo e não se deixam levar por qualquer tipo de preconceito. O véu de ignorância é a única via capaz de possibilitar a opção pelos princípios da justiça, uma vez que as partes na posição original são iguais e podem apresentar propostas e justificar as razões para a respectiva aceitação no processo de escolha dos princípios da justiça.

A finalidade do alheamento dos participantes, sob o véu de ignorância, é estabelecer a igualdade entre os seres humanos como pessoas morais que têm uma concepção do próprio bem e se encontram capacitados a ter um senso de justiça.

Sob o véu de ignorância, há a presunção de que cada pessoa possui inteligência e discernimento para atender aos princípios a serem adotados, na esteira de tais princípios. A pessoa na posição original é livre para a proposição de princípios da justiça, como bem expressa PAUL GRAHAM em sua obra, afirmando que RAWLS preleciona que o agente na posição original é livre para a proposição de alguns princípios de justiça (*An agent in the original position is free to propose any principle(s) of justice*).⁵⁸

Atrás do véu de ignorância as partes estão em condições de definir os princípios de justiça como pessoas racionais interessadas em promover seus interesses, aceitando, em igualdade de condições, tais princípios quando inexistir alguém que esteja em vantagem ou desvantagem em razão de contingências naturais ou sociais.

BRIAN BARRY enfatiza na demonstração de que o papel do véu de

⁵⁸ GRAHAM, Paul, *op. cit.*, p. 42.

ignorância é radicalmente diferente nas posições originais determinadas pelas motivações alternativas. Nessa situação, as partes estão perseguindo seus próprios interesses. Portanto, o véu de ignorância é essencial. No véu de ignorância se supõe que as partes estão motivadas pelo desejo de alcançar um acordo em termos razoáveis. O véu de ignorância possui um aspecto opcional; é um recurso heurístico ao qual se recorre em certa ocasião, mas no qual não se tem que apoiar para gerar soluções. Com efeito, BRIAN BARRY assim se manifesta sobre a imprescindibilidade do véu de ignorância:

Deseo demostrar que el rol del velo de ignorancia es radicalmente diferente en las posiciones originales determinada por las motivaciones alternativas. Donde las partes se supone que están persiguiendo sus propios intereses, un velo de ignorancia es esencial. Pero donde se supone que están motivadas por el deseo de alcanzar un acuerdo en términos razonables, un velo de ignorancia es un aspecto opcional, un recurso heurístico al que puede recurrirse en alguna ocasión pero en el que no se han de apoyar para generar soluciones.⁵⁹

Quando BRIAN BARRY afirma que o véu de ignorância é um recurso heurístico, na verdade, admite, por força da expressão, que o véu de ignorância trata de procurar, com as partes livres e iguais, sem qualquer influência externa de imposição, as condições equitativas para a justiça como equidade. Esse é o objetivo de RAWLS em sua teoria da justiça, cujos princípios se constituem na atribuição de direitos e deveres e na definição da divisão apropriada. Deve-se verificar que os indivíduos estão na posição original sob o véu de ignorância, a fim de que se garanta a isonomia de suas deliberações a respeito de um consenso da justiça como equidade.

Na realidade, o véu de ignorância, ou, mais precisamente, a posição

⁵⁹ BARRY, Brian, *op. cit.*, p. 349.

original deve ser vista como ponto de partida da justiça como equidade. Aliás, NYTHAMAR DE OLIVEIRA, professor do Departamento de Filosofia da PUC/RS, em sua obra específica sobre RAWLS, observa:

*A concepção rawlsiana da posição original pode ser vista (...) como ponto de partida da 'justiça como equidade', não somente em **Uma teoria da justiça**, mas ainda nos demais escritos, precisamente quando se trata de resolver o problema da justiça nos termos de uma teoria racional.⁶⁰*

No contexto de *Uma teoria da Justiça* não se pode olvidar que a posição original (*original position*) não deixa de ser uma posição hipotética, na qual os participantes são pessoas racionais, livres, iguais e escolhem, sob o véu de ignorância (*veil of ignorance*), os princípios de justiça que devem governar a estrutura básica da sociedade (*basic structure of society*), visto que a teoria da justiça não visa o exame de situações particulares, mas sim, o exame das instituições básicas da sociedade e do contexto por eles formado.

Portanto, a estrutura básica da sociedade, de acordo com teoria rawlsiana, cuida exatamente de sua estrutura através de suas instituições sociais econômicas e políticas. Ou seja, a estrutura básica da sociedade é formada por sua constituição política, abrangendo seu sistema jurídico no que diz respeito à economia e formas de propriedade. A estrutura básica da sociedade visa o exame de uma sociedade estruturada em seu sistema político e jurídico para atribuir direitos e deveres aos seus cidadãos. Promove seu sistema político e jurídico para atribuir direitos e deveres aos seus cidadãos.

A sociedade bem estruturada é a gênese de uma sociedade bem organizada, segundo a concepção rawlsiana, e se constitui em uma sociedade bem-ordenada (*well-ordered society*), que, na verdade, é o modelo de

⁶⁰ OLIVEIRA, Nythamar de: *Rawls*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, pág.15.

sociedade democrática cujos princípios de justiça operam, promovendo a sociedade bem-ordenada.

Como já foi destacado, pessoas racionais, sob o véu de ignorância escolhem princípios de justiça que deverão se constituir a sociedade bem estruturada. Deve-se lembrar que a posição original é hipotética, através da qual pessoas livres e iguais elegem os princípios da justiça.

De conformidade com a teoria rawlsiana, a opção racional não é suficiente para embasar para eleger os princípios de justiça, mormente para os fins visando alcançar a estrutura básica da sociedade, partindo, sempre, da hipótese presumida de que as pessoas, na posição original, são racionais, mas não conhecem sua concepção do bem, embora tenham algum projeto de vida de racional.

As pessoas não conhecem os pormenores desse projeto, inclusive os objetivos que visam promover esse projeto de vida. Daí a indagação rawlsiana: como poderão então decidir a resposta de concepção de justiça que possam lhe proporcionar mais vantagens?

Há a suposição que as pessoas queiram ter mais bens primários sociais e não menos, visto que bens primários, para RAWLS, são indispensáveis para satisfazer qualquer plano de vida. São de dois tipos: a) os bens primários de tipo social, que são distribuídos pelas instituições sociais, como riquezas, oportunidades e direitos individuais; b) os bens primários que não são distribuídos pelas instituições sociais, como a inteligência, talentos artísticos, saúde etc. Exatamente em função deles que se pode avaliar a justiça de uma partilha. Por motivos religiosos, alguns preferem não ter uma quantidade maior desses bens. Mas, no ponto de vista da posição original, é racional que as partes queiram uma fatia maior, já que não estão obrigadas a aceitar mais se não quiserem. Embora sem conhecimento específico dos objetivos da vida, não deixam de ter conhecimento para hierarquizar as alternativas. Sabem, por

exemplo, que devem proteger suas liberdades e ampliar suas oportunidades e meios de promover seus objetivos, quaisquer que sejam. Sob o véu de ignorância, as pessoas são orientadas pela teoria do bem, que segundo RAWLS, é plano racional de vida da pessoa que define seu bem e, se seu plano de vida for racional, sua concepção de bem também será racional, considerando que seus planos racionais nenhum pode ser inferior ou superior a outro. É lógico que a concepção de justiça influencia o tipo de objetivos do plano, cujos interesses são incentivados pela estrutura básica da sociedade.⁶¹

A estrutura da sociedade estabelece o regime democrático. A esse respeito se mostra oportuna a entrevista de MIKHAIL SERGEYEVICH GORBACHEV, Prêmio Nobel da Paz de 1990.⁶² onde reconhece que a democracia é um valor universal, mas que deve ser adaptada a cada país. Assim, há uma democracia americana, uma francesa e outra japonesa. E a Rússia terá que desenvolver seu próprio modelo. Ou seja, a Rússia terá que desenvolver seu próprio modelo democrático, que será decorrente de um desenvolvimento de uma sociedade bem-ordenada (*well-ordered society*), que se vincula aos princípios de justiça e estes princípios operam promovendo o interesse racional das pessoas na aquisição de bens primários, mormente os de natureza social, como liberdade e oportunidades.

Para RAWLS, os princípios de justiça, que constituem uma sociedade bem organizada são aqueles através dos quais a justiça equitativa deve ser efetivada exatamente pela distribuição equitativa dos bens primários (*primary goods*), que se constituem, como já foi dito, em bens básicos para todas pessoas independentemente de seus projetos iniciais de vida ou de suas

⁶¹ No Brasil, por exemplo, a estrutura básica favorece a existência de recursos à Bolsa Família, com relevante efeito de solução social sobre a vida das pessoas muito pobres, embora pareça para alguns que sua utilização não incentive o trabalho. Para que se pratique justiça como equidade deve-se continuar incentivando a expansão dos programas sociais, visando a redução da pobreza, aproveitando-se a oportuna criação do Fundo Soberano cujas verbas poderiam ser também aplicadas para educação, saúde.

⁶² Revista *Veja*, páginas amarelas: editora Abril, edição 2087, ano 41, n.46 de 19 de novembro de 2009.

concepções de bem. Mas não se pode deixar de incluir entre todos os bens primários os essenciais como o auto-respeito (*self-respect*) e autoestima (*self-esteem*), sem, contudo, que devem ser acompanhados das liberdades básicas, como direitos fundamentais e os cuidados preventivos com a saúde. Para RAWLS tais bens se apresentam sob duas formas:

Primeiro: cada pessoa deve ter um direito igual aos sistemas mais extenso de iguais liberdades fundamentais e que esse sistema de liberdades seja um sistema similar de liberdades para outras pessoas.

Segundo: as desigualdades sociais econômicas devem estar dispostas de tal modo que tanto — a) se possa razoavelmente esperar que se estabeleçam em benefício de todos como b) estejam vinculados as cargos e posições acessíveis a todos (v. *teoria da justiça*, p.64, § 11).

Para RAWLS esses princípios devem obedecer a uma ordem serial, isto é, o primeiro antecedendo o segundo. Essa ordenação significa que as violações das liberdades básicas iguais, protegidas pelo primeiro princípio não podem ser justificadas e nem compensadas por maiores vantagens econômicas e sociais. Essas liberdades são abrangentes e só podem ser limitadas ou comprometidas quando entram em conflito com as liberdades básicas e podem ser limitadas quando se chocam umas com as outras, pois nenhuma delas é absoluta; todavia, elas podem ser ajustadas de modo a formar um único sistema que deve ser o mesmo para todos. RAWLS admite ser difícil, talvez impossível, fazer uma especificação completa dessas liberdades, independentemente das circunstâncias particulares, sociais, econômicas e tecnológicas de uma dada sociedade. Mas, de forma geral, consiste numa lista que pode ser definida com exatidão suficiente para sustentar a concepção de justiça como equidade, podendo-se agregar a lista serial rawlsiana, como liberdades, não constantes da lista, como, por exemplo, o direito a certos tipos de propriedade (meios de produção) e a liberdade contratual como determina a

doutrina do *laissez-faire*, que não são básicas e não estão, portanto, protegidas pela prioridade do primeiro princípio.

No que tange ao segundo princípio, a distribuição de renda e riqueza e de posições de autoridade e responsabilidade devem ser consistentes tanto como liberdades básicas quando há igualdade de oportunidades.

Em síntese, a concepção rawlsiana pode ser expressa:

“Todos os valores sociais – liberdades e oportunidades, e as bases sociais da autoestima – devem ser distribuídos igualmente a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos”.⁶³

A injustiça, por via de consequência, se constitui simplesmente de desigualdade que a todos não beneficia.

2.4.3 Da Racionalidade Deliberativa

A racionalidade leva RAWLS a valer-se do conceito de racionalidade deliberativa, inspirado na formulação utilitarista de HENRY SIDGWICK, a qual o bem de um indivíduo deve ser escolhido levando também em conta os interesses de outros participantes envolvidos, visando a concretização dos fins racionalmente escolhidos por cada um deles, que se encontram sob o véu de ignorância. Em caso de surgir alguma dúvida quanto à escolha enfrentada, RAWLS adota a chamada *regra maximin*, que se adapta à hierarquização, em momentos de incerteza nas alternativas com seus piores resultados. Em tal hipótese deve ser adotada a alternativa cujo pior resultado for superior ao pior

⁶³ RAWLS, John. *Teoria da Justiça*, p. 66, § 11.

dos resultados de alternativas.

Na edição *Justice as Fairness*,⁶⁴ RAWLS aborda, de forma esclarecedora, sobre sua opção da utilização do princípio de diferença, e não o termo princípio *maximin* ou simplesmente *maximin justice* ou alguma outra locução semelhante preferida por alguns autores. Reitera sua opção pelo princípio de diferença para enfatizar, primeiro, que esse princípio e a regra *maximin* de decisão em condições de incerteza são duas coisas bem distintas. E, em segundo lugar, que ao preferir o princípio de diferença a outros princípios distributivos (por exemplo, um princípio restrito de utilidade (média) que inclua um mínimo social). Aduz ainda que não se lança mão da regra *maximin* para decisão de incerteza e que a ideia de que o argumento em favor do princípio de diferença decorre da aversão extrema à incerteza é equivalente *embora este equívoco tenha sido estimulado por falhas na exposição em Teoria, que pretendo corrigir na Parte III desta reformulação.*

A nota 03 do rodapé, que se encontra em Justiça como Equidade — uma reformulação é relevante esclarecer a opção rawlsiana pelo princípio de diferença cuja transcrição no original, na parte em que enfatiza sua opção pelo princípio de diferença diverso do princípio *maximin*, merece ser registrada, reportando-se às observações JOSHUA COHEN, como se segue:

Instead of the difference principle, many writers prefer term the maximin justice or some such locution. See, for example, Joshua Cohen's very full and accurate account of the difference principle in Democratic Equality Ethics 99 (July 1989): 727-751. But still use the term difference principle to emphasize first, that this principle and the maximin rule for decision under uncertainty (28,1) are two very distinct things; and second, that in arguing for the difference

⁶⁴ *Idem, Justice as Fairness – A Restatement*. Third printing. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts. London, England: edited by Erin Kelly, 2003, p. 61-79.

*principle over other distributive principle (say a restricted principle of (average) utility, which includes a social minimum) there is no appeal at all to the maximin rule for decision under uncertainty. The widespread idea that argument for the difference principle depends on extreme aversion to uncertainty is a mistake, although a mistake unhappily encouraged by the faults by of exposition in **Theory** faults to be corrected in Part III of this restatement.*⁶⁵

Assim, na Parte III, sob o título ***The Argument from the Original Position***, precisamente no parágrafo 28, RAWLS cuida da estrutura do argumento e da regra *maximin* (*The Structure of the Argument and Maximin Rule*), onde estabelece, em primeiro, lugar uma definição da regra *maximin*: com a identificação do pior resultado de cada alternativa cujo pior resultado é melhor do que os piores resultados de todas as outras alternativas. Para seguir essa regra, ao escolher princípios de justiça para estrutura básica procuramos as piores posições sociais admissíveis quando a estrutura é efetivamente regulada por aqueles princípios em várias circunstâncias. O significado disso ficará mais caro se examinarmos o argumento a partir da posição original na primeira comparação.

Em nota de rodapé (nº 19), salienta na análise da obra que a regra *maximin* nunca foi proposta como princípio geral de decisão racional em todos os casos de risco e incerteza. Ressalta que em dadas circunstâncias extremamente especiais, na verdade únicas, da posição original, a regra *maximin* é uma regra heurística útil a ser utilizada pelas partes para organizar suas deliberações (*...The only question is whether, given the highly special, indeed unique unique, conditions of the original position, the maximin rule is a useful heuristic rule of thumb for the parties to use do organize their*

⁶⁵ RAWLS, John. *Justiça como Equidade*: organizado por Erin Kelly. Tradução Claudia Berliner, revisão da tradução Alvará de Vita. Martins Fontes. São Paulo, 2003, p. 60.

deliberations).

RAWLS esclarece que a regra *maximin* tem apenas utilidade para que as partes a utilizem heurísticamente, isto é, a utilizem procurando soluções possíveis, embora não sejam as melhores soluções, levando-se em consideração que a heurística em sua origem etimológica significa buscar, descobrir, originando-se do grego *heuristiko*. Assim, métodos heurísticos buscam acelerar soluções possíveis dos problemas⁶⁶ O critério de adoção do modo *maximin* por JOHN RAWLS é pertinente à distribuição de bens primários, mas precisamente em relação a bens primários materiais, acoitados pelo princípio de diferença que uma das colunas mestras da teoria da justiça.

2.4.4 Do Princípio de Diferença

*O princípio de diferença reflete a firme convicção de Rawls sobre a natureza de uma sociedade democrática como um sistema equitativo de cooperação entre cidadãos livres e iguais, segundo a formalização efetivada na posição original, identificando o caráter distributivo de justice as fairness, não adotando um sistema homeostático, que é um sistema autoequilibrado com tendências de equilibrar as tendências sociais a zero, isto é, valores próximos a zero. O termo homeostático é originário do grego *homeios* de semelhante, com agregação de *stasis*, significando inamovibilidade. Na realidade traduz um equilíbrio dinâmico, caracterizando os sistemas auto-regulados complexos e que consiste em manter os limites admissíveis dentro dos parâmetros*

⁶⁶ DICCIONARIO DE FILOSOFÍA. Traducción al español del ruso por O. Razinkov, *impreso en la URSS*, 1984. Moscú.

essencialmente importantes para a conservação do sistema e atua para restabelecer o estado que infringiu o equilíbrio.

O que afasta o sistema homeostático da teoria da justiça é exatamente seu princípio de diferença, através do qual se afasta a pretensão de se estabelecer qualquer tipo de igualdade estática, visto que para RAWLS não se sacrifica a liberdade em prol de uma igualdade estática. A teoria da justiça visa, antes de tudo, uma forma de distribuição de bens sociais que se possa combinar justiça com eficiência econômica.

Inadmissível para *justice as fairness* cercear as liberdades fundamentais para assegurar a igualdade estrita, violando-se, com isso, projetos de vida e bens primários que todo indivíduo racional e razoável escolheria. Daí a afirmativa de RAWLS que os princípios de justiça relacionam-se entre si e em ordem lexical.

Pela ordem lexical, os princípios seriam acordados na posição original, que é a ordem, que como a de um léxico, exige que o primeiro princípio seja inteiramente concretizado antes de se aplicar o segundo:

*Lexical: Ordre que comme celui d'un lexique, exige que le premier principe soit **entièrement réalisé avant** d'appliquer se le second.*⁶⁷

Para RAWLS os dois princípios de justiça seriam acordados na posição original, conforme consta do parágrafo II de Theory of justice:

*"I shall now state in provisional form the two principles of justice that I believe would be chosen in the original position".*⁶⁸

⁶⁷ RAWLS, John. *Justice e Démocracie: Glossaire*. Tradução Irene A. Paternot. Martins Fontes. São Paulo, 2002, p. 32.

⁶⁸ RAWLS, John. *A Theory of Justice*. The Belknap Press of Harvard University Press Cambridge, Massachusetts. Copyright 1971 by the President and Fellows of Harvard College. Printed in the United States of America, p. 60.

Em *Justice as fairness*, RAWLS apresenta e discute o conteúdo dos dois princípios de justiça com aplicação na estrutura básica (*basic structure*), que consiste no objeto da teoria da justiça e não o exame de situações particulares, mas sim da estrutura das instituições básicas da sociedade e do contexto por elas constituído:

*(...) Our topic, however, is that social justice. For us the primary subject of justice is that basic structure of society, or more exactly, the way in which the major social institutions distribute fundamental rights and duties and determine the division of advantages from social cooperation. By major institutions I understand the political constitution and the principle economic and social arrangements. Thus the legal protection of freedom of thought and liberty of conscience, competitive markets, private property in the means of production, and the monogamous family are examples of social institutions.(...).*⁶⁹

Pode-se verificar pela transcrição acima, em uma tradução livre, evidentemente, que o enfoque de RAWLS é a justiça social. O objeto principal da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou mais exatamente o meio pelo qual as principais instituições distribuem direitos e deveres e determinam vantagens da social cooperação. Pela instituição maior, entende, ser o arranjo constitucional político e social. Destarte, a proteção legal da liberdade de pensamento, do comércio competitivo, da propriedade privada, os meios produtivos e a família monogâmica são exemplos das sociais instituições.

Retornando ao enfoque de *justice as fairness*, RAWLS passa a discutir os dois princípios de justiça, que se aplicam à estrutura básica da sociedade, analisando vários fundamentos em favor deles e procura replicar algumas críticas, enfatizando que a justiça como equidade é moldada para uma

⁶⁹ RAWLS, John, *op. cit.* TJ, parágrafo 2, p.7.

sociedade democrática, isto é, um sistema equitativo de cooperação. Em decorrência, procura solucionar a questão sobre a sociedade democrática adequada para cidadãos livres e iguais, fazendo uma revisão dos dois princípios discutidos na teoria, parágrafos 11-14 e o faz na obra citada, parágrafo 13, sob o título, no original em inglês, *Two Principles of Justice*.

Assim, os expressa:

- a) *cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais que seja compatível com o mesmo esquema de liberdade para todos; e*
- b) *as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidade; e, em segundo lugar têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade (o princípio de diferença).⁷⁰*

Em nota de rodapé, RAWLS ressalta que, em vez de princípio de diferença, muitos escritores preferem o termo *princípio maximin*, ou simplesmente *justiça maxim*, citando, a título de exemplo, a explicação bastante completa e precisa que JOSHUA COHEN faz do princípio de diferença em “*Democratic Equality*”, *Ethics* 99 (julho de 1989), p. 272/51. Mas manifesta sua intenção de continuar empregando o termo “*princípio de diferença*” para enfatizar, em primeiro lugar, que a regra *maximin* é a de decisão em condições de incerteza (§ 28.1); e, em segundo lugar, que ao preferir o princípio de diferença a outros princípios distributivos (por exemplo, um princípio restrito de utilidade (média), que inclua um mínimo social) não se lança mão da regra *maximin* para decisão em condições de incerteza. A ideia

⁷⁰ RAWLS, John. *Justiça como Equidade*: organizado por Erin Kelly. Tradução Claudia Berliner, revisão da tradução Alvará de Vita. Martins Fontes. São Paulo, 2003.

difundida de que o argumento em favor do princípio de diferença decorre da aversão extrema à incerteza é equivocada, embora o equívoco tenha infelizmente sido estimulado por falta de exposição em Teoria, falhas que pretendo corrigir nesta reformulação.

No original, temos:

(a) Each person has the same infeasible claim to a fully adequate scheme of equal basic liberties, which scheme is compatible with the same scheme of liberties for all; and

(b) Social and economic inequalities are to satisfy two conditions: first, they are to be attached to offices and positions open to all under conditions of fair equality of opportunity; and second, they are to be the greatest benefit of the least-advantaged members of society (the difference principle).

Instead of “the difference principle” many writers prefer the term “the maximin principle” or simply “maximin justice” or some locution. See for example, Joshua Cohen’s very full and accurate account of the difference principle in “Democratic Equality” Ethics 99 (July 1989):747-751. But I still use the term “difference principle” to emphasize first, that this principle and the maximin rule for decision under uncertainty (§28,i) are two very distinct things; and second, that in arguing for the difference principle over other distributive principles (say a restricted principle of (average) utility, which include a social widespread idea that the argument for the difference principle depends on extreme aversion to uncertainty

*is a mistake although a mistake unhappily encouraged by the faults of expression in **Theory**, faults to be corrected in Part III of this restatement.*

O termo *maximin* significa *maximin minorum*, isto é, garantir sempre aos menos favorecidos. Ou seja, garantir ao máximo quem estiver na pior posição. Para RAWLS esse princípio decorre que, na posição original, as pessoas não querem tentar obter vantagens maiores à custa das liberdades iguais fundamentais. Como na posição original é excluído todo conhecimento de possibilidades, as partes não têm como determinar a natureza provável de sua sociedade, ou seu lugar nela.

O princípio do *maximum minorum* enseja a prática da justiça social.

Daí, sua teoria contratualista não deixa de concordar com o utilitarismo, ao afirmar que os princípios fundamentais da justiça dependem dos fatos naturais da convivência dos homens em sociedade em virtude que, na posição original, sob o pálio do véu de ignorância, as partes tomam sua decisão à luz de conhecimentos genéricos e não específico de cada um. E uma vez que o bem de todos é assegurado, adquirem a disposição de apoiar o esquema de cooperação. Assim para RAWLS, a sociedade se constitui em democracia cooperativa em que pode coexistir o pluralismo de ideias razoáveis, pois é racional a aceitação de vários credos religiosos diferentes, porém, não é razoável que se faça apologia de sacrifício de recém-nascidos, como também não é razoável a aceitação de doutrina política que se embasa na superioridade de determinada raça humana sobre as outras.

2.4.5 Como se Processa a Atuação do Princípio de Diferença?

Deve-se destacar que o princípio de diferença é um dos elementos centrais do sistema equitativo da justiça, ao lado da liberdade e pensamento e de consciência, que constituem a sociedade bem-ordenada.

O princípio de diferença, conforme bem anota ADEMAR SEABRA DA CRUZ JR.,⁷¹ afasta qualquer possibilidade de igualdade estrita, mas é uma forma de distribuição de bens sociais que combina justiça com eficiência econômica.

Para RAWLS, nada é pior do que cercear as liberdades fundamentais para assegurar a igualdade, visto que tal cerceamento afetaria a própria igualdade, que seria precária. Numa situação dessas, deixa de existir estímulos, confiança e justiça, pois sequer os indivíduos seriam iguais em termos políticos, ainda que fossem iguais de alguma forma em termos econômicos.

RAWLS procura demonstrar, como já demonstrado, que os princípios se relacionam entre si, mas em ordem lexical (serial), isto é, exige-se que o primeiro princípio da justiça seja efetivamente aplicado, antes de ser aplicado o segundo.

Pelo princípio de diferença, ainda, na posição original, consubstancia-se a justiça equitativa em relação a pessoas iguais. A justiça equitativa é o primeiro objeto da justiça, justamente com o princípio de diferença que se constitui em seu elemento central.

O princípio de diferença está subordinado tanto ao primeiro princípio de justiça (garantidor das liberdades iguais), como ao segundo de igualdade equitativa.

⁷¹ CRUZ JR., Ademar Seabra da. *Justiça Como Equidade, Liberais, Comunitaristas e a Autocrítica de John Rawls*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2004, p. 69.

Mister se faz aqui reiterar, de forma enfática, os dois princípios de justiça, cuja ordem serial, deve ser observado para que ambos se efetivem:

- a) cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas que seja compatível com o mesmo esquema de liberdade para todos (garantidos das liberdades iguais) e;
- b) as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições: primeiro, devem estar vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos em igualdade equitativa de oportunidades e, em segundo lugar, têm de beneficiar ao máximo os membros menos favorecidos da sociedade, isto é, o princípio de diferença.

O princípio de diferença tem sua gênese no segundo princípio da justiça e não implica em sacrificar a liberdade em prol da igualdade. Em consequência, aplicando-se o princípio de diferença, afasta-se uma distribuição estritamente igual de bens primários sociais. Tal distribuição justifica-se quando se visa maximizar o quinhão distributivo em favor daquelas que se encontram na posição de menos favorecidos. É a aplicação do princípio *maximin*.

2.4.6 A Questão da Estabilidade

A questão da estabilidade vincula-se ao liberalismo rawlsiano, visto que o tipo de estabilidade exigido da justiça como equidade está baseada no fato de ser uma perspectiva política liberal. E essa perspectiva para RAWLS

aspira a ser aceita pelos cidadãos na condução de razoáveis racionais, como também de livres e iguais que devem ser encarados como razoáveis e racionais.

Isto quer dizer que uma concepção liberal tem legitimidade política lastreada em cidadãos livres e iguais que são educados no quadro de instituições básicas da justiça e uma fidelidade razoável a essas instituições que se tornam estáveis.

A estabilidade decorre da teoria da justiça como equidade que separada em duas fases que, na essência, se apresenta em duas fases, primeiramente, partindo da posição original para os dois princípios de justiça indicados na teoria da justiça (Theory), visto que, na primeira parte os participantes escolhem princípios sem levarem em conta os efeitos psicológicos especiais. Na segunda parte, os participantes se interrogam em uma sociedade bem-ordenada pelos princípios selecionados na primeira parte será uma sociedade estável, isto é, gerará nos seus membros em sentido de justiça suficientemente forte para contrabalançar as tendências para a injustiça.

Em decorrência, argumenta que, na posição original para os princípios não se contempla antes de os princípios, selecionados na primeira parte, provarem na segunda parte que são suficientemente estáveis. Vê-se que deve ser observada a ordem lexical (ordem serial) que é de um léxico, onde o primeiro princípio deve ser inteiramente efetivado antes de se aplicar o segundo.

Então, o problema da estabilidade não respeita a qualquer tentativa de persuadir outrem a partilhar uma concepção que antes a rejeite, ou agir em sua função, se necessário, através de sanções convincentes, evidenciando a estabilidade da concepção de sociedade cooperativa, pois a justiça como equidade só é razoável se conseguir, de modo adequado, assegurar sua

sustentação ou dirigir-se à razão de cada cidadão.

Não se pode olvidar que se presumir que as partes são capazes de um senso de justiça, fato este de conhecimento público entre elas. É a condição que assegura a integridade do acordo feito na posição original. É o que consta na *Theory* (p. 145): “*The parties are presumed to be capable of a sense of justice and this fact is public knowledge among them. This condition is to insure the integrity of the agreement made in the original position*”.

Como destacou ROBERTO GARGARELLA⁷² em comparando seu trabalho original em *Political Liberalism*, RAWLS fez alguns reparos, procurando responder as críticas em algumas obras posteriores, como *Justice as Fairness*, bem como *Political not Metaphysical*, *The Domain of the Political not Metaphysical* e *The Domain of the Political and Overlapping Consensus*. Nesses trabalhos, RAWLS iniciou uma radical transformação da teoria da justiça, bem como em seus traços metafísicos, transformando-a em uma mera doutrina política.

Não pode haver dúvida de que as mudanças ocorridas na teoria da justiça ocorreram em razão da modéstia do filósofo RAWLS, que se mostrou muito receptivo às objeções a sua teoria. Aceitou a ideia de que as sociedades modernas se transformam em se tornarem sociedades multiculturais e a obra *Political Liberalism* é o ponto mais importante nesse processo de reformulação acatado por RAWLS, admitindo na *Introdução* que procurou generalizar e elevar a um nível mais alto de abstração a doutrina tradicional do contrato, com a pretensão que essa doutrina não era vulnerável às mais óbvias objeções que eram frequentemente consideradas como sendo fatais. Reconhece as objeções, embora admita manter a estrutura e o conteúdo da *Theory* que se mantêm substancialmente iguais. Se ocupa de um problema importante, visto que uma

⁷² GARGARELLA, Roberto: *Las Teorias de la Justicia después de Rawls*. Tradução de Alonso Reis Freire, 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 223-236.

característica essencial com a justiça como equidade (Justice as Fairness) é de uma sociedade bem-ordenada e associada, para que todos cidadãos subscrevam essa concepção cidadãos é a de que todos seus cidadãos subscrevam essa concepção concensual, o que RAWLS denomina de doutrina filosófica abrangente.

Para ele, os cidadãos aceitam a doutrina associada com o utilitarismo, isto é, com base no princípio da utilidade, muito embora reconheça que há distinção de uma concepção política da justiça e uma doutrina filosófica abrangente, questão não debatida na teoria da justiça:

(...) quando é levantada a questão, torna-se manifesto, julgo que a justiça como equidade e o utilitarismo são encarados como doutrina abrangentes, ou, pelo, praticamente abrangentes⁷³

Ante a aparente complexidade do liberalismo político, houve a necessidade de modificações para que a concepção de justiça fosse estável, pois um regime democrático carece de estabilidade, contando com o apoio livre e voluntário de seus cidadãos politicamente ativos.

Daí a aceitação do pluralismo razoável. Embora com a aceitação do pluralismo razoável, SANDEL critica a teoria de RAWLS, como já ficou assentado no nosso capítulo 1. MICHAEL SANDEL, que é comunitarista, faz crítica bastante acerbadada, pois para ele, como comunitarista, deve haver a prevalência da comunidade para que se efetive a justiça distributiva como segurança em relação à sociedade bem-ordenada. Há também as críticas de WALZER que as remeto, para integrar este tópico. Ainda SANDEL destaca que na posição original os seus participantes perseguem seus próprios interesses, sem qualquer preocupação comunitarista.

⁷³ RAWLS, John. *O Liberalismo Político: Introdução. (Political Liberalism, Columbia University Press, 1993)*. Tradutor: Editorial Presença, Lisboa. Ed. brasileira, 1. ed. Rio de Janeiro: João Sedas Nunes, 1997, p. 15.

Desta maneira, o t3pico presente versou destacar a quest3o da estabilidade no sistema cooperativo entre cidad3os iguais e livres. Na concep3o da justi3a como equidade, com os membros aceitando a concep3o de justi3a, RAWLS estava apresentando sua doutrina na concep3o iluminista, atrav3s da qual se poderia revelar quais seriam as condutas corretas e quais n3o seriam; circunst3ncia que seria reconhecida por qualquer pessoa que racionasse de modo adequado. Por isso, RAWLS rejeita seu anterior iluminismo e passa introduzir em sua doutrina, por meio de Political Liberalism o pluralismo razo3vel. Esse fato 3 que demonstra a circunst3ncia de que as sociedades modernas n3o podem se caracterizar apenas pela exist3ncia pluralista de doutrinas religiosas, filos3ficas e morais abrangentes, mas sim pela exist3ncia de um pluralismo de doutrinas incompat3veis entre si que s3o aceitas em uma sociedade bem-ordenada. Da3 RAWLS, com a introdu3o da estabilidade, que n3o respeita a qualquer tentativa de persuadir outrem de uma concep3o que por ele 3 rejeitada. *Assim, a justi3a como equidade s3o 3 razo3vel se conseguir de modo adequado assegurar, com estabilidade, a sua sustent3o, uma vez convencidos todos de sua solidez.*⁷⁴

2.4.7 Da Coopera3o Social

A doutrina rawlsiana estabelece a diferen3a entre a atividade social coordenada e a coopera3o social, pois segundo RAWLS:

(...) a no3o de coopera3o social n3o se reduz 3 da actividade social coordenada eficientemente organizada e orientada

⁷⁴ RAWLS, John. *O Liberalismo Pol3tico: Introdu3o*. (Political Liberalism, Columbia University Press, 1993). Tradutor: Editorial Presen3a, Lisboa. Ed. brasileira, Jo3o Sedas Nunes., 1. ed. Rio de Janeiro: 1997, p. 149.

*por regras publicamente reconhecidas para alcançar um qualquer fim global.*⁷⁵

Ao passo que a cooperação social visa sempre o benefício mútuo, envolvendo sempre a noção partilhada dos justos termos de cooperação.

Quais seriam os justos termos de cooperação?

RAWLS apresenta a seguinte formulação:

*(...) os justos termos da cooperação são termos segundo os quais nós, como pessoas iguais, estamos dispostos a cooperar em boa-fé com todos os membros da sociedade durante a vida inteira.*⁷⁶

Ainda sobre, acrescenta:

*(...) cooperação que assente numa base de respeito mútuo.*⁷⁷

Com isso, RAWLS pretende deixar explícito que os justos termos de cooperação

*podem ser reconhecidos sem ressentimentos ou humilhações (ou por ventura má consciência) por todos quando os cidadãos se encaram a si próprios e uns aos outros como detentores no grau das duas faculdades morais que constituem a base da igual cidadania.*⁷⁸

Outra questão a ser esclarecida, isto é, quais seriam essas duas faculdades morais que constituem a base da igual cidadania?

Aos membros normais de plenamente cooperantes da sociedade a vida inteira, RAWLS atribui duas faculdades morais da personalidade moral,

⁷⁵ *Idem, Ibidem, p. 285.*

⁷⁶ *Idem, Ibidem, p. 287*

⁷⁷ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

⁷⁸ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

como se vê a seguir:

Estas duas faculdades são a capacidade para um sentido do justo e da justiça (a capacidade de respeitar os justos termos da cooperação e assim de ser razoável) e a capacidade para uma concepção do bem (e assim de ser racional).

RAWLS evidencia que os justos termos de cooperação, são consequentes do liberalismo, pois somente ele pode aceitar a pluralidade da concepção do bem como fato da vida moderna, mas considerando que cada concepção do bem individual deve ser subordinada aos limites estabelecidos pelos princípios da justiça equitativa.

O liberalismo está embasado, portanto, na concepção da pluralidade do bem, o que consubstancia os múltiplos benefícios estabelecidos pela sociedade bem organizada, que são consequentes da cooperação mútua dos justos termos que, por sua vez, passam a se constituir na união social.

A união social, por seu turno, não se fundamenta em qualquer concepção do bem resultante da partilha de uma fé religiosa ou de uma doutrina filosófica. Funda-se numa concepção pública partilhada da justiça apropriada à concepção dos cidadãos livres e iguais de um Estado democrático.

O Estado democrático, que se estabelece na justiça pública partilhada, é fruto exatamente da cooperação partilhada e dela todos se beneficiam, partilhando inclusive de encargos e funções existentes para o partilhamento mútuo da cooperação dos justos termos.

Pode-se, portanto, inferir que o embasamento da sociedade bem organizada é a união social. Consequentemente, a união social não deixa de subsistir mesmo pós-levantamento do véu de ignorância, pois o desprendimento dos participantes (da então posição original) os torna membros normais plenamente cooperantes durante sua vida.

Do exposto, não há como deixar de admitir que o liberalismo político de RAWLS é a melhor opção do sistema cooperativo da sociedade democrática. É a melhor opção política, filosófica e sociológica a ser adotada.

O sistema cooperativo dos justos termos afasta a crítica dos comunitaristas de que RAWLS, na concepção de sua teoria contratualista, era individualista, pois a união social dos justos termos torna evidente a preocupação rawlsiana pela sociedade comunitária.

2.5 RAWLS À LUZ DE LOCKE, ROUSSEAU E KANT

Neste tópico mister se faz um pequeno retrospecto sobre a teoria rawlsiana.

Já vimos que RAWLS apresenta a teoria da justiça embasada no contrato original, visto que o objetivo de sua concepção de justiça generalizada é levar a um plano superior de abstração a conhecida teoria do contrato social, como se vê em LOCKE, ROUSSEAU e KANT.

Para tanto não se deve pensar no contrato original como um contrato que introduz uma forma particular de governo.

Na justiça como equidade, a posição original de igualdade corresponde ao estado de natureza na teoria tradicional do contrato social, mas o contrato original não é concebido como situação histórica.

Para JOHN LOCKE (1634-1704) a humanidade começa no estado de natureza, ou seja, o homem começa em estado natural. Portanto, a humanidade começa como surgida da vontade de DEUS, seu criador. Ao homem são dadas razão e consciência. A ausência de um governo gera ao homem uma situação

desconfortável.

O estado de natureza é, portanto, caracterizado como de insegurança e, para obter segurança, os homens renunciam sua própria liberdade.

Destarte, a passagem do estado de natureza para o estado civil acontece por motivação utilitária. Mas essa passagem não admite a eliminação do estado de natureza, mas sim sua conservação, visto que o estado civil deve permitir o exercício dos direitos naturais.

A origem do Estado é buscada na razão. Na concepção de LOCKE, os homens vivem conforme a lei natural (a razão) e gozam de plena liberdade. Os homens que não vivem conforme a lei natural eles são perigosos para a humanidade, pois o estado de natureza é frontalmente contra o estado de guerra, e os homens são perigosos por não viverem de maneira pacífica.

Para LOCKE, onde não existe uma autoridade para definir as transgressões, ocorre o estado de guerra. Daí, a necessidade de se evitar o estado de guerra, circunstância que obrigam os homens a se organizarem em sociedade.

O estado de natureza, todavia, pode ser confundido com o estado de guerra, o que ocorre quando a maior parte de seus membros passa a não agir conforme da lei da razão. Para que não ocorra essa contradição, Locke propõe sua teoria política, segundo a qual os homens entregam à sociedade civil poderes e direitos, cabendo ao Estado a responsabilidade de elaborar leis e de fazer que sejam cumpridas.

Para LOCKE, todos os homens são membros da sociedade. Portanto, membros da sociedade são todos aqueles que são interessados na preservação de suas vidas, sua liberdade e propriedades. Para entrar na sociedade civil, é preciso que o indivíduo consinta com as decisões da maioria, critério indispensável para se estabelecer a sociedade civil. Sem este critério da

indispensabilidade não poderia existir a sociedade. A maioria consiste na garantia que o indivíduo tem contra a existência de um governo totalitário.

Deve-se salientar que o contrato social é firmado entre homens livres, de modo que os governados não se submetem à vontade exclusiva dos governantes, pois a soberania permanece com o povo, visto que os direitos individuais são garantidos, mesmo após a instituição de um governo.

Quando o governante viola os direitos dos governados ou se mostra incapaz de garanti-los, estes têm o dever moral de destituí-lo ou de substituí-lo. LOCKE apresenta-se como um autêntico democrata do governo da maioria.

2.5.1 Em relação a Jean-Jaques Rousseau (1712-1778)

É considerado como o maior pensador do século XVIII. Afirma que os homens nascem bons, mas são corrompidos quando passam a se tornar membros da sociedade. Visando romper com essa realidade, ROUSSEAU propõe um novo contrato, capaz de restituir ao homem a liberdade. Em seu ideal, o homem é guiado pela razão e aberto à comunidade. Não age guiado pelos seus instintos, nem olhando para si mesmo. Para ROUSSEAU, a razão é o instrumento privilegiado para a superação dos males que vitimam os homens e para garantir a vitória sobre eles.

O cidadão concebido por ROUSSEAU é ativo e participa da vida da sociedade. Para ele a vontade geral deve dirigir o Estado e o objetivo das instituições é a promoção do bem comum. Em sua concepção a vontade geral é o verdadeiro motor do corpo social. A sociedade é fruto de um pacto estabelecido entre iguais em favor dos interesses da coletividade. Os homens

estabelecem este pacto entre si em condições de plena liberdade e igualdade.

A vontade geral deve ser materializada no Estado. Passa a ser a fundamentação da moral na política. A defesa do bem comum passa a ser condição indispensável e, assim, o indivíduo, por consequência, é absorvido pelo corpo social.

Para ROUSSEAU, o contrato social dá origem ao Estado democrático, situa o poder junto à comunidade e consagra o critério da maioria com caráter de totalidade, retirando o poder da tutela do príncipe ou de uma oligarquia, colocando-o sob a tutela da comunidade. É a grande contribuição de Rousseau para a filosofia política.

Para ROUSSEAU é o regime republicano o único a relacionar o indivíduo com o todo. As leis devem ser criadas a partir da participação dos membros da sociedade e devem expressar a vontade geral.

Em consequência, ROUSSEAU faz apologia da democracia direta, pois a soberania não pode ser dividida. A soberania é apenas o exercício da vontade geral, nunca pode alienar-se e o soberano de um ser coletivo só pode ser representado por si mesmo, visto que se pode transmitir o poder, mas não a vontade. Para ele somente um povo de deuses faria jus à democracia, considerando que o luxo e a riqueza corrompem ao mesmo tempo o rico e o pobre, um pela posse, o outro pela cobiça.

Daí, JOHN RAWLS concebe a posição original, onde os participantes são cobertos pelo véu da ignorância, para que ninguém seja levado pela ambição e cobiça; para que ninguém seja favorecido ou desfavorecido na escolha dos princípios da justiça. Todos ignoram a posição social de cada membro, para que os princípios de justiça equitativa não possam resultar ao acaso natural ou das contingências de certas circunstâncias sociais.

A democracia direta de ROUSSEAU caberia em um Estado pequeno

que fosse fácil reunir e onde todos os cidadãos se conhecessem. Mas a teoria rawlsiana não pode se restringir aos Estados democráticos pequenos, embora ela não os exclua, visto que o sistema cooperativo rawlsiano se alicerça na tolerância e todos convivem com filosofias e religiões não-abrangentes, não compatíveis entre si, mas que subsistem pelo princípio da justaposição.

A concepção de ROUSSEAU tem plena aplicação nos dias hodiernos. No século XII a democracia direta surgiu na Suíça e durante séculos as Landsgemeiden que, como nas assembleias atenienses, eram investidas de largos poderes para eleger as autoridades políticas, jurídicas e editar leis e ratificar tratados. As Landsgemeiden foram durante muito tempo o órgão supremo em todos os pequenos Cantões da Suíça central e oriental. Embora tenham sido abolidas no século XIX, mas ainda permanece em alguns Cantões: Claris, Unterwalden e Appenzell.

Na atualidade, dada a complexidade da vida moderna, não obstante o Estado Democrático ser aquele em que o próprio povo governa, há uma dificuldade para que o povo externe sua vontade diretamente, sendo a regra, nos dias atuais, os colégios eleitorais, prevalecendo à democracia representativa, embora nos Cantões Suíços menos populosos se mantenham na Landsgemeiden, mas o trabalho dessas assembleias populares e minuciosamente preparado por um Conselho cantonal eletivo, e limita-se a aprovar ou desaprovar o que foi estabelecido pelo mesmo Conselho.

A Constituição Federal da Confederação Suíça, de 18 de abril de 1999, garante a soberania dos Cantões nos limites da Constituição Federal que exercem todos os direitos não delegados ao poder federal. Foi adotada pelo Parlamento em 18 de dezembro de 1998, por um referendo público em 18 de abril de 1999, e tornada obrigatória pelo Parlamento em 28 de setembro de 1999, vigorando desde 1º de janeiro de 2000.

A Constituição Federal da Confederação Suíça, de 18 de abril de

1999, garante a soberania dos Cantões nos limites da Constituição Federal que exercem todos os direitos não delegados ao poder federal.⁷⁹

A atual Constituição Federal da Confederação Suíça manteve a soberania dos Cantões, pelo artigo 3º, com um bom relacionamento entre a Confederação e os Cantões, garantindo a Constituição dos Cantões.⁸⁰ Mantém a iniciativa popular para reforma total da constituição, podendo 100.000 cidadãos, com direito ao voto, propor a revisão total da Constituição, como se verifica de seu artigo 138.⁸¹

2.5.2 Em Relação a IMMANUEL KANT

Em KANT, vamos encontrar sua teoria de que o contrato não é como um fato histórico, mas uma ideia da razão. A passagem do contrato originário, com a fundamentação de uma constituição civil universal entre os homens, visa à constituição de uma comunidade.

No estado de natureza, os homens vivem em liberdade e igualdade. Mas é preciso distinguir o que é característico do homem daquilo que é próprio da natureza.

⁷⁹ Art. 3 *Cantones* — Los cantones son soberanos en los limites de la Constitución Federal y, como tales, ejercerán todos los derechos no delegados al poder federal. The Cantons are sovereign insofar as their sovereignty is not limited by the Federal Constitution; they exercise all rights which are not transferred to the Federation.

⁸⁰ **Relaciones entre la Confederación y los Cantones.** — La Assamblea Federal velará por el mantenimiento de las buenas relaciones entre la Confederación e y los cantonales. Garantizará las constituciones cantonales. Aprobará los Acuerdos que los cantones concluyan con otros Estados siempre cuando el Consejo Federal o algún cantón eleven un recurso.

⁸¹ **Art.138 Iniciativa popular para la reforma total de la Constitución** — 100 000 ciudadanos con derecho de voto pueden proponer la revisión total de la Constitución en un plazo de 18 meses a contar de la publicación oficial de su iniciativa. Esta proposición se someterá al voto del pueblo. 100 000 ciudadanos con derecho de voto pueden proponer la revisión total de la Constitución en un plazo de 18 meses a contar de la publicación oficial de su iniciativa. Esta proposición se someterá al voto del pueblo.

Para KANT o estado de natureza é o estado de guerra, pois as hostilidades se constituem em ameaça constante. Assim, a paz deve ser instaurada num Estado legal.

O contrato permite a passagem do estado de natureza para o Estado civil, juridicamente constituído, que deve ser considerado como sendo um fato da razão, não como fato histórico. Caracteriza-se como um princípio ideal que deve servir para a justificação racional do Estado.

Retornando à concepção de Rousseau sobre o contrato social, que para ele é um ato de alienação dos direitos naturais em favor do Estado. Ao passo que para LOCKE, é um ato de limitação recíproca dos direitos naturais. KANT, por sua vez, reconhece que o Estado deve estar fundamentado na autonomia dos cidadãos e na manutenção da lei natural, tendo como fim a liberdade política.

Para ele, a liberdade externa (ou seja, a jurídica) se constitui na faculdade de não obedecer a outras leis externas, a não ser aquelas às quais se pode dar o consenso.

O contratualismo de RAWLS, por sua vez, objetiva apresentar uma concepção da justiça que generalize e leva a um plano superior a teoria do contrato social, como se verifica em LOCKE, ROUSSEAU e KANT.

Sob a ótica kantiana, deve-se focar o conceito de moralidade que se constitui em uma lei que os seres humanos impõem a si mesmos para obedecer. Evidencia-se o consenso.

Assim, o contrato é entendido como um acordo, um pacto possível por meio da ação do outro, considerando que a minha vontade e a do outro formalizem um pacto, pois a vontade individual é um ponto comum entre duas partes. Neste tópico, deve-se lembrar que, sob véu da ignorância, as partes firmam um pacto sobre os princípios da justiça. RAWLS, na verdade, é o

arquiteto da justiça equitativa que deve existir em uma sociedade cooperativa.

Para KANT, a existência de um contrato se embasa na vontade dos seres humanos, cujas não são separadas, mas reunidas em um ato simultâneo e, na eventual ocorrência de conflitos, a vontade geral prevalece sobre a particular.

2.5.3 Do Imperativo Categórico

Na concepção kantiana, a autonomia da vontade está condicionada à obediência aos princípios morais universalmente válidos, de conformidade com o imperativo categórico.⁸²

Ao imperativo categórico, RAWLS concebe a posição original como uma interpretação procedimental da concepção kantiana de autonomia e do imperativo categórico⁸³. Mas não tem a intenção de ser uma interpretação da doutrina propriamente dita:

a minha interpretação kantiana não tem a intenção de ser uma intervenção da doutrina de Kant propriamente dita, mas sim da justiça como equidade. A visão de Kant é marcada por várias dicotomias, em especial, as dicotomias entre o necessário e contingente, a forma e o comando, a razão e o desejo, os númenos e os fenômenos. Para muitos, abandonarem essas dicotomias, tais quais como foram entendidas por ele, é abandonar o caráter distintivo de sua teoria. Meu modo de ver é diferente. Sua

⁸² Imperativo categórico é a expressão utilizada por Kant. É o princípio ético formal da razão prática, absoluto e necessário, fundamento último da ação moral. Segundo Kant, é expresso pela seguinte fórmula: “Age de tal forma que a norma de tua conduta possa ser tomada como lei universal”.

⁸³ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, § 40, p. 276.

concepção moral tem uma estrutura característica que é mais claramente discernível quando esses dualismos não são tomados no sentido que ele lhes atribuiu, mas sim quando eles são remodelados e sua força moral é reformulada no âmbito de uma teoria empírica. Aquilo que eu chamei de interpretação kantiana mostra como isso é possível.⁸⁴

A teoria rawlsiana adota em parte o imperativo categórico, pois os que estão na posição original, cobertos pelo véu de ignorância, são racionais e livres, mas não agem em função de uma decisão do eu em si mesmo ou núnemo, mas sim agem por um meio de consenso pela escolha dos princípios da justiça para que se possa arquitetar uma sociedade bem-ordenada. O argumento em favor da escolha dos princípios da justiça não supõe que as partes tenham objetivos particulares, mas apenas que elas desejam certos bens primários.

A descrição da posição original se parece com o ponto de vista do eu em si, ou núnemo, no que se refere ao significado de um ser racional e livre.

A posição original pode ser interpretada como um procedimento da concepção kantiana de autonomia, e do imperativo categórico, dentro da estrutura de uma teoria empírica. Os princípios escolhidos pelo consenso, e não no agir individual, expressa a natureza dos participantes como pessoas racionais iguais e livres.

Assim, agir com base nos princípios da justiça é agir como base em imperativo categórico, no sentido de que eles se aplicam a nós, quaisquer sejam os nossos objetivos particulares. Isso esclarece e reflete a razão de não ser o imperativo categórico propriamente dito adotado por RAWLS.

É preciso lembrar que, na concepção kantiana, a autonomia está

⁸⁴. *Idem, ibidem, p.282-283.*

condicionada à obediência aos princípios morais universalmente válidos de conformidade com o imperativo categórico.

Age-se somente de acordo com a máxima que possa, ao mesmo tempo, ser transformada em lei universal. A universalidade de uma lei deve ser adequada à razão pura.⁸⁵ O agente não deve formular seus próprios princípios, mas deve estar em conformidade com todos os seres racionais. A razão deve ser a referência para a ação. Meu dever é fazer, portanto, o que for racional.

Já para RAWLS, o conceito de racionalidade é aquele conceito clássico, famoso na teoria social. Ele considera que uma pessoa racional tem um conjunto de preferências entre opções que se encontram ao seu dispor. Por isso RAWLS classifica essas opções individuais de acordo com a afetividade em promover seus propósitos, respectivamente. A pessoa racional segue o plano que satisfará uma quantidade maior de seus desejos, e que tem as maiores probabilidades de ser implementado com sucesso. A suposição rawlsiana especial se traduz na circunstância de que um indivíduo, na posição original, coberto pelo véu de ignorância, não é acometido pela inveja⁸⁶. Um indivíduo racional e livre não será acometido pela inveja, pelo menos quando as diferenças entre ele e os outros não são consideradas como resultado de injustiça e não excedam certos limites ponderáveis.

Deve-se anotar que toda e qualquer tendência psicológica particular está coberta pelo véu de ignorância, juntamente com o conhecimento das partes a respeito de sua concepção de bem,⁸⁷ pois, na medida do possível, uma

⁸⁵ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. Tradução, introdução e nova de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.58.

⁸⁶ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 154.

⁸⁷ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. “Tudo aquilo que possui um valor moral ou físico positivo, constituindo o objeto ou fim da ação humana. Para Aristóteles, o bem é tudo aquilo a que todos os seres humanos aspiram. Enquanto conceito normativo fundamental na ordem ética, o bem designa aquilo que é conforme ao ideal e às normas da moral. (Apud Dicionário de Filosofia, de Hilton Japiassu et ali, p.35. Jorge Zahar Editó, 2ª.ed.1991). Com a doutrina de Kant, o conceito de bem foi reconhecido numa

concepção da justiça não deve ser afetada por contingências acidentais. Para a teoria rawlsiana, os princípios da justiça, adotados na posição original, não devem variar segundo as diferenças contingenciais acidentais, uma vez que o objetivo da teoria da justiça é que eles vigorem independentemente das preferências individuais e circunstâncias sociais⁸⁸.

Sob o véu de ignorância, há a combinação do desinteresse mútuo, pois cada pessoa é levada a considerar o bem dos outros⁸⁹. Com relação ao desinteresse mútuo, RAWLS preconiza:

*Portanto, o desinteresse mútuo das partes determina outras motivações apenas de forma indireta, ou seja, através de seus efeitos sobre o acordo em relação aos princípios. São esses princípios, juntamente com as leis da psicologia (na medida em que agem obedecendo às condições de instituições justas), que dão forma aos objetivos e aos sentimentos morais dos cidadãos em uma sociedade bem-organizada.*⁹⁰

2.5.4 Da Teoria Contratualista

Com relação à sua teoria contratualista, pode-se acrescentar:

Na consideração da ideia de uma teoria contratualista é tentador pensarmos que ela não produzirá os princípios que desejamos a não ser que as partes sejam, pelo menos em alguma medida, movidas

esfera específica, tornou-se um valor, ou melhor, uma classe de valores fundamental. Em geral, bem é tudo o que possui valor, preço, dignidade, a qualquer título. Na verdade, bem é a palavra tradicional para indicar o que na linguagem moderna, se chama valor”. São Paulo: Martins Fontes, 1ª. ed. 2000, p.107.

⁸⁸ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, § 80, p. 589.

⁸⁹ *Idem, ibidem, p. 160.*

⁹⁰ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Nova tradução baseada na edição americana revista pelo autor de Jussara Simões. Revisão da tradução Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 160.

*pela boa vontade, ou por um interesse pelos interesses mútuos.*⁹¹

Na posição original, são justos os padrões e decisões que promovem os objetivos atingidos por meio de um acordo ponderado em circunstâncias que visam à imparcialidade e à boa vontade⁹².

Segundo a teoria rawlsiana, uma sociedade bem-organizada satisfaz, portanto, aos princípios da justiça que são coletivamente racionais a partir da perspectiva da posição original.

Do ponto de vista do indivíduo, é o desejo de afirmar a concepção pública da justiça como o fator determinante de um plano de vida, que é coerente com os princípios da escolha racional. Essas são as conclusões que apoiam os valores da comunidade e, ao atingi-las, a análise rawlsiana da justiça como equidade se completa⁹³.

Encerramos assim o enfoque da filosofia moral de KANT, bem como o enfoque da concepção democrática de LOCKE (existência do contrato para evitar-se o estado de guerra) e a apologia da democracia direta de ROUSSEAU, considerando que a soberania não pode ser dividida.

2.5.5 Do Princípio da Eficiência e do Ótimo de Pareto

RAWLS usa a expressão princípio da eficiência, ao invés de ótimo de PARETO, por entender ser a mais apropriada, embora os dois termos designem a

⁹¹ *Idem, op. cit. , loc. cit.*

⁹² *Idem, ibidem, loc. cit.*

⁹³ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 643.

mesma coisa.

Vejam os a questão primeiramente do princípio da eficiência sob ótica da economia, para, em sequência, sob a mesma ótica, a questão do ótimo de PARETO.

O termo ótimo de PARETO foi criado por WILFREDO PARETO para designar situação hipotética em que ninguém possa alterar sua situação social, buscando uma posição que mais lhe agrada, sem com isso provocar uma mudança de outra pessoa para uma posição que não lhe agrada.

Eficiência Econômica – Ótimo de PARETO – não lida bem com o problema da distribuição da renda, que PARETO evita, supondo que os bens eficientemente produzidos serão apropriadamente distribuídos. Ora, nada assegura que exista um método de distribuição dos bens que seja ótimo. PARETO simplesmente fugiu do problema da distribuição da renda⁹⁴, que é um problema central na teoria de J.RAWLS.

Uma situação econômica é ótima no sentido de PARETO se não for possível melhorar a situação, (ou, mais genericamente, a utilidade) de um agente sem piorar a situação ou utilidade de qualquer outro agente econômico.

Eficiência Paretiana nas trocas — o que é produzido numa economia é distribuído de forma eficiente pelos agentes econômicos, possibilitando que não sejam necessárias mais trocas entre indivíduos, isto é a taxa marginal de substituição (por exemplo: quantos pães são trocados por um queijo) é a mesma para todos os indivíduos; (Eficiência na produção) — quando não é possível produzir mais de um tipo de bens sem reduzir a produção de outros, isto é, quando a economia se encontra sobre sua curva de possibilidade de produção; (Eficiência no mix de produtos) — os bens produzidos numa

⁹⁴ ALLAIS, Maurice. *Wilfred Pareto, em International Encyclopedia of the Social Sciences*. Macmillan Co. & Free Press, 1968, vol. 11, p. 985.

economia devem refletir as preferências dos agentes econômicos dessa economia. A taxa marginal de substituição deve ser igual à taxa marginal de transformação desta condição. Um sistema de preços de concorrência perfeita permite satisfazer esta condição. Um ótimo de PARETO não tem necessariamente um aspecto socialmente benéfico ou aceitável. Por exemplo, a concentração de rendimento ou recursos num agente pode ser ótimo no sentido de PARETO, entretanto, não satisfaz aos critérios de J.RAWLS, o qual se preocupa com a distribuição dos bens sociais (maximin, mas que RAWLS prefere o termo: princípio da diferença). Implicitamente, PARETO aceita a distribuição da renda como é (como um elemento exógeno), enquanto RAWLS desenvolve uma arquitetura social onde a distribuição da renda é determinada dentro do modelo rawlsiano (endogenamente), para resguardar os benefícios dos menos afortunados.

2.5.6 ARROW – Teorema da Impossibilidade — Escala Diferencial

Teorema da impossibilidade de ARROW (KENNETH ARROW, Nobel de Economia 1972) diz que a soma das racionalidades individuais não produz uma racionalidade coletiva.

A impossibilidade decorre da inconsistência que resulta de agregar as funções de preferência individuais. Por exemplo: paradoxo do voto, atribuído a CONDORCET: o resultado da votação depende da sequência em que se vota para que se obtenha uma função de utilidade coletiva. Pode-se dizer, seguindo ARROW, que não existe uma função de utilidade coletiva. Note-se que ARROW, assim como PARETO, não questiona a distribuição da renda subjacente, portanto não lida com conceitos de justiça distributiva como o faz

J. RAWLS.

RAWLS está preocupado em construir uma sociedade cooperativa, baseada numa distribuição original da renda que seja aceitável pelos indivíduos que se encontram atrás do véu da ignorância, isto é, previamente não saberem a estrutura da distribuição no mundo real. São teorias dissociadas, em que uma trata da situação pós-distribuição e a outra, do próprio processo de distribuição. Podemos interpretar teoria de RAWLS como uma teoria distributiva baseada na justiça social, em contraste com as teorias de eficiência econômica (de PARETO e seus seguidores, mas que também informam os pressupostos da Teoria da Impossibilidade de ARROW), que aceitam a base distributiva sem questioná-la.

No que diz respeito à economia, a eficiência econômica é a relação entre o valor comercial de um produto e o custo unitário de sua produção. Assim, a eficiência econômica aumenta quando aumenta a relação entre o valor de um produto em relação ao seu custo, mantendo-se as qualidades que satisfaçam as normas técnicas.⁹⁵

2.5.7 Dos Bens Meritórios

Bens meritórios (saúde, educação básica) — não deixam de ser bens primários no sentido da RAWLS. A provisão de bens meritórios está informada por critérios de justiça distributiva (atenção aos menos favorecidos, independentemente se sua reduzida renda) que são providos pelo estado para atenuar uma distribuição inadequada da renda. Mas os bens primários a que se refere RAWLS são mais amplos, e incluem não apenas os bens materiais

⁹⁵ *Dicionário de Economia*. Organização e Supervisão de Paulo Sandroni. Editora Best Seller, p. 98. São Paulo, 1989.

passíveis de provisão pública (bens meritórios) como bens psicológicos como a auto-estima, o respeito aos semelhantes e a dignidade do ser humano.

Os bens primários para RAWLS são aqueles que constituem coisas que todo o homem racional presumivelmente quer, não importando quais sejam os outros desejos. Na verdade, primários passam a ser conceituados pelas necessidades das pessoas enquanto pessoais morais, lembrando-se que a autoestima integra a concepção de bens primários (ganhando um lugar central na teoria rawlsiana).

Não se pode olvidar que os bens primários à disposição da sociedade são todos os direitos individuais, as liberdades e oportunidades, renda e riqueza. Esses são bens primários sociais. Outros bens primários, como a saúde, o vigor, a inteligência e a imaginação são bens naturais, embora sua posse seja influenciada pela estrutura básica da sociedade, isto é, os cidadãos devem ter acesso aos meios educacionais fundamentais e médios para que os seres humanos se constituam em membros ativos cooperativos da sociedade.

2.5.8 Do Princípio da Eficiência

O princípio da eficiência, para RAWLS (lembrar que ele opta pelo princípio da eficiência ao invés do ótimo de PARETO) pode ser aplicado à estrutura básica da sociedade em referência à expectativa dos homens representativos.

Assim uma organização de direitos e deveres na estrutura básica é eficiente se, e somente se, é impossível mudar as regras, redefinir o esquema de direitos e deveres de aumentar a expectativa de qualquer dos homens

representativos (pelo menos um) sem ao mesmo tempo diminuir as expectativas de um (pelo menos um) outro homem. Mas tal mudança pela teoria rawlsiana não está autorizada a violar o princípio da liberdade, visto que se aplica o princípio da diferença.

Aquele que se encontra em posição de autoridade e responsabilidade pode, ao mudar a estrutura básica sociedade, regular a distribuição de renda e riqueza, mas não pode violar o princípio da liberdade.

2.5.9 Da Sociedade Bem-Ordenada (Well-Ordered Society)

A sociedade bem-ordenada ocorre quando os princípios da justiça nela operam e a unificam. RAWLS não a aceita por ser antiliberal quando a sociedade pressupõe que esses princípios de justiça devam derivar de uma doutrina que todos compartilham.

Uma sociedade democrática moderna se caracteriza por uma pluralidade de doutrinas abrangentes, religiosas, filosóficas e morais. Nenhuma das doutrinas pode ser adotada pelos cidadãos na totalidade de seu conjunto.

Para a teoria de RAWLS uma sociedade bem-ordenada satisfaz os princípios da justiça que são coletivamente racionais a partir da perspectiva da posição original. Do ponto de vista do indivíduo, o desejo de afirmar a concepção pública da justiça como fator determinante de um plano de vida deve ser coerente com os princípios da escolha racional. Essas são conclusões que apoiam os valores da comunidade e, ao atingi-las, a análise rawlsiana da

justiça como equidade se completa⁹⁶.

2.5.10 Do Liberalismo Político

O liberalismo político rawlsiano pressupõe que, exatamente, por razões políticas, uma pluralidade de doutrinas abrangentes incompatíveis entre si, e estas doutrinas se constituem no resultado normal do exercício pelos cidadãos de sua razão no seio das instituições livres de uma democracia constitucional.

O liberalismo político pode, segundo RAWLS, comportar uma doutrina abrangente que não rejeita os elementos essenciais de uma democracia. Uma sociedade liberal pode comportar doutrinas irracionais ou mesmo delirantes, mas deverão ser limitadas para que elas não destruam a unidade e a justiça da sociedade. A limitação é dada pelo princípio da justaposição, do qual decorre um consenso que consiste em demonstrar que é racional que existam tais doutrinas, mas não é razoável que haja qualquer tentativa de persuadir a outrem a partilhar uma concepção que antes ele rejeite⁹⁷.

A convergência numa concepção política da justiça pode ser obtida e a unidade social mantida num equilíbrio de longo prazo, isto é, de uma geração para outra.

⁹⁶ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 643.

⁹⁷ RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. (Political Liberalism, Columbia University Press, 1993). Tradução de João Sedas Nunes. 1. ed., Lisboa: Editorial Presença, janeiro, 1997, p. 149.

O ponto nuclear do liberalismo político é a afirmação da prioridade dos direitos e das liberdades básicas que constituem a cidadania a cima de todos os outros valores com os quais elas poderiam entrar em conflito. O liberalismo, portanto, está embasado na tolerância entre os conviventes em um sistema democrático cooperativo, ante a existência de filosofia e religiões abrangentes, muitas vezes incompatíveis entre si.

O liberalismo político para RAWLS tem com fundamento a sociedade democrática num sistema cooperativo equitativo, que corresponde à concepção da justiça, que se restringe às ideias fundamentais ou implícitas na cultura política de uma sociedade democrática, esta sempre um sistema equitativo entre cidadãos livres e iguais, considerando que os princípios da justiça regulam as desigualdades e foram formalizados na posição original.

A posição original é um *status quo* no qual as partes, devidamente representadas por pessoas dignas, visam atingir o conceito do justo para que se obtenha a garantia de instituições justas e estáveis.

O liberalismo, para RAWLS, é afirmação da prioridade dos direitos e das liberdades básicas que constituem a cidadania acima de todos os outros valores com os quais elas poderiam criar conflitos. Mas é importante distinguir o liberalismo político e o liberalismo clássico como o de JOHN STUART MILL, que é uma visão de conjunto da existência humana, portanto, uma doutrina abrangente.

Importante é recordar que JOHN STUART MILL é utilitarista e, como é sabido, RAWLS se opõe ao utilitarismo por anteceder o bem ao justo.

Para utilitarismo, o bem-estar (well-being) se constitui no bem maior, que independe do justo.⁹⁸

⁹⁸ MILL, John Stuart. *On liberty*. New York: Editor of this volume: Kathy Casey, 2002, p. 46-62.

A crítica de RAWLS se circunscreve ao fato de que para os utilitaristas o princípio da utilidade é absoluto, confundindo-se o bem com o útil. Mas é preciso observar que nenhuma regra decorre do absoluto, bem como nenhuma regra é definitiva. Ao valorizar este princípio ao extremo, os utilitaristas obrigam a sociedade a compreender a necessidade de se colocar o interesse de cada um em harmonia com os da comunidade e de se utilizar os mais diversos recursos, especialmente o da educação e da opinião pública, introjetando em cada indivíduo a relação entre a felicidade individual e o bem da totalidade. A disseminação da felicidade geral é considerada uma virtude. A felicidade é entendida como prazer e ausência de dor; o contrário denota infelicidade.

Em síntese, RAWLS critica a concepção do entendimento como sendo o bem independente do justo, vendo-o como satisfação do desejo ou como satisfação do desejo racional, concluindo:

Se o bem for definido como prazer, temos o hedonismo; se for como felicidade, temos o eudemonismo, e assim por diante. Tomarei o princípio da utilidade na sua forma clássica como aquele que define o bem como o desejo do desejo racional”. “Isso está de acordo com todos os pontos essenciais da teoria e creio que oferece dela uma interpretação correta.”⁹⁹

É preciso compreender a finalidade teleológica utilitarista. A sociedade deve distribuir seus meios de satisfação, quais sejam direitos e deveres, oportunidades e privilégios e várias formas de riqueza, de modo a

⁹⁹ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Nova tradução baseada na edição americana revista pelo autor de Jussara Simões. Revisão da tradução Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 14.

conseguir grau máximo de felicidade, ou seja, de satisfação¹⁰⁰. A conduta humana deve ser julgada considerando que a felicidade é o critério da moralidade, ou seja, a maximização da felicidade, que é a única coisa desejável, como o fim último e todas as outras coisas são meios para esse fim.

A oposição rawlsiana discorda da posição utilitarista por considerar as pessoas como um meio para alcançar o bem. A ética utilitarista é a maximização da felicidade geral.

Para o utilitarismo o princípio da utilidade é o princípio da justiça de uma sociedade¹⁰¹.

2.5.11 Da Utilidade Média

RAWLS admite que, na posição original, as partes podem adotar a maximização da utilidade média. Tal adoção não infirma os dois princípios da justiça, visto que a concepção da justiça é fruto dos juízos ponderados em equilíbrio refletido e serve da melhor forma como base da moral pública.

A adoção da motivação da utilidade média, na situação original, nada tem a ver com a concepção utilitarista. *“Só que afirma que essa concepção é fornecida pelo princípio da utilidade pode ser chamado de utilitarista”*¹⁰².

Na realidade, o utilitarismo médio é diferente do utilitarismo

¹⁰⁰ *Idem, op. cit.*, p. 28.

¹⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 198.

¹⁰² RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 198.

clássico, por ser firmado na utilidade média¹⁰³.

A utilidade média leva a sociedade a maximizar não a utilidade total, mas a utilidade média (*per capita*).

Não é verdadeira a afirmativa de que, em circunstâncias iguais, quando uma comunidade tem sua população duplicada, a utilidade é duas vezes maior. Tal afirmativa não procede, simplesmente porque enquanto as porcentagens nas várias posições continuam as mesmas, evidentemente a utilidade não se altera.

Portanto, a adoção da utilidade média, na situação original, não infirmará os princípios da justiça, eis que são firmados pelos juízos ponderados e o equilíbrio perfeito.

A aceitação da utilidade média por RAWLS decorre do fato de se levar em conta o alto risco, adotado na posição original. O nível de alto risco é semelhante ao princípio da diferença no que tange a benefícios econômicos.

Embora semelhantes, os dois princípios não são idênticos. Não são idênticos no mesmo sentido em que são unas, isto é, quando a substância é uma. Na concepção aristotélica, as coisas só são idênticas se é idêntica a substância. Portanto, substancialmente a utilidade média não é substituível pelo princípio da diferença, segundo concepção aristotélica, como vimos. Todavia, a semelhança está em que ambas dão mais peso às vantagens daqueles cuja situação é menos favorecida.

Hodiernamente, a utilidade é entendida como um modo de representar as escolhas dos agentes econômicos e não como medida de satisfação.

Na posição original, as pessoas levam em conta as incertezas na

¹⁰³ *Idem, ibidem*, § 27.

busca da utilidade média quanto à estimativa de promover o respectivo bem, mas refratárias a outras razões para se afastar de uma teoria teleológica, característica do utilitarismo, ao qual RAWLS se opõe.

RAWLS leva em conta o mínimo social que deve ser adequado com o ajuste nas circunstâncias variáveis. Qualquer pessoa razoável busca um equilíbrio entre a maximização da utilidade média e a manutenção de um mínimo social adequado.

A solução de se adotar o mínimo social adequado, restringindo-se ao princípio da utilidade média, conduz exatamente às mesmas consequências que surgiram a qualquer pessoa que estivesse seguindo o princípio da diferença, muito embora este seja relativamente preciso, já que classifica todas as combinações de objetivos de acordo com a sua eficácia em promover as perspectivas dos menos favorecidos. Daí a preferência rawlsiana na escolha do princípio da diferença em detrimento do princípio da utilidade, mesmo no contexto restrito de uma concepção mista do utilitarismo médio.

A questão da concepção merece um enfoque em separado.

2.5.12 Da Concepção Mista

Esta questão é apresentada por RAWLS em razão de ser a concepção mista muito próxima dos princípios da justiça. Como RAWLS expõe:

[...] uma concepção mista que é bastante próxima dos princípios da justiça, ou seja, a visão resultante da substituição do princípio da diferença pelo princípio da utilidade média limitado por um mínimo

*social determinado sendo que as outras condições permanecem as mesmas.*¹⁰⁴

Mas a opção rawlsiana prefere os dois princípios da justiça que são fáceis de serem aplicados, com muito mais razão da escolha do princípio da diferença, ou de segundo princípio como um todo, em detrimento do princípio da utilidade, mesmo no contexto restrito de uma concepção mista.

2.5.13 Da Estrutura Básica da Sociedade

É bom sempre lembrar que o contrato social rawlsiano é um acordo hipotético entre todos os membros de uma sociedade e não somente entre alguns deles, enquanto membros da sociedade (enquanto cidadãos), e não enquanto indivíduos que ocupam uma posição ou papel particular no seio da sociedade.

A razão pela qual o contrato social deve ser considerado hipotético e não histórico se mostra evidente: o consenso na posição original representa o resultado de um processo racional de deliberação, isto é, o conteúdo da justiça deve ser descoberto pela razão, ou seja, por um raciocínio analítico de um consenso para a concepção da justiça equitativa. Na realidade a situação original é um prolongamento natural do contrato social quando a estrutura básica é tomada como objeto primeiro da justiça. RAWLS não crítica as outras teorias do contrato, mesmo porque não abre discussão a esse respeito, apenas

¹⁰⁴ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Nova tradução baseada na edição americana revista pelo autor de Jussara Simões. Revisão da tradução Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 349.

se restringe a explicar por que os fundamentos da teoria da justiça como equidade que torna a estrutura básica como objeto primeiro da justiça, visto que a sociedade é um sistema de cooperação.

A característica essencial da concepção contratualista da justiça é ser a estrutura básica da sociedade o objeto primeiro da teoria da justiça. Mas o objeto primeiro da teoria não é o exame das situações particulares das sociedades, mas sim da estrutura, das instituições básicas da sociedade e do contexto por elas conhecido.

Portanto, por estrutura básica entende-se a maneira pela qual as principais instituições sociais se arranjam em um sistema único e pelo qual conseguem seus direitos individuais fundamentais e estruturam a distribuição de vantagens resultantes da cooperação social.

Fazem parte da estrutura básica a constituição política, as formas de propriedade legalmente admitidas, a organização da economia e a natureza da família.

A estrutura básica estabelece as liberdades individuais iguais para todos e garante que as desigualdades econômicas e sociais conduzem para a maior vantagem dos menos favorecidos, no âmbito de uma igualdade justa para todos.

A estrutura básica não nega a existência das desigualdades sociais organizacionais e econômicas na medida em que elas, na concepção da justiça como equidade, melhorem a situação de cada um, inclusive dos menos favorecidos, e desde que essas desigualdades sejam compatíveis com uma liberdade igual para todos e com a igualdade das oportunidades, visto que, na posição original, uma distribuição desfavorável seria vetada. A consequência é a conclusão dos parceiros pela aplicação do princípio da diferença e, assim, a repartição igual é aceita como ponto de referência porque reflete o modo como

as pessoas se situam quando se apresentam como pessoas livres e iguais.

Mas uma desigualdade é tolerável, a partir de certos limites, como, por exemplo, com a adoção do coeficiente de GINI.¹⁰⁵ As pessoas nascem e integram uma sociedade e passam a pertencer a ela. Estabelece-se, em consequência, uma divisão institucional do trabalho entre a estrutura básica e as regras que se aplicam às transações particulares, cabendo aos indivíduos e as associações, que permanecem livres, promoverem seus fins no âmbito das instituições do contexto social que efetuam as operações necessárias à manutenção de uma estrutura básica justa.

2.5.14 Da Filosofia Política

A circunstância de se encontrar um consenso decorre da filosofia política, e o fato de ser ela independente e autônoma em relação aos outros segmentos, principalmente aos eternos problemas e controvérsias.

A independência e a autonomia da filosofia política, em relação a outros segmentos filosóficos, como o liberalismo político, visam a garantir a

¹⁰⁵ Coeficiente de Gini: medida de concentração mais freqüentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. Por esse coeficiente, aumentando a concentração da renda, da propriedade fundiária ou do valor da produção, cresce a curvatura da curva de Lorenz que consiste na representação sobre o eixo horizontal, em porcentagem, o total dos destinatários da renda e sobre o eixo vertical a soma – ou porcentagem – de todas as rendas recebidas em um ano. Ligando o ponto desses dois eixos pode-se traçar uma linha ascendente a partir do ponto zero, com ângulo de 45°, o que representaria, segundo o coeficiente de Gini, a distribuição ideal da renda ou igualdade absoluta. Por exemplo, 10% da renda total corresponde a 10% das pessoas que receberam renda ou 90% da soma da renda total, que corresponde a 90% dos destinatários da renda. O gráfico que se faz na curva visa mostrar como se distribuem os diferentes grupos de pessoas em relação à renda ideal. No Brasil em 2001, a concentração de renda é tão intenso que o índice de 90% para 10% está em 68. Ou seja, para cada dólar que os 10% mais desfavorecidos recebem, os 10% mais ricos acabando recebendo 68. *Dicionário de Economia*. Organização e Supervisão de Paulo Sandroni. São Paulo: Best Seller, 1989, p. 52.

autonomia dos cidadãos numa democracia pluralista.

A filosofia política não pode ser confundida com a simples política, visto que ela se dirige à cultura pública. Adota a mais alta das perspectivas permanentes da sociedade e procura intervir nos conflitos mais profundos. Ela favorece o arranjo em uma base comum para um consenso sobre uma concepção política da justiça, desenvolvida a partir de instituições referentes à sua convivência na sociedade e ao seu próprio lugar nela.

Deve-se ressaltar a observação que RAWLS emite sobre a filosofia política:

Ao revelar a possibilidade de um consenso por justaposição numa sociedade de tradição democrática e confrontada com o 'fato do pluralismo', a filosofia política assume o papel que Kant atribuía à filosofia em geral: a defesa da crença razoável. Para nós, isso deve tornar-se a defesa de uma crença razoável na possibilidade de um regime democrático.¹⁰⁶

Deve-se acrescentar, ainda segundo RAWLS:

A independência e a autonomia da filosofia política antes os outros segmentos da filosofia devem ser postas em paralelo com a liberdade e a autonomia dos cidadãos numa democracia.¹⁰⁷

Em relação à filosofia política, por exemplo, em um regime democrático é predominante a existência de partidos políticos que se alicerçam em ideologias abrangentes e se constituem em movimentos opostos, competindo pelo poder político. Eles são indispensáveis ao regime democrático, que literalmente exige a presença de líderes alternativos, isto é,

¹⁰⁶ RAWLS, John. *Justiça e Democracia*. Título em francês: *Justice et démocratie*, Éditions du Seuil. Seleção e apresentação de Catherine Audard. Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 289-290.

¹⁰⁷ *Idem, ibidem, loc. cit.*

com programas alternativos, mesmo que nunca cheguem de fato a ganhar uma eleição. São coparticipantes de um sistema democrático, assim como os membros do time adversário num jogo (sem a coparticipação inexistente democracia) e por isso eles têm o direito de fazer cestas e vencer, se puderem.¹⁰⁸

2.5.15 Do Dever Obedecer a Uma Lei Injusta

É evidente que se deve obedecer às leis justas estabelecidas na vigência de uma constituição justa, pois, na posição original, foram definidos os princípios da justiça para uma sociedade perfeitamente justa. Na posição original foram incorporadas diversas condições que devem ser respeitadas na escolha de princípios que as partes foram levadas a escolher, mediante um consenso, à luz de juízos ponderados¹⁰⁹.

As pessoas, na posição original, supõem que os princípios que foram aceitos serão rigorosamente obedecidos por todos, pois os princípios da justiça aceitos porque são todos aqueles que definem uma sociedade perfeitamente justa.

Mas há uma espécie de um problema diferente não estabelecido em circunstâncias favoráveis de certa concepção ideal de sociedade justa, como, por exemplo, verificar em que circunstâncias devem ser toleradas ordenações injustas.

¹⁰⁸ WALZER, Michael. *Da Tolerância*. Original em inglês: *On Toleration* por Yale University Press. Tradução Almiro Piseta. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 14.

¹⁰⁹ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Piseta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 23.

Esta questão é apresentada por RAWLS em face da concepção mista, que é bastante próxima dos princípios da justiça, questão já exposta anteriormente, recordando-se apenas por oportuna, a exposição de RAWLS a respeito:

(...) uma concepção mista que é bastante próxima dos princípios da justiça, ou seja, a visão resultante da substituição do princípio da diferença pelo princípio da utilidade média limitado por um mínimo social determinado, sendo que as outras condições permanecem as mesmas.¹¹⁰

O mínimo social deve ser adequado, para RAWLS, com um ajuste nas circunstâncias variáveis. Qualquer pessoa razoável busca um equilíbrio entre a maximização da utilidade média e a manutenção de um mínimo social adequado.

A solução, adotando-se o mínimo social adequado, restringe-se, na verdade, ao princípio da utilidade média que acaba conduzindo exatamente às mesmas consequências do princípio da diferença, muito embora este seja relativamente preciso, já que classifica todas as combinações de objetivos de acordo com a sua eficácia em promover as perspectivas dos menos favorecidos. Daí a preferência rawlsiana na escolha do princípio da diferença em detrimento do princípio da utilidade média, mesmo no contexto restrito de uma concepção mista.

A preferência da teoria rawlsiana justifica-se, pois a noção de utilidade, nas últimas décadas, foi em grande parte abandonada pela teoria econômica, por ser um termo vago para desempenhar algum papel essencial na

¹¹⁰ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Nova tradução baseada na edição americana revista pelo autor de Jussara Simões. Revisão da tradução Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2008, § 49, p. 349.

explicação do comportamento humano.

Hodiernamente, a utilidade é entendida como um modo de representar as escolhas dos agentes econômicos, e não como medida de satisfação. Não se pode esquecer que a doutrina utilitarista, está toda fundamentada toda na obtenção do útil pelo máximo do prazer (Bentham), mas não nos termos da satisfação individual.

Oportuno se mostra o retorno à questão das leis injustas, após a concepção mista que, nesta oportunidade, nos conduz à obediência parcial, pois algumas concepções rawlsiana são suficientemente adequadas para muitos propósitos.

Sempre é lembrar que a essência no construtivismo rawlsiano se constitui na teoria da justiça como equidade em razão dos princípios da justiça estabelecidos na situação original. O termo construtivista utilizado decorre do fato de ser ele fundamental na teoria da justiça como equidade, pois esta não afirma a existência de fatos morais independentes e anteriores dos quais seus princípios seriam uma aproximação, pois isso seria uma heteronímia consequente.

Destaque-se: os princípios da justiça como equidade são o resultado de uma construção que expressa a concepção que têm de si mesmos e da sociedade de uma democracia.

Portanto, a concepção rawlsiana, embasada no princípio da equidade, pressupõe que as instituições sejam justas mesmo em uma sociedade quase justa, por existir uma constituição viável que satisfaça os princípios de justiça em que esta deve ser entendida como última instância procedimental da justiça imperfeita.

A justiça imperfeita se caracteriza que, não obstante seu critério independente para produzir o resultado correto, não há um processo factível

que a leve à certeza de um resultado correto.

Assim, na justiça criminal, o resultado correto seria a condenação do culpado, mas o resultado pode ser oposto, embora tenha sido observado todo critério independente.

Ao contrário, é a justiça procedimental perfeita, em que não há um critério independente para um resultado correto, mas em virtude da utilização do critério não independente chega-se à conclusão correta.

Assim, a constituição justa satisfaz o princípio de liberdade igual, mas imperfeitamente estruturada para garantir um resultado justo, na medida em que as circunstâncias permitirem

Na atividade política não é possível atingir-se uma justiça procedimental perfeita. Há o dever de apoiar instituições justas e a obrigação de acatar leis políticas injustas, ou pelo menos não fazer oposição usando meios ilegais, desde que aquelas leis políticas injustas não ultrapassem certos limites de injustiça.

Adotando-se o critério da maioria, as partes podem tolerar leis injustas apenas em certas circunstâncias. Obviamente não se pode acatar negociação das liberdades básicas, mesmo porque tal circunstância não estaria implícita na posição original. A não-aceitação implícita invocar autoridades constituídas para o saneamento da supressão das liberdades básicas. Todavia, se as leis injustas não ultrapassarem os limites da justiça, há o dever de obedecê-las tal como se faz com as leis justas.

2.5.16 Da Desobediência Civil, Objeção de Consciência e da Resistência

RAWLS conceitua a desobediência civil como um ato público, não violento, consciente, mas um ato político contrário à lei, visando provocar uma mudança na lei e nas políticas do governo.

Agindo assim, alguém se dirige ao senso da justiça da maioria da comunidade e declara que, em sua opinião ponderada, os princípios da cooperação social entre homens livres e iguais não estão respeitados. Anote-se que, no conceito rawlsiano, não se exige que a desobediência civil seja um ato violento contra a lei a qual se protesta¹¹¹.

Neste particular, mister se faz um retrospecto histórico, visto que a questão da desobediência civil remonta a HENRY THOREAU, um pensador individualista, de inclinação anárquica e libertária que manifestou sua objeção à fidelidade ao ordenamento jurídico, a partir de sua conferência em 1848, na qual discutiu a situação do EUA com a escravidão e a guerra injusta com o México, propondo, no contexto da campanha abolicionista, o não-pagamento dos impostos. Sua desobediência exerceu grande influência, mormente sobre GANDHI¹¹².

Retornando à teoria da justiça, RAWLS apresenta a desobediência civil como ato político, visto que ela se orienta por princípios políticos, que regulam a constituição e as instituições sociais em geral.

Na desobediência civil, o cidadão não apela para princípios da moral ou para doutrinas religiosas (o que seria ato de objeção de consciência), mas

¹¹¹ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 404.

¹¹² THOREAU, Henry. *Desobedecendo a Desobediência Civil e Outros Ensaios*. Apresentação de Fernando Gabeira. Tradução José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 27-37.

invoca a concepção partilhada do sistema cooperativo da justiça que subjaz à ordem pública.

A desobediência civil acontece em fórum público. É praticada em público, por não ser ato secreto. Por essa razão ela não é violenta. Para RAWLS a desobediência civil é um protesto jurídico e pacífico, que não deve ser confundida com o da resistência armada¹¹³.

RAWLS procura limitar a definição de desobediência civil não-violenta dentro de certo contexto constitucional quase justo de uma sociedade livre. Os atos de desobediência justificam-se quando há supressão de direitos básicos, dentro de um contexto constitucional quase justo.

GANDHI foi influenciado por THOREAU, aceitando a desobediência da não violência. Mas não optou pelo ato individual, mas agregado a outras pessoas para obter seu sucesso.

Para MARIA GARCIA, a desobediência civil é tida como forma particular de resistência ativa ou passiva à lei ou atos de autoridade quando ofensivos aos direitos fundamentais.¹¹⁴

Para RAWLS a desobediência civil não-violenta não se confunde com o ato da resistência, que representa um comportamento de ruptura da ordem constitucional, visto que a resistência se justifica quando o sistema de quase-justiça admite atos evidentes de corrupção, pois a corrupção e a opressão motivam insatisfação dos governados.

Importante destacar que tanto a desobediência como o ato de resistência se apresentam em consonância com filosofia pregada por ROUSSEAU, pois é legítima a vontade dos governados contra os abusos e as

¹¹³ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 407.

¹¹⁴ GARCIA, Maria. *Gandhi e a Desobediência*, in *Revista de Direito Constitucional e Internacional e Ciência Política*. São Paulo: RT, ano 11, n. 45, p.141-147, out/dez. 2003.

arbitrariedades dos governantes.

Já a objeção de consciência se funda num elemento subjetivo decorrente da moral religiosa e filosófica da pessoa. A objeção de consciência é essencialmente pessoal e individual.

Deve-se ter em mente que o objetivo de uma sociedade bem-ordenada de quase-justiça é o de preservar e corroborar as instituições de justiça, se destas, evidentemente, se não forem suprimidos os direitos básicos.

2.5.17 O Sistema Justo de Instituições

A teoria da justiça, embasada no princípio da igualdade equitativa de oportunidades, assegura que o sistema de cooperação seja um sistema puro de justiça procedimental.

Não se pode esquecer que a justiça procedimental pura se verifica quando não há critério independente para um resultado correto e justo. Existe um procedimento correto ou justo, de modo que o resultado será sempre correto ou justo, desde que o procedimento tenha sido corretamente aplicado.

Como pode ocorrer a aplicação correta do procedimento? Para isso pode-se dar o exemplo de um jogo utilizado pela teoria da justiça. Se há apostas justas, a distribuição do dinheiro, após a última aposta, será justa, qualquer que seja a distribuição, ou, pelo menos, não injusta, qualquer que seja o resultado. Mesmo que as apostas, feitas voluntariamente, sem trapaças, tenham uma expectativa zero de ganho. O procedimento das apostas é justo; é aceito por todos em condições que são justas. Verifica-se que são as circunstâncias contextuais que definem um procedimento justo.

No processo da justiça procedimental pura, o resultado correto será seu escopo, embora não haja um critério independente a fim de que se possa demonstrar que o resultado definitivo será sempre justo.

Desta maneira, o papel principal do princípio da igualdade equitativa de oportunidades deve assegurar um sistema de cooperação da justiça pura de um procedimento justo.

A aplicação da noção procedimental da justiça pura decorre da construção de um sistema justo de instituições que deve ser administrado de forma justa e imparcial, a fim de que a estrutura básica da sociedade distribua, por meio das instituições sociais, deveres e direitos fundamentais, com a divisão equitativa de vantagens.

Chega-se, portanto, à igualdade democrática, combinando-se o princípio da igualdade equitativa de oportunidade com o princípio da diferença.

Na concepção equitativa de justiça, segundo o princípio da diferença, a desigualdade social é justificável apenas se a diferença de expectativas for vantajosa para o homem representativo que está em piores condições e, neste caso, é o trabalhador representativo não-especializado.

Na concepção rawlsiana, as desigualdades nas expectativas estão ligadas em cadeia. Significa que uma vantagem tem o efeito de elevar as expectativas de todas as camadas da cadeia intermediária. Se as expectativas dos empresários se beneficiam, em consequência os trabalhadores não-especializados serão beneficiados, bem como os semiespecializados. Verifica-se que todos se beneficiam quando o princípio da diferença é satisfeito.

Oportuno lembrar que, pelo princípio da justiça equitativa, os homens partilham os bens primários observando que alguns podem ter mais se esses bens são adquiridos também por aqueles que têm menos.

Essas expectativas de aquisição dos bens primários representam um consenso para comparar situações dos homens em referência às coisas das quais presumivelmente todos eles em geral precisam para realizar seus planos de vida. Um homem é feliz quando é bem-sucedido na maneira de realizar seus planos. Deve-se anotar que o bem é a satisfação de um desejo racional.

Os membros da sociedade são pessoas racionais e capazes de ajustar as suas concepções do bem à própria situação de sua vida. As concepções de pessoas diferentes estão de acordo com os princípios da justiça. A todos é assegurada igual liberdade para que persigam qualquer plano de vida que lhes agrade, contando que isso não viole os cânones da justiça que partilha os bens primários segundo o princípio de que alguns podem ter mais bens primários que são adquiridos de maneira a melhorar sempre a situação dos que têm menos.

2.5.18 Retornando à Questão da Justiça Procedimental Pura

Nesse tipo de justiça procedimental pura, a distribuição de bens primários está fundada na justiça do esquema de cooperação do qual surgem às satisfações das reivindicações dos indivíduos nele engajados.

RAWLS observa:

*Na justiça procedimental pura (...) as distribuições de vantagens não são avaliadas em primeiro lugar através do confronto entre uma quantia disponível de benefícios, por um lado, e desejos e necessidades dados de indivíduos determinados, por outro.*¹¹⁵

¹¹⁵ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Nova tradução baseada na edição americana revista pelo autor de Jussara Simões. Revisão da tradução Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 94.

Vê-se que no esquema da justiça procedimental pura, as distribuições de vantagens não são avaliadas em primeiro lugar através de um confronto entre uma quantia disponível de benefícios por um lado, e desejos e necessidades de indivíduos determinados por outro.

No esquema procedimental da justiça pura, a correlação da distribuição de bens está fundada na justiça do esquema de cooperação, do qual ela surge e na satisfação das reivindicações dos indivíduos engajados no aludido esquema.

A justiça equitativa vale-se dos dois princípios da justiça de forma lexical, ao contrário da justiça alocativa que, sem a concepção cooperativa, promove a divisão de bens alocados entre indivíduos concretos com necessidades e desejos conhecidos. O conjunto de bens a ser alocados não é produção dos indivíduos e nem eles se apresentam em uma relação de cooperativa concreta.

A alocação adequadamente eficiente de bens, segundo a concepção utilitarista, tem por escopo promover o maior saldo de satisfações gerais.

A finalidade é proporcionar um saldo líquido geral de satisfações à vista de necessidades determinadas. A alocação do conjunto de produção de bens caracteriza o esquema procedimental da justiça imperfeita, pois a utilização de um padrão independente, de forma justa e adequada, pode-se chegar ao resultado errado, visto que a programação adequada está sujeita às inevitáveis restrições e obstáculos do quotidiano.

Por derradeiro, há que se destacar enfaticamente a importância do liberalismo que prioriza os direitos fundamentais e as liberdades básicas, respeitando-se a diversidade das crenças religiosas e doutrinas filosóficas não-abrangentes, cuja convivência se estabelece pelo consenso da justaposição, caracterizando-se a verdadeira tolerância democrática.

O liberalismo político se embasa em uma concepção política de justiça equitativa em um sistema cooperativo em que todos os cidadãos agem juntos com o escopo de produzir maiores benefícios para vantagem de todos, em consequência do princípio da diferença e da igualdade de oportunidades sem qualquer exclusão.

A importância da teoria da justiça está em preconizar um sistema cooperativo, com a produção de bens pela cooperação de todos em virtude de instituições não tuteladas por grupos corporativos.

Por falar na inexistência da tutela de grupos corporativos, surge a coincidência do que ocorre no parlamento brasileiro, em que o sistema representativo é minado por interesses de lobistas, não interessados na causa comum da coletividade.

2.5.19 Como Reparar Tal Situação?

À luz do filósofo ROUSSEAU desponta a solução, a fim de que se possa preconizar a doutrina rawlsiana para o parlamento nacional.

Para ROUSSEAU somente no interesse comum a sociedade deve ser governada. O governante não pode esquecer que apenas o poder lhe é transmitido, não, porém, a vontade do povo. A sociedade deve ser governada em consonância com o bem comum. Aqui se estampa a afinidade com o sistema cooperativo rawlsiano, em que todos operam a causa comum, sem exclusão dos menos favorecidos.

Mas segundo ROUSSEAU, a vontade da coletividade não se transmite. Portanto, o que fazer quando esta vontade não mais se efetiva?

A solução é uma só: a revogação do poder outorgado, cuja vontade do outorgante foi deturpada, devolvendo-se a soberania aos governados. De que forma? Instituído-se, por exemplo, o *recall*, que se constitui na revogação do mandato daquele eleito e deturpador da vontade do governado.

Afastando-se o eleito que se desvinculou do interesse comum, poderíamos ingressar em sistema democrático na forma do liberalismo preconizado na teoria da justiça, consagrando-se sua importância no presente século.

2.6 REALIZANDO RAWLS — O ESTADO COOPERATIVO

O título possui pertinência para estender a teoria da justiça ao direito internacional com aplicação na política externa.¹¹⁶

RAWLS amplia a interpretação da posição original e passa a pensar nas partes como representantes de diferentes nações, que devem escolher os princípios fundamentais para julgar as reivindicações conflitantes entre vários Estados.

RAWLS segue à risca a concepção da posição original e supõe que cada uma das nações existentes, por meio de seus representantes, mas em diferentes circunstâncias da vida humana, nada sabem acerca das circunstâncias particulares de sua própria sociedade, seu poder e força em comparações com outras nações como também não conhecem o seu lugar dentro de sua própria sociedade.

¹¹⁶ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 418-423.

RAWLS anota que, na posição original, as partes contratantes, como representantes das várias nações, possuem apenas conhecimento suficiente para possibilitar uma escolha racional que tem, por escopo, proteger o interesse dos respectivos Estados, mas insuficiente para permitir que os mais afortunados entre eles possam beneficiar-se de sua condição especial. A posição original, em tal hipótese, estabelece a equidade entre as nações e anula as contingências e tendências do rumo histórico. Em consequência, a justiça internacional é determinada pelos princípios escolhidos na posição original e assim deve ser interpretada. Esses princípios são políticos, passando a reger políticas públicas em relação a outras nações.

Segundo RAWLS, não há qualquer problema ou surpresas, pois esses princípios seriam familiares considerando que os princípios escolhidos estariam embasados no princípio da igualdade, que é o princípio do direito internacional.

RAWLS observa que povos independentes, organizados como Estados têm certos direitos iguais básicos. Esses princípios são análogos aos dos direitos iguais dos cidadãos em um regime constitucional. A consequência primordial dessa igualdade entre as nações é, sem dúvida, o princípio da autodeterminação, isto é, o direito de um povo resolver seus próprios assuntos internos sem intervenção de forças externas. Em razão desse princípio, surge o princípio do direito da autodefesa contra agressões injustas, incluindo-se o direito de formar alianças defensivas para proteger-se contra agressões injustas.

Mas há ainda outro princípio, ou seja, de cumprir tratados consistentes em outros princípios, que regem as relações internacionais.

Assim, tratados para a autodefesa interpretados adequadamente,

*gerariam obrigações, enquanto acordos para cooperar numa agressão injustificada seriam nulos ab initio.*¹¹⁷

RAWLS apresenta as questões internacionais na teoria da justiça, fundamentando-se na cooperação contratualista, cuja gênese é a posição original, ampliando-a para a concepção internacional entre várias nações.

Na teoria da justiça, a invocação da posição original extensiva à posição original teve a finalidade de destacar a questão da guerra e da recusa de consciência em tempo de beligerância entre nações.

Acima de tudo, RAWLS procura destacar a questão da guerra justa, isto é, quando a nação proceda à autodefesa de uma guerra injusta. Ou seja, vale-se de seu *jus in bello*, mas em regime de legítima defesa. Mas, mesmo em uma guerra justa, a nação não poderá valer-se de violência utilizando de método inadmissível. O excesso de violência desnecessária é inadmissível em uma guerra justa, porque esta tem a finalidade de proceder a uma paz justa.

RAWLS afasta do Rol de guerra justa qualquer pretensão de expansão territorial ou uma vantagem econômica. Tais objetivos são contrários à concepção da justiça que define o interesse legítimo de uma sociedade. Aceitando estes princípios, com as restrições aqui apontadas, as partes, na posição original, incorporam e aceitam os direitos naturais que protegem a humanidade.

A recusa de consciência, em tempo de guerra, se funda numa concepção política, e não necessariamente em ideias religiosas ou de outra natureza.¹¹⁸

A questão da recusa de consciência envolve a ordem para prática de

¹¹⁷ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 419.

¹¹⁸ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 420.

certos atos de guerra ilícitos, em que o soldado, por motivos racionais pode recusar-se a praticá-los, visto que certos atos de violência são intoleráveis para que sejam praticados por um ser humano contra outro, este indefeso e totalmente submisso àquele.

Outra questão que RAWLS apresenta neste tópico é a obrigação de alguém ter obrigação de servir às forças armadas durante alguma guerra específica. A resposta condiciona-se ao objetivo da guerra e da forma a ser conduzida.

A recusa de consciência justifica-se se a guerra for injusta, cuja finalidade for violar leis internacionais, atacando a liberdade de outras sociedades. A recusa de consciência terá respaldo no direito internacional, bem como nos princípios de justiça do próprio cidadão. A lembrança do filósofo IMMANUEL KANT, aqui é oportuna na invocação da obra “*A paz perpétua*”, onde há imperatividade kantiana: “*Nenhum Estado deve imiscuir-se pela força na constituição e no governo de outro Estado.*”¹¹⁹ Para ele os exércitos permanentes devem, com o tempo, desaparecer totalmente.¹²⁰ Não admite que um Estado em guerra com outro pratique hostilidades que tornem impossível a confiança mútua na paz futura.¹²¹

Outro motivo para RAWLS justificar a recusa de consciência é verificar a maneira como a guerra está sendo conduzida, pois a recusa pode embasar-se na violação das leis morais da guerra (violências inadmissíveis contra os civis, por exemplo). No caso, o cidadão está acobertado pela obediência ao seu dever natural. Novamente, a norma kantiana pode ser lembrada, ou seja, você deve agir sempre baseado naqueles princípios que desejaria que fossem aplicados universalmente.

¹¹⁹ KANT, Immanuel. *Paz Perpétua e Outros Opúsculos. (Zum Ewigen ein Philosophischer Entwurf, etc.)*. Tradução de Artur Morão. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 123-124.

¹²⁰ KANT, Immanuel, *op. cit.*, p.121.

¹²¹ *Ibidem*, p. 124

A recusa de consciência alicerçada na maneira como a guerra está sendo conduzida se constitui em pacifismo perfeitamente natural, mesmo que a guerra seja justa, mas qualquer violação da lei moral da guerra (violências desnecessárias a civis) justifica a recusa do engajamento nas forças armadas, pois, se o cidadão for engajado, talvez não consiga resistir à exigência de obedecer.

Todavia, o pacifismo da recusa de consciência é justificável ante a exigência de um Estado depredatório, que torna extremamente necessária a atitude pacifista.

2.6.1 Realizando RAWLS

Este tópico decorre da observação oportuna que THOMAS WINFRED POGGE faz sobre a extensão do caráter da reorganização da teoria da justiça que passa assentar e complementar os princípios de justiça dos tratados internacionais:

RAWLS recognizes the cosmopolitan character of his theory by sketching, at least, how his criterion for assessing the institutions of justice governing international relations. This brief outline jars, however, with central commitments of his theory, chiefly his focus on the basic structure and his conception of all human beings as free and equal moral persons. These commitments would instead, I will argue, lead one to abandon Rawls' primary emphasis on domestic

*institutions in favor of globalizing his entire conception of justice.*¹²²

Pode parecer que RAWLS tenha se desviado do foco de sua concepção de sua doutrina doméstica em favor de um conceito de concepção de justiça globalizada. Mas a realidade é esta: RAWLS, em sua obra *Direito dos Povos* apresenta o esboço da ideia da utopia realista da Sociedade dos Povos.¹²³ Partindo da concepção da filosofia política, RAWLS prega a igualdade entre os povos, justificando, assim, reduzir as desigualdades em uma sociedade nacional e aliviar sofrimentos dos povos.

O ponto crucial, neste caso, da teoria rawlsiana é a cooperação entre os povos, ajudando as sociedades oneradas a tornarem-se membros da Sociedade dos Povos e conseguirem a determinar o respectivo caminho de seu futuro, por meio da autodeterminação.

RAWLS emprega o termo “*Sociedade dos Povos*” para designar todos os povos que seguem os ideais e os princípios do Direito dos Povos nas suas relações mútuas.¹²⁴ RAWLS, ao referir-se “*O Direito dos Povos*”, procura destacar uma concepção política particular de direito e justiça, que se aplica aos princípios e normas de Direito e da prática internacionais. Para ele é a ideia liberal de justiça, mas de forma mais geral em relação à justiça como equidade, que, por sua vez, está alicerçada na ideia de contrato social.

Não se afasta do foco, em “*Direito dos Povos*” da concepção da posição original, representada pelo contrato social de KANT, ROUSSEAU e LOCKE.

Segue a diretiva estabelecida em “*A Paz perpétua*” de KANT, ou seja, o balizamento de *foedus pacificum*, para um conseqüente pacto

¹²² POGGE, Thomas Winfried Menko. *Realizing Rawls*. EUA: Cornell University Press. 1989, p. 240.

¹²³ RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. Tradução Luís Carlos Borges e revisão técnica de Sérgio Sérulo da Cunha. São Paulo Martins Fontes, 2004, p. 06-07.

¹²⁴ *Idem, op. cit.* p. 03.

internacional com outros povos liberais e democráticos. RAWLS prende-se à origem semântica do termo *ius gentium*¹²⁵ que é o direito que todos povos têm em comum.

Inadmissível pela concepção rawlsiana de guerra de conquista, que é injusta, como já vimos. É a diretriz kantiana estabelecida na “*Paz perpétua*” (“*foedus pacificum*”), pois para KANT:

*nenhum Estado independente (grande ou pequeno, aqui tanto faz) poderá ser adquirido por outro mediante herança, troca, compra ou doação, visto que um Estado não é patrimônio (como, por exemplo, o solo que ele tem a sua sede). É uma sociedade de homens sobre o qual a mais ninguém a não ser ele próprio tem que mandar e dispor. Enxertá-lo noutra Estado, a ele que como tronco tem sua própria raiz, significa eliminar sua existência como pessoa moral e fazer desta última coisa, contradizendo, por conseguinte, a ideia do contrato original, sem a qual é impossível pensar direito algum sobre um povo.*¹²⁶

Desnecessário salientar mais uma vez, portanto, a diretiva de RAWLS fundamentar-se em *foedus pacificum*, ante a clareza da exposição kantiana.

2.6.2 Do Estado Constitucional Cooperativo

O Estado Constitucional Cooperativo, cuja tese é defendida pelo jurista alemão PETER HÄBERLE, inegavelmente, torna a concepção da utopia

¹²⁵ RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. Tradução Luís Carlos Borges e revisão técnica de Sérgio Sérulo da Cunha. São Paulo Martins Fontes, 2004, p. 03.

¹²⁶ KANT, Immanuel. *Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. (Zum Ewigen ein Philosophischer Entwurf, etc.). Tradução de Artur Morão. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1995, p.121.

real rawlsiana de uma sociedade cooperativa entre as nações livres e democráticas que passam a cooperar em âmbito internacional, formando a “*Sociedade dos Povos*”.

Aqui, se faz necessário abrir um parêntese para se focalizar a razão de RAWLS não empregar o termo “*Estados*”, mas, sim, “*Povos*”. Ele explica a razão de sua opção:

Esta descrição do Direito dos Povos concebe os povos democráticos liberais (e povos decentes) como os atores na Sociedade dos Povos exatamente como cidadãos são os atores na sociedade nacional. Partindo de uma concepção política de sociedade, o liberalismo político descreve cidadãos e povos por meio das concepções políticas que especifiquem a sua natureza, uma concepção de cidadãos em um caso, de povos atuando por meio dos seus governos em outro. Os povos liberais têm três características básicas: um governo constitucional razoavelmente justo, que serve os seus interesses fundamentais; cidadãos unidos pelo que Mill¹²⁷ denominou ‘afinidades comuns’; e, finalmente, uma natureza moral.¹²⁸

Na sequência, é preciso esclarecer o significado empregado por RAWLS na expressão:

¹²⁷ Em nota de rodapé, da página 30 da obra “*O Direito dos Povos*”, RAWLS usou as primeiras sentenças do capítulo XVI das Considerações de J. S. Mill (1862), na qual ele usa uma ideia de nacionalidade para descrever a cultura de povo. Ele diz: ‘*Pode-se dizer que uma porção da humanidade constitui uma nacionalidade se as pessoas estão unidas por afinidades comuns, inexistentes entre elas e qualquer outras – o que faz cooperar entre si com mais disposição do que com relação a qualquer outras, desejar ter um mesmo governo que seja o delas mesmas ou de uma porção delas, exclusivamente. Esse sentimento de nacionalidade pode ter sido gerado por várias causas. Às vezes é o efeito da identidade de raça e ascendência. A comunidade de língua, a comunidade de religião contribuem grandemente para ele. Os limites geográficos são uma das suas causas. Mas a mais forte de todas é a identidade dos ascendentes políticos, a posse da história nacional e a conseqüente comunidade de recordações, o orgulho e a humilhação, o prazer e o pesar, e o pesar coletivos, ligados aos mesmos incidentes do passado. Nenhuma dessas circunstâncias, porém, é necessariamente suficiente por si mesma*’. *Considerations on Representative Government*, org. J. M. Robson. Toronto, University of Toronto Press, 1977, em *Collected Works*, vol..XIX, cap.XV, p. 5446.

¹²⁸ RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. Tradução Luís Carlos Borges e revisão técnica de Sérgio Sérvulo da Cunha. São Paulo Martins Fontes, 2004, p. 30-31.

‘um povo tem um governo democrático constitucional razoavelmente justo’, embora ele admita ‘não necessariamente justo por completo.’¹²⁹

A expressão significa a existência de um governo eficazmente sob o controle constitucional, ou seja, político e eleitoral, respondendo pelos interesses fundamentais dos cidadãos, protegidos por uma constituição escrita ou não-escrita.

Em consequência, o regime constitucionalmente justo não se transforma em uma agência de interesses privados de grupos econômicos e corporativos.¹³⁰

Para que ocorra um regime constitucionalmente justo é preciso blindar as instituições, tornando-as refratárias à corrupção, tomando certas medidas moralizadoras no que tange ao financiamento de campanhas eleitoras. Interessante aqui é a observação (*ipsis verbis*):

Um exemplo que vale a pena mencionar é o financiamento público de eleições e fóruns para a discussão política pública, sem o quê a política pública séria não tende a florescer. Quando os políticos dependem de contribuições de campanha, e existe uma distribuição de renda e riqueza muito desigual, com grande riqueza sob o poder econômico corporativo, é de admirar que a legislação seja na realidade escrita por lobistas que o Congresso se torne uma câmara de barganha onde se compram e vendem leis?¹³¹

Aqui, não poderemos deixar citar ROUSSEAU, com relação ao passe de mágica dos políticos pelotiqueiros, com possível manipulação da opinião

¹²⁹ *Idem, op. cit. , loc. cit.*

¹³⁰ RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. Tradução Luís Carlos Borges e revisão técnica de Sérgio Sérulo da Cunha. São Paulo Martins Fontes, 2004, p. 31.

¹³¹ RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. Tradução Luís Carlos Borges e revisão técnica de Sérgio Sérulo da Cunha. São Paulo Martins Fontes, 2004, nota de rodapé n. 19, p. 32.

pública, iludindo o povo em sua boa-fé:

*[...] Os pelotiqueiros do Japão, segundo se conta, despedaçam uma criança aos olhos dos espectadores e depois, jogando para ar todos seus membros, um após outro, fazem voltar ao chão a criança viva totalmente recomposta. Tais são, aproximadamente, os passes de mágica dos nossos políticos: depois de desmembrar o corpo social por uma ilusão digna de feiras, tornam a reunir as peças sabe-se lá como.*¹³²

Há necessidade ainda de esclarecer o significado do termo utilizado como “*utopia realista*”. Mister se faz anotar que RAWLS vincula o termo à filosofia política. Já sabemos que a filosofia política não pode ser confundida com a simples política, visto que ela se dirige à cultura pública e adota a mais vasta das perspectivas, prende-se às condições sociais e históricas permanentes da sociedade e procura intervir nos seus conflitos mais profundos. A filosofia pública ainda tende a expor e a favorecer o arranjo de uma base comum para um consenso sobre uma concepção política da justiça desenvolvida a partir das instituições fundamentais dos cidadãos referentes à sua sociedade e ao seu próprio lugar nela. Ao revelar a possibilidade de um consenso por justaposição numa sociedade de tradição democrática e confrontada com o “*fato do pluralismo*”, a filosofia política assume o papel que KANT atribuía à filosofia em geral: a defesa da crença razoável. Assim, para RAWLS, a filosofia política representa a defesa de uma crença razoável na possibilidade real de um regime constitucional.¹³³

Retornando à explicação do termo e para sua fidelidade, no que tange ao esclarecimento sobre “*utopia realista*”, passamos a transcrever *ipsis*

¹³² ROUSSEAU, Jean- Jaques. *O Contrato Social*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996, capítulo II, p. 34-35.

¹³³ RAWLS, John. *Justiça e Democracia*. Título em francês: *Justice et démocratie, Éditions du Seuil*. Seleção e apresentação de Catherine Audard. Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 289-290.

verbis:

A filosofia política é realisticamente utópica quando expande aquilo em que geralmente se pensa como os limites da possibilidade política prática. Nossa esperança para o futuro da sociedade baseia-se na crença de que a natureza do mundo social permite a sociedades democráticas constitucionais razoavelmente justas existirem como membros da Sociedade dos Povos. Em tal mundo social, a paz e a justiça seriam obtidas entre povos liberais e decentes nacional e internacionalmente. (grifo nosso)

Deve-se frisar ainda que a sociedade é realisticamente utópica no sentido de que ela retrata um mundo social alcançável que combina o direito político e a justiça para todos os povos liberais e decentes em uma Sociedade dos Povos, por meio da qual se procura sanar os grandes males da história humana e a negação das liberdades de consciência, a fome, a pobreza, embora ainda se deva mencionar, em pleno século XXI, a possibilidade da existência de crueldades como o genocídio e assassinatos em massa de seres humanos. Essas formas graves de injustiça política são eliminadas por políticas sociais justas (ou, pelo menos, descentes).¹³⁴ (grifo nosso)

Para RAWLS, O Direito dos Povos deve ser aplicado em relações de arranjos cooperativos entre os povos.¹³⁵ A tese do jurista alemão, PETER HÄBERLE, é análoga à concepção rawlsiana, cuja essência consta do estudo de interpretação do art.55 da carta das Nações Unidas que vê a cooperação no âmbito econômico e social entre os Estados.¹³⁶

O Estado Constitucional tem como escopo a realização cooperativa

¹³⁴ RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. Tradução Luís Carlos Borges e revisão técnica de Sérgio Sérulo da Cunha. São Paulo Martins Fontes, 2004, p. 23.

¹³⁵ RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. Tradução de Luís Carlos Borges. Supervisão de Sérgio Sérulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 23.

¹³⁶ HÄBERLE, Peter. *O Estado Constitucional Cooperativo*. Tradução de Marcos Augusto Maliskas e Elisete Antoniuk. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 26-27.

dos direitos fundamentais cooperativos e de “*seu*” Direito geral de cooperação bem como do Direito de cooperação do Direito Internacional.

A realização cooperativa dos direitos fundamentais é a tarefa do Estado Constitucional (cooperativo) nas suas relações “*externas*” de criar, na comunidade jurídica internacional, uma medida mínima de realidade material e processual dos direitos fundamentais para “*estrangeiro e apátridas*” com consequências para o Direito internacional privado. Vê-se que a filosofia política e realisticamente utópica passa a ser uma realidade alcançada pela concepção filosófica rawlsiana, agora concretizada pela concepção alemã do “*Estado Constitucional Cooperativo*”.¹³⁷

Portanto, não pode haver dúvida de que o ilustre pensador alemão torna realidade as sociedades democráticas constitucionais razoavelmente justas.

Importante, ainda nesta fase final, anotar que por força do liberalismo político que concebe a unidade social, derivada de um consenso de sobreposição justa posta, há conservação de um regime constitucional justo, pela Suprema Corte Constitucional. Em consequência, passa a existir, na atualidade, a cooperação entre os Estados liberais segundo, também, a concepção rawlsiana com aplicação de arranjos cooperativos entre os povos liberais.

Quanto à Sociedade dos Povos, escopo visado pelo “*Direito dos Povos*”, hodiernamente passa a ser uma realidade, mormente com a adesão, por iniciativa do Supremo Tribunal Federal, à Comissão de Veneza (mês de abril último/2009).

A Comissão de Veneza se constitui em um órgão consultivo do Conselho da Europa sobre direito constitucional, justiça constitucional e

¹³⁷ *Idem, ibidem*, p. 65-66.

questões relativas às eleições e referendos.

A Comissão é composta por peritos independentes que se reúnem quatro vezes por ano em Veneza (Itália), em sessão plenária, para aprovar seus pareceres e estudos e troca de informações sobre os desenvolvimentos constitucionais da sociedade democráticas.¹³⁸

A adesão do Brasil à Comissão de Veneza, sem dúvida, é frutífera e torna realidade a aplicação dos arranjos cooperativos entre os Povos, apregoada por RAWLS e torna efetiva a existência do Estado Constitucional Cooperativo.¹³⁹

O Supremo Tribunal Federal, aderindo à Comissão de Veneza, evidencia a realidade da ideia de democracia constitucional, com aplicação da razão pública, evitando-se que a lei seja corroída por interesses cooperativos alheios aos interesses sociais.¹⁴⁰

Não poderíamos encerrar este tópico sem os esclarecimentos sobre sociedades oneradas por condições desfavoráveis. São aquelas carecedoras de tradições políticas e culturais, bem como com carência de conhecimentos tecnológicos para que fossem ordenadas.

As sociedades bem ordenadas têm o dever de ajudar as sociedades carentes, regulamentando e procurando solucionar as desigualdades econômicas e sociais,¹⁴¹ visto que o Direito dos Povos deve satisfazer o critério de reciprocidade.¹⁴²

O Direito dos Povos preconiza a organização cooperativa, mediante

¹³⁸ As questões solucionadas pela Comissão de Veneza poderão ser consultadas pela página eletrônica: www.codices.coe.int.

¹³⁹ Dados obtidos pela *Folha de São Paulo*, de 06-04-09 em face do artigo de Gianni Buquicchio, na Coluna Tendência e debates, com o título *Adesão do Brasil à Comissão de Veneza*.

¹⁴⁰ RAWLS, John. *O Liberalismo Político*. (Political Liberalism, Columbia University Press, 1993). Tradução de João Sedas Nunes. Editorial Presença, Lisboa, 1996, p. 227.

¹⁴¹ RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. Tradução de Luís Carlos Borges. Supervisão de Sérgio Sérulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 139.

¹⁴² *Idem, op. cit.*, p.159.

padrões de equidade, mediante assistência mútua ante a eventualidade de dificuldades econômicas prejudiciais aos cidadãos da sociedade interna.¹⁴³

Quanto ao ideal da razão pública, é outra questão ainda sujeita a esclarecimentos. O ideal da razão pública é distinto da razão pública. Esta representa as regras utilizáveis para as pesquisas de opinião pública, as negociações e os contratos, os debates públicos, morais e políticos etc., e os seus procedimentos são tanto os do senso comum quanto os da ciência quando esta ultrapassa o estágio da controvérsia.¹⁴⁴

Então, retornando ao ideal da razão pública, é o ideal realizado ou satisfeito sempre pelos juízes, legisladores, executivos e outros funcionários públicos, bem como por candidatos a cargos públicos. Todos agem de conformidade com os princípios do Direito dos Povos e passam a explicar a outros povos a necessidade da cooperação internacional entre os negócios de Estado.

Já os cidadãos privados devem pensar em si mesmos como se fossem executivos e legisladores, e perguntar a si mesmos que considerações seriam propostas.¹⁴⁵

Quanto aos princípios do Direito dos Povos, embora possam ser aplicados os princípios tradicionais da justiça entre os povos livres e democráticos, com a exclusão do quarto princípio que diz respeito à não-intervenção, princípio este que não pode ser aplicado se a sociedade é desordenada com guerras internas e com violações dos direitos humanos.

Não cabe à sociedade desordenada, em tal hipótese, protestar à

¹⁴³ *Ibidem*, p. 54.

¹⁴⁴ RAWLS, John. *Justiça e Democracia*. Título em francês: *Justice et démocratie*, Éditions du Seuil. Seleção e apresentação de Catherine Audard. Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 381.

¹⁴⁵ RAWLS, John. *O Direito dos Povos*. Tradução de Luís Carlos Borges. Supervisão de Sérgio Sérvulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 71-73.

sociedade mundial em relação às suas restrições de ordem econômicas impostas, por exemplo, pela ONU.

Importante registrar que a Sociedade dos Povos não pode ser confundida com um Estado mundial, caracterizado como déspota por KANT na *Paz Perpétua*. Importante salientar que o próprio KANT preconiza que o direito das gentes deve fundar-se numa federação de estados livres.¹⁴⁶

Pode-se, na atualidade, registrar a existência de Estados Democráticos, consagrando os princípios cooperativos, como, por exemplo, a Suíça, podendo-se citar sua Constituição Federal de 1998, que, em seu preâmbulo, dispõe: “*Convivência pacífica entre os povos*” (art. 54, parágrafo 2º).

¹⁴⁶ KANT, Immanuel. *Paz Perpétua e Outros Opúsculos. (Zum Ewigen ein Philosophischer Entwurf, etc.)*. Tradução de Artur Morão. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 132-133.

3 CONCLUSÃO

Em sede de conclusão, vamos demonstrar a importância da doutrina rawlsiana para a filosofia política.

A inicial observação de RAWLS sobre a teoria da justiça evidencia a relevância de sua obra.

A teoria rawlsiana parte de um contratualismo diverso do clássico, que visa a forma de governo. Pretende apresentar uma concepção de justiça que generaliza e leva a um plano superior de abstração a conhecida teoria do contrato social por LOCKE, ROUSSEAU e KANT, enfatizando seu pensamento:

[...] não devemos pensar no contrato original que induz uma sociedade particular ou que estabelece uma forma particular de governo.¹⁴⁷

Ao contrário, para RAWLS, na posição original, são estabelecidos os princípios da justiça para a estrutura básica da sociedade.

A posição original, contratualista de RAWLS, não se constitui em uma assembleia de todos que vivem em uma determinada época. Trata-se de uma situação hipotética, onde as partes, numa situação equitativa, fazem um ajuste das circunstâncias da posição contratual inicial.

As pessoas, colocadas na posição original, conservam sua concepção do justo, que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar.

¹⁴⁷ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*: Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 12.

A doutrina rawlsiana centraliza-se na justiça, que é fundamental nas instituições políticas. A importância de sua obra é relevante para a concepção filosófica de uma democracia constitucional.

A importância da justiça é comparada por RAWLS como sendo a primeira virtude de uma sociedade:

*A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é do pensamento. Embora elegante e econômica, uma teoria deve ser rejeitada ou revisada se não é verdadeira; da mesma forma leis e instituições, por mais eficientes e bem organizadas que sejam, devem ser reformadas ou abolidas se são injustas.*¹⁴⁸

Inferre-se, portanto, que, em sociedade justa, as liberdades da cidadania igual são consideradas invioláveis, pois os direitos assegurados pela justiça não estão sujeitos à negociação política ou a cálculo de interesses pessoais.

RAWLS concebe uma sociedade como empreendimento cooperativo, que é concebida para promover o bem dos que dela fazem parte. Mas não deixa de observar que, embora uma sociedade seja um empreendimento cooperativo, não deixa de ser marcada por um conflito de interesses. Este conflito ocorre em função dos bens primários, que são escassos, porque as pessoas não são indiferentes no que se refere a benefícios maiores produzidos pela colaboração mútua, uma vez que cada um persegue uma participação maior da distribuição a uma menor. Em consequência, segundo RAWLS há a exigência de um conjunto de princípios para determinar uma distribuição adequada dos bens primários, que se constituem em bens indispensáveis à dignidade humana.

¹⁴⁸ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*: Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 3-4.

Os princípios, acima referidos, são oriundos do ajuste da posição original e se constituem na justiça social, que é a via adequada para atribuir direitos e deveres nas instituições básicas da sociedade e definir a distribuição apropriada dos benefícios e encargos da cooperação social.

Para RAWLS, o sistema cooperativo social deve englobar um padrão mínimo de condições abaixo das quais não é possível considerá-lo como sendo uma sociedade justa, cuja característica permite o acesso equitativo na distribuição dos bens primários fundamentais.

Na posição original, em que as partes estão cobertas pelo véu de ignorância, são estabelecidos os princípios da justiça, uma vez que, cobertos pelo véu de ignorância, os participantes vão negociar melhores favorecimentos de forma geral na distribuição equitativa de encargos e benefícios.

Em consequência, temos os dois princípios da justiça: o princípio da igualdade e o princípio da diferença distributiva. Estes princípios são escolhidos de forma serial (lexical), isto é, a igualdade democrática deve preceder o princípio da diferença distributiva.

O princípio de diferença se caracteriza em maximizar o bem estar daqueles que se situam na pior posição da escala social.

O princípio de diferença pode nos levar a um engano, isto é, nos levando a acreditar que a teoria rawlsiana faz apologia da igualdade estrita. Ledo engano.

RAWLS não admite, pelo princípio de diferença, estabelecer a igualdade absoluta, mesmo porque tal princípio é subsequente ao das liberdades básicas. Sua teoria visa combinar uma forma da distribuição de bens sociais (primários), combinando a justiça equitativa com eficiência econômica.

Para RAWLS nada é pior do que cercear as liberdades fundamentais para assegurar a igualdade absoluta. Esta igualdade seria utópica e

precariamente adquirida. Em sociedade de igualdade absoluta inexistem estímulos e tampouco justiça social, pois os indivíduos não seriam iguais politicamente, embora houvesse alguma igualdade econômica.

Não há como colocar no mesmo plano de efetividade a liberdade e a igualdade. Aplicando-se a regra lexical da efetividade, o princípio de diferença deve figurar no segundo plano dos princípios da justiça, prevalecendo, então, o primeiro plano, em que se situa efetivamente as liberdades fundamentais.

A concepção rawlsiana de justiça equitativa tem sua gênese na posição original. Nessa posição, as partes cobertas pelo véu de ignorância, estabelecem os princípios da justiça equitativa. Não se pode deixar de ser anotado que a posição original é a concepção contratualista de JOHN RAWLS, indiferente então ao preexistente estado de natureza.

As partes na posição original, desconhecendo a posição de cada um na sociedade, estabelecem os princípios de justiça.

Os princípios de justiça são estabelecidos, na posição original, por um consenso, tendo como objetivo uma sociedade liberal e igualitária. São estabelecidos, portanto, os bens primários que serão distribuídos de forma equitativa. Os bens primários são todos aqueles indispensáveis à vida digna dos cidadãos. Constituem-se nas coisas necessárias e exigidas por pessoas vistas, não apenas como seres humanos, independentemente de qualquer concepção normativa, mas à luz da concepção política que as define como cidadãos que são membros plenamente cooperativos da sociedade.¹⁴⁹

A teoria rawlsiana, como já exposto, apresenta-se como alternativa ao utilitarismo e a todas as suas diferentes versões. Esta alternativa ao

¹⁴⁹.RAWLS, John. *Justiça Como Equidade – Uma reformulação*. Tradução de Claudia Berliner, revisão técnica da tradução de Álvaro de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 81.

utilitarismo é o principal objetivo da doutrina rawlsiana. E constitui-se em uma situação peculiar frente à filosofia anglo-americana.¹⁵⁰

A filosofia utilitarista funda-se em que o Estado deve ser regido pelo bem-estar da maioria dos cidadãos, não se importando com o indivíduo, mas com a coletividade.

RAWLS opõe-se ao utilitarismo exatamente em razão de sua filosofia estar voltada à maximização da felicidade coletiva, sem se preocupar se a maximização da distribuição coletiva é feita de maneira justa ou injusta.

O utilitarismo tem por escopo a limitação coercitiva das liberdades individuais em razão da felicidade dos membros da coletividade.

Podemos caracterizar a oposição ao utilitarismo pela seguinte passagem da obra de RAWLS:

*Cada pessoa possui uma inviolabilidade fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar. Por essa razão, a justiça nega que a perda da liberdade de alguns se justifique por um bem maior partilhado por outros.*¹⁵¹

RAWLS opõe-se ao utilitarismo exatamente frente ao seu postulado da inviolabilidade individual.

Vê-se que o utilitarismo tem por escopo a felicidade de todos, ou seja, o bem-estar da sociedade, sem se preocupar com o indivíduo. Exatamente oposto da doutrina rawlsiana, cujo escopo é o bem-estar individual em consonância com as liberdades básicas e minorando as disparidades sociais com a aplicação do princípio de diferença, com a invocação do “*maximin*”.

¹⁵⁰ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 24.

¹⁵¹ *Idem, Ibidem*, p. 4.

Feitas tais considerações sobre a oposição rawlsiana ao utilitarismo, cabe agora destacar a importância do liberalismo político rawlsiano, cujo objetivo é o sistema democrático cooperativo. Não se pode conceber o liberalismo rawlsiano, a não ser em um sistema democrático.

É realmente sensato honrar os termos equitativos de cooperação, oriundos da posição original, através de um consenso, com a anuência de todos, pois serão destinatários da distribuição dos deveres e encargos, com a introdução do princípio da diferença, ordenando que os menos favorecidos possam ser prioritariamente favorecidos com a distribuição dos bens primários em consequência da maximização introduzida pelo princípio de diferença.

O princípio de diferença melhora a expectativa dos menos favorecidos. É implícita a ideia que, dando-se preferência aos menos favorecidos, melhora a situação de todos. Pelo sistema cooperativo democrático, não há como possibilitar a desigualdade de renda, negando-se o acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico, à moradia e a outros bens fundamentais à dignidade humana.¹⁵²

O sistema cooperativo, embasado nos princípios da justiça equitativa, é aceito por todos, independentemente das concepções filosóficas, religiosas ou morais em razão do consenso do princípio sobreposto.

¹⁵² No Brasil há um caso concreto de benefícios aos menos favorecidos como se registra na mídia: *O Estado de S.Paulo* de 20 de maio de 2009, no caderno economia, p.6-B, publica o noticioso do estudo do Ipea, mostrando que 316 mil brasileiros melhoraram de vida desde outubro de 2008 a março de 2009. No Brasil, o número de pobres caiu nos primeiros seis meses da crise financeira global. Segundo Marcio Pochman, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), esse desempenho é inédito no Brasil, já que, nas outras grandes crises das últimas décadas, a pobreza subiu muito. O presidente do Ipea observou que hoje 35% da população brasileira está protegida por “garantias de renda que não dependem mais do mercado do trabalho.” Segundo Pochman, inclui-se aí a Previdência Social e os programas de transferência de renda, como Bolsa Família. O aumento real do salário mínimo, no período mais agudo da crise, está sustentando o mercado financeiro. No caso do estudo, o Ipea, utilizou-se, como marco nas grandes regiões metropolitanas de outubro de 2008 a março de 2009, a linha de pobreza de meio salário mínimo de renda familiar.

O consenso sobreposto decorre dos princípios da justiça equitativa.¹⁵³ E tem como escopo atenuar os conflitos suscitados no interior do sistema cooperativo democrático, marcado pelo pluralismo da existência de doutrinas filosóficas, religiosas e morais, abrangentes e não-abrangentes, muitas vezes conflitantes entre si, cuja convivência pacífica é garantida pelo princípio da estabilidade, informado pelo princípio da tolerância e do equilíbrio reflexivo. Este decorre do julgamento sopesado dos princípios da justiça equitativa.

O princípio da tolerância, segundo a doutrina rawlsiana, é consequente da concordância de todos. Todos concordam que a liberdade é limitada pelo interesse geral na segurança pública e na ordem pública.

A aceitação da limitação tem sua gênese na posição contratualista da posição original e não implica que os interesses públicos sejam superiores aos interesses religiosos e morais, não cabendo ao Estado reivindicar o direito de suprimir convicções religiosas ou filosóficas quando estas conflitam com assuntos do Estado.¹⁵⁴

Quanto à posição governamental, RAWLS observa:

O governo não tem nenhuma autoridade para tornar associação legítimas ou ilegítimas assim como não tem essa autoridade no que se refere à arte e à ciência. Essas questões simplesmente estão fora do âmbito de sua competência, tal como é definida por uma constituição justa. Ao contrário, dados os princípios da justiça, o Estado deve ser entendido como a associação constituída por cidadãos iguais. O Estado não se preocupa com a doutrina religiosa

¹⁵³ Os dois princípios da justiça são: primeiro: cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdade para todos (direitos fundamentais). Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável, e (b) vinculadas a posições e encargos acessíveis a todos. (cf. RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*: Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 64).

¹⁵⁴ RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*: Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 230.

*e filosófica, mas regulamenta a busca, por parte dos indivíduos espirituais e morais de acordo com princípios com os quais eles próprios concordariam numa posição inicial de igualdade. Exercendo seus poderes dessa forma, o governo atua como o agente dos cidadãos e satisfaz as exigências de sua concepção comum de justiça.*¹⁵⁵

Há relevâncias que merecem ainda ser destacadas, em fase de conclusão, como se passa a expor.

A distinção da simples política em relação à filosofia política é de suma importância para a teoria rawlsiana.

A filosofia política não pode ser confundida com a simples política. Dirigindo-se à cultura pública, ela adota a mais vasta das perspectivas, prende-se às condições sociais e históricas permanentes da sociedade e procura intervir nos conflitos sociais de forma profunda. A filosofia política tende a expor e a favorecer uma concepção de política bem ampla para as respectivas soluções, tornando uma realidade o regime constitucional justo.

A filosofia política é independente e autônoma em relação a outros segmentos da filosofia, notadamente em seus eternos problemas controversos. A filosofia considera o mundo político como um sistema de cooperação que funciona perpetuamente. Já a filosofia política está ligada à política e deve preocupar-se, principalmente, com as instituições fundamentais. A filosofia moral preocupa-se com as possibilidades práticas em geral. Na realidade, a filosofia tem um caráter mais geral, mais abstrato, mais reflexivo, no sentido que torna possível a busca do próprio saber.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 230-231.

No que tange à distinção entre a filosofia política e a simples política, que é efêmera, levando-se em consideração que o político está, geralmente, interessado na próxima eleição, ao contrário do estadista preocupado com a geração seguinte e a filosofia, por sua vez, preocupa-se com o futuro indefinido. Assim, a filosofia política tem a essência de sua preocupação com a própria política.

Outra distinção a fazer, por merecer destaque, é que o ideal de razão pública é distinto da ideia de razão pública.

O ideal de razão pública diz respeito ao dever de civilidade, ou seja, ao dever de cidadania em relação ao homem público que deve cumprir seu ônus público com a mais absoluta probidade, o mesmo ocorrendo com o cidadão privado que deve cumprir seu dever de civilidade. Aqui, entendo como dever de cidadania o agir como homem público no exercício de um cargo público.

A ideia de razão pública faz parte integrante de uma concepção democrática constitucional bem ordenada.

A ideia de razão pública é a própria ideia democrática alicerçada no pluralismo razoável, uma vez que doutrinas abrangentes razoáveis e conflitantes, religiosas, filosóficas e morais constituem a essência da cultura para as instituições livres.

Na ideia de razão pública prevalece a cooperação social entre todos os cidadãos, que estão dispostos a oferecer a cooperação social com o sacrifício de interesses pessoais. Em clima de cooperação social, há sempre presença da reciprocidade, uma vez que cada cidadão aceita o que considera como concepção de justiça mais razoável, para que outros possam razoavelmente endossar.

O Direito dos Povos, que sintetiza na Sociedade dos Povos, promove a ligação entre as sociedades livres e democráticas no âmbito internacional.

Segundo o ideal rawlsiano, pode-se constatar a existência da Comissão de Veneza, cuja gênese é a doutrina alemã da existência de O Estado Constitucional Democrático, que torna realidade, hodiernamente, a concepção da cooperação recíproca, em plano internacional, das sociedades livres e bem ordenadas, cuja efetivação deve-se registrar, bem estampadas no preâmbulo da Constituição Federal da Suíça de 1988, que estabelece: “*Convivência Pacífica Entre os Povos*”.

Oportuna aqui a transcrição do art. 151 da Guatemala, sobre a solidariedade internacional dos povos, segundo o espírito rawlsiano da cooperação entre os povos, na forma que ele preconiza no Direito dos Povos, sintetizado na Sociedade dos Povos.

Art. 151 Relaciones com Estados afines. El Estado mantendrá relaciones de amistad, solidaridad y cooperación con aquellos Estados, cuyo desarrollo económico, social y cultural, sea análogo al de Guatemala, con el propósito de encontrar soluciones apropiadas a sus problemas comunes y de formular conjuntamente, políticas tendientes al progreso de las naciones respectivas.

Encerra-se assim a fase conclusiva do presente trabalho, que é extensa, circunstância que decorre do objetivo de procurar evidenciar a importância do liberalismo político rawlsiano, alicerçado em um sistema cooperativo de justiça igualitária com o escopo de maximizar os menos favorecidos na distribuição de bens primários e, sob o aspecto internacional, o Direito dos Povos, sintetizado na Sociedade dos Povos, promovendo a integridade das sociedades democráticas em uma cooperação recíproca e solidária.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALLAIS, Maurice. *Wilfred Pareto*, in *International Encyclopedia of the Social Sciences*. EUA: Macmillan Co & Free Press. United States, vol. II, 1968.

ARISTÓTELES. *A Política*. Bauru: Edipro, 1995.

_____. *Ética a Nicômaco*. Tradução e notas de Edson Bini. Estudo bibliográfico da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1. ed. Bauru: Edipro, 2002.

BARRY, Brian: *Teorías de la Justicia*. Editorial Gedisa, S.A. Título original em inglês *Theories of justice*, publicado por University of California Press, 1989. Tradução para o espanhol por Cecília Hidalgo com a colaboração de Clara Lourido. Barcelona, Espanha, 2001.

_____. *Justice as Impartiality*. Clarendon Press. Oxford, New York, 1995.

BELLAMY, Richard. *Liberalismo e Sociedade Moderna*. Título original em inglês: *Liberalism and Modern Society*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Paulista, 1994.

BERLIN, Isaiah: *Estudos Sobre a Humanidade*. Uma antologia de ensaios. Companhia das Letras, 1997. Título original em inglês: *The proper study of mankind – an anthology of essays*, 1991.

CRUZ JR., Ademar Seabra: *Justiça Como Equidade, Liberais, Comunitaristas e a Autocrítica de John Rawls*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris editora, 2004.

DICIONÁRIO DE ECONOMIA. Organização e Supervisão de Paulo Sandroni. São Paulo: Best Seller, 1989.

DWORKIN, Ronald: *Uma Questão de Princípios.* Tradução Luís Carlos Borges. 2. ed.: São Paulo: Martins Fontes, 2005. Esta obra foi publicada originalmente em inglês (U.S. A), com o título *A Matter of principle* por Harvard University, 1985.

GARCIA, Maria. *Gandhi e a Desobediência,* in Revista de Direito Constitucional e Internacional e Ciência Política. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 11, n. 45, out/dez 2003.

_____. *Desobediência Civil: direito fundamental.* 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

GARGARELLA, Roberto: *As Teorias da Justiça Depois de Rawls.* Tradução de Alonso Reis Freire. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Esta obra foi publicamente originalmente em espanhol por Ediciones de La justicia después de Rawls, Barcelona, Espanha, 2008.

GRAHAM, Paul: *Rawls.* Oneworld Publications. Oxford. England, 2007.

HÄBERLE, Peter. *Estado Constitucional Cooperativo.* Tradução do original em alemão por Marcos Augusto Maliska e Elisete Antoniuk. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

HOBBS, Thomas. *Leviatã.* Organizado por Richard Tuck. Tradução de João Paulo Monteiro e *ali.* 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KANT, Immanuel. *Paz Perpétua e Outros Opúsculos. (Zum Ewigen ein Philosophischer Entwurf, etc.).* Tradução de Artur Morão. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. *Prolegómenos A Toda Metafísica Futura.* Tradução original:

Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik. Tradução de Artur Morão. Textos Filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1996.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura.* Tradução do original alemão intitulado KRITIK DER REINEN VERNUNFT. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morão. 5. ed. Lisboa: Serviço de Educação Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. *Crítica da Razão Prática.* Tradução, introdução e nova de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LOCKE, John. *Dois Tratados sobre o Governo.* Título original: *Two Treatises of Government.* Tradução de Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Da Tirania – Segundo Tratado sobre o Governo, Cap. XVIII.*

MENDES, Sérgio Silva da: *A Teoria da Justiça Como Equidade de John Rawls em Desconstrução.* Rio de Janeiro: E. Papers, 2008.

MILL, John Stuart: *Liberdade: Utilitarismo.* Tradução Eunice Ostrenski. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, novembro de 2000.

_____. *On Liberty.* New York: Editor of this volume — Kathy Casey, 2002.

_____. *On Liberty: Dover Publications.* New York: Inc. Mineola, 2002.

NOZICK, Robert: *Anarchy Sate and Utopia.* New York: Basic Books, Inc. Publishers, 1974.

OLIVEIRA, Nythamar de : *Rawls.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

OXFORD Dictionary of Philosophy. Second Edition Revised Simon Blackburn. By Oxford University Press Inc. New York: Published in the United States, 2005.

PASCAL, Georges. *Compreender Kant.* Título original francês: *La Pensée de Kant* Introdução e tradução de Raimundo Vier. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

PLATÃO. *A República.* Tradução e notas de Maria Helena da Rocha Pereira. 5, ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, livro, II, 1949.

POGGE, Thomas Winfried. *Realizing Rawls.* First published 1989 by Cornell University Press. Printed in the United States of America, 1984.

POPPER, Karl Raimund. *A Sociedade Aberta e seus Inimigos.* Título da edição original ingles: *The Open Society and its Enemies.* Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

_____. *Conjecturas e Refutações. Pensamento Científico.* Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. Título original: *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge.* Tradução da quarta edição revisada, 1972.

RAWLS, John. *Justice et Démocratie.* Introduction, présentation et glossaire da Catherine Audard. Traduit de L' Anglais par C.Audard, P. de Lara, F.Piron et A. Tchoudnowsky. Éditions du Seuil, 1993, pour la traduction française e la composition du recueil.Paris.

_____. *Justiça Como Equidade.* Organizado por Erin Kelly. Tradução Claudia Berliner, revisão da tradução Alvará de Vita. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Justiça e Democracia:* Seleção, apresentação e glossário Catherine Audard. Tradução Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAWLS, John. *História da Filosofia Moral.* Organizado por Barbara Herman. Tradução Ana Aguiar Cotrim. Revisão da tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *Justice as Fairness a Restatement.* Edited by Erin Kelly. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts. London, England. Third printing, 2003. Printed in the United States of America.

_____. *Lectures on the History of Political Philosophy.* Edited by Samuel Freeman. The Belknap Press of Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, and London, England. First Harvard University Press paperback edition, 2008.

_____. *A Theory of Justice.* The Belknap Press of Harvard University Press Cambridge, Massachusetts. Copyright 1971 by the President and Fellows of Harvard College. Printed in the United States of America.

_____. *O Direito dos Povos: Seguindo de “A ideia de razão pública revista”.* Tradução Luís Carlos Borges. Revisão técnica Sérgio Sérvulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *O Liberalismo Político.* (Political Liberalism, Columbia University Press, 1993). Tradução de João Sedas Nunes. 1. ed. Lisboa: Editorial Presença, janeiro, 1997.

_____. *Political Liberalism with a new Introduction and the “Reply to Habermas”.* New Yourk:Columbia University Press, 1993.

_____. *The Law of Peoples, with “The Idea of Public Reason Revisited”.* Copyright 1999 by the President and Fellows of Harvard College. Printed in the United States of America. First Harvard University Press paperback, 2001. Fourth Printing, 2002. Massachusetts, London, England: Harvard University Press Cambridge.

_____. *Uma Teoria da Justiça.* Nova tradução baseada na edição americana revista pelo autor de Jussara Simões. Revisão da tradução Álvaro de Vita. São

Paulo: Martins Fontes, 2008.

RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*: Tradução de Almiro Pisetta e Lenita Maria Rímoli Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ROUANET, Luiz Paulo: *Rawls e o Enigma da Justiça*. São Paulo: Unimarco Editora, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. Título original: *Du Contrat Social — Principe*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*. Título original em francês: *Discours Sur L'Origine Et Fondements De L' Inégalité Parmi Les Hommes*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANDEL, Michael J.: *Liberalism and the Limits of Justice*. Printed in the United States of America. Cambridge University Press. Reprinted, 1990.

SMITH, Adam: *Teoria dos Sentimentos Morais*. Tradução Lya Luft. Revisão Eunice Ostrensky . São Paulo: Martins Fontes, 2002.

THOREAU, Henry. *Desobedecendo a Desobediência Civil e Outros Ensaios*. Apresentação de Fernando Gabeira. Tradução José Augusto Drumond. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

VITA, Álvaro de. *A Justiça Igualitária e Seus Críticos*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

_____. *O Liberalismo Igualitário, Sociedade Democrática e Justiça Internacional*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WALZER, Michael. *Esferas da Justiça: uma defesa do pluralismo*. Tradução Jussara Simões. 1. ed., S.Paulo: Martins Fontes, novembro, 2002. Título original em inglês: *Spheres of justice* por Basic Books, New York, 1983.

_____. *Da Tolerância*. Tradução de Almiro Pisetta. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Título original em inglês: *On Toleration* por Yale University Press, 1997.

_____. *Esfera da Justiça — Uma Defesa do Pluralismo e da Igualdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003

ZAMBAN, Neuro José. *Uma teoria da Justiça em John Rawls — uma leitura*. Universidade de Passo Fundo.

ZIZEK, Slavoj. *A Visão em Paralaxe*. Título original em inglês: *The Paralaxe View*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Bom Tempo, 2008.

ZVIRBLIS, Alberto Antonio. *Democracia Participativa e Opinião Pública*. São Paulo: RCS Editora, 2006.